

## 4.

**A Tríplice Fronteira na agenda de segurança dos Estados Unidos: dinâmicas de constituição da ameaça terrorista internacional na América do Sul**<sup>134</sup>

*These resolutions are not mere rhetoric; they provide the framework for action*

Embaixador ROGER NORIEGA, representante dos EUA na OEA, referindo-se às resoluções da organização sobre ações coordenadas de contra-terrorismo no hemisfério ocidental.<sup>135</sup>

Ao observar o expressivo destaque e a grande visibilidade que a temática da Tríplice Fronteira adquiriu ao longo dos últimos anos, podemos ser levados a concluir de forma precipitada que esta região só se tornou relevante aos olhos da opinião pública internacional e dos governos nacionais de Brasil, Argentina, Paraguai e, sobretudo, Estados Unidos a partir dos atentados de 11 de Setembro. Mas como veremos nas seções seguir, esta é uma visão equivocada. Vale analisar em maior detalhe as variadas dinâmicas históricas de inserção da Tríplice Fronteira na agenda de segurança dos Estados Unidos para compreender de forma adequada quando e de que maneira o encontro das fronteiras de Brasil, Argentina e Paraguai atraia a atenção das autoridades norte-americanas no período que antecede a Guerra ao Terror. Da mesma forma, esta historicização busca um olhar menos imediatista sobre a área, nos permitindo assim captar que tipo de imagens e representações sobre este espaço já haviam sido associadas à Tríplice Fronteira pelo governo dos Estados Unidos em contextos históricos passados.

Trabalhando nesse sentido, o presente capítulo inicia-se com uma breve apreciação das agendas políticas e de segurança que se referiam à região antes dos atentados de 11 de Setembro. Em um segundo momento, trabalho o ambiente de crise internacional que se segue aos ataques nos Estados Unidos e o modo como a Tríplice Fronteira foi abruptamente inserida na pauta interamericana de segurança na condição de uma “região-problema”. Por fim, analiso a continuidade dos mo-

<sup>134</sup> Uma versão inicial deste capítulo, no qual, trabalhei com uma parcela reduzida das fontes, foi publicada na Carta Internacional do NUPRI-USP (AMARAL, 2007c)

<sup>135</sup> Disponível em: <<http://www.state.gov/p/wha/rls/rm/2001/5299.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2008.

vimentos de securitização e dessecuritização em torno da questão da Tríplice Fronteira nos anos seguintes, me focando sobre os debates entre os Estados Unidos, de um lado, e os três países do Cone Sul, do outro. Fazendo dialogar estes diferentes momentos – por meio da comparação entre os diferentes discursos associados à Tríplice Fronteira – creio ser capaz de observar as mudanças nas representações da ameaça que se referem à região e assim entender como se tem se dado o processo de securitização da Tríplice Fronteira.

#### 4.1. Mapeando os discursos sobre o terrorismo internacional na América do Sul

O ano de 1992 marcou a primeira vez em que o governo dos Estados Unidos mencionou oficialmente a possível atuação de um grupo terrorista de caráter internacional na América do Sul. Neste ano, o documento intitulado *Patterns of Global Terrorism 1992* (daqui em diante referidos simplesmente pela sigla PGT) aborda o atentado ocorrido contra a Embaixada de Israel em Buenos Aires e faz a primeira menção à potencial presença do Hizballah no continente sul-americano (PGT 1992 In: ESTADOS UNIDOS, 1993).<sup>136</sup> Antes deste evento-chave, as únicas formas de violência política que haviam sido categorizadas como atos de terrorismo pelo governo norte-americano se referiam aos diferentes ataques perpetrados por grupos insurgentes sul-americanos contra os interesses e/ou cidadãos dos Estados Unidos localizados na América do Sul.<sup>137</sup> Faziam referência, nesse sentido, a agressões realizadas por grupos de caráter essencialmente nacional, tanto em sua motivação política, quanto sua esfera de atuação. Destacavam-se neste âmbito os casos da Colômbia, Peru e, em menor medida, Bolívia. Este quadro mudou radicalmente com o ataque de 1992 na Argentina, o evento a partir do qual o governo norte-americano deu os primeiros passos de um progressivo processo de securitização do terrorismo internacional na América do Sul.

<sup>136</sup> A legislação norte-americana obriga do Departamento de Estado a submeter os relatórios anuais sobre terrorismo até o dia 30 de abril de cada ano. Assim, o PGT 1994 trata dos eventos ocorridos em 1994, mas será oficialmente publicado em 1995. Da mesma forma, o PGT 1995 será publicado em 1996, embora faça referência ao ano de 1995. E assim por diante. Para facilitar a compreensão do leitor, farei referência inicialmente ao ano em que ocorrem os eventos descritos nos documentos e não ao ano da publicação dos relatórios.

<sup>137</sup> O PGT 1991, por exemplo, reconhece o crescimento de ataques feitos por “guerrilhas e narcotraficantes”, mas admite que a maior parte destes é voltada contra instituições domésticas.

Segundo as informações oficiais disponíveis no *site* da Embaixada israelense em Buenos Aires, o atentado ocorrido na tarde do dia 17 de março de 1992 deixou 29 mortos e mais de 350 feridos, sendo à época considerado o “ato mais brutal” contra um alvo civil judeu desde a Segunda Guerra Mundial. A perícia realizada no local do atentado pelo Chefe do Grupo de Desativação e Instrução de Explosivos da Gendarmeria Nacional Argentina<sup>138</sup> dava conta de que “a explosão se realizou fora do edifício, quando um carro-bomba [uma Ford F-100 (caminhonete do tipo picape) carregada com cerca de 200 kg de explosivos] se chocou contra o edifício da Embaixada” (ISRAEL, s/d). A carga de explosivos foi calculada em torno de 50 a 60 kg e teria sido conduzida até o alvo por um militante suicida que conduzia uma caminhonete Ford F-100.

#### 4.2.

#### **Áreas remotas e bombas-relógio: a mudança nas representações sobre a Tríplice Fronteira**

No PGT 1992, os Estados Unidos já relatavam que o Jihad Islâmico – então descrito como um grupo armado vinculado ao Hizballah Libanês – teria requisitado a autoria dos atentados. O ato terrorista foi descrito como uma “perturbadora invasão da [forma de] violência [típica/original] do Oriente Médio” no Hemisfério Ocidental, implicitamente tratando o ocorrido como algo excepcional e admitindo que se constituía em acontecimento estranho ao espaço político sul-americano. De acordo com o mesmo documento, o atentado despertou a atenção do governo dos Estados Unidos para as comunidades xiitas que haviam imigrado recentemente para as “remotas áreas fronteiriças” de Brasil, Argentina e Paraguai. Descrita com tais ares de Orientalismo (SAID, 1979) a região pareceria ser então concebida pelo governo norte-americano como um espaço isolado e/ou um local ermo que “poderia prover cobertura para terroristas internacionais” (PGT 1993 In: ESTADOS UNIDOS, 1994). Importante observar que originalmente o termo “Triborder Area” não foi utilizado para se referir à área, o que nos leva a crer que a concepção da Tríplice Fronteira como um espaço singular e uma entidade ontológica com exis-

<sup>138</sup> A Gendarmería Nacional Argentina é uma força de segurança de natureza militar e está subordinada ao Ministério do Interior. Nesse sentido, se aproxima do papel desempenhado pelas Polícias Militares no Brasil. Contudo, a Gendarmeria se distingue do caso brasileiro pois se caracteriza como uma “Força Intermediária”, tendo um caráter dual: seus contingentes podem ser empregados tanto para a segurança nacional no âmbito doméstico argentino, quanto para a manutenção da ordem missões de paz, em apoio à política exterior do país

tência independente do simples somatório das três fronteiras nacionais ainda não havia sucedido.

Esta mudança qualitativa só veio a ocorrer dois anos mais tarde, em 1994, quando ocorreu o atentado contra a sede da AMIA, mais uma vez em Buenos Aires. Na manhã do dia 18 de julho de 1994, uma terrorista suicida lançou um furgão Renault Traffic repleto de explosivos contra o edifício que sediava a *Asociación Mutual Israelita Argentina* (AMIA) e a *Delegación de Asociaciones Israelitas Argentinas* (DAIA), deixando 85 vítimas fatais e ferindo cerca de 300 pessoas. Nos relatórios do Departamento de Estado norte-americano de 1993, o atentado de 1992 contra a Embaixada de Israel não havia sequer sido mencionado na breve seção dedicada ao terrorismo na América Latina. Entretanto, há uma significativa transformação discursiva no PGT 1994 (ESTADOS UNIDOS, 1995). Com a ocorrência do atentado contra a AMIA, a América do Sul é recolocada, agora de forma definitiva, no mapa norte-americano de potenciais espaços de atuação do terrorismo internacional e, no seio desta nova dinâmica, a região das três fronteiras é transformada na Tríplice Fronteira. E agora, pela primeira vez, o governo norte-americano fazia uso da expressão “Triborder Area” para se referir à confluência dos limites territoriais de Brasil, Argentina e Paraguai (PGT 1994 In: ESTADOS UNIDOS, 1995).

As investigações iniciais caminharam em dois sentidos: a conexão local e a conexão internacional. No âmbito da primeira vertente, investigava-se o envolvimento de membros da polícia de Buenos Aires, sobretudo o nome do comissário Juan Jose Ribelli, assim como de Carlos Alberto Telleldín, um ex-policial trabalhava no mercado de carros roubados e que teria fornecido o veículo utilizado pelo suicida no ataque contra a AMIA (COSTA, 2008). Já a segunda linha de investigação buscava apurar a participação de atores internacionais no atentado, entre os quais estariam integrantes do Hizballah, pessoas vinculadas à Embaixada Iraniana em Buenos Aires e até mesmo ao governo sírio.

Em 1993, ocorrera o primeiro atentado ao *World Trade Center* e a recorrência do atentado na Argentina sinalizou ao governo norte-americano que, como acontecera em Buenos Aires, a ameaça que assolara seu território um ano antes, poderia voltar-se mais uma vez contra o país. Os Estados Unidos se envolveram de forma intensa no caso AMIA, alegando que o governo do Irã e/ou os grupos

militantes associados a este país seriam os mais prováveis autores do ataque. James Richard Cheek, quem então ocupava o cargo de embaixador norte-americano em Buenos Aires, afirmou categoricamente que “o Irã é o suspeito número um” e que se “a Argentina decidir romper relações com o governo iraniano, será apoiada pelos Estados Unidos” (ESTADOS, 1994a). Da mesma maneira, Warren Christopher, o primeiro Secretário de Estado do governo Clinton, veio a público para (1) responsabilizar a Jihad Islâmica pelo atentado, descrevendo-a como um grupo fundamentalista apoiado pelo governo iraniano, (2) criticar os países que mantivessem laços comerciais e financeiros com o Irã e (3) pedir que seus aliados deixassem Teerã “ilhada economicamente” (ESTADOS, 1994b).

À época, investigações conduzidas pela SIDE – que contou com o apoio da CIA e o Mossad<sup>139</sup> – teriam indicado que o militante suicida que havia detonado o carro-bomba na seda da AMIA teria entrado em território argentino pela cidade turística de Puerto Iguazu, na Tríplice Fronteira (ESCUDE & GUREVICH, 2003; AMARAL, 2007b). A primeira menção mais direta nesse sentido, contudo, não se originou nas Américas, mas no Oriente Médio. Em novembro de 1994, Carlos Menem visitou Tel Aviv atendendo a convite do Chanceler israelense, Shimon Peres, para atuar com mediador em negociações com o governo sírio. Menem parafraseou mal uma conversa que teve com Peres, dando a entender que Israel já estava decidido a devolver o controle das Colinas de Golã à Síria, quando deveria ter expressado que havia somente uma simples intenção dos israelenses nesse sentido. O episódio gerou mal-estar entre os governos, o que levou o governo de Israel a “denunciar a presença de uma base de adestramento do Hizballah da Tríplice Fronteira” (CARRANCIO, 1998, p.153, 160)

Neste novo contexto, o PGT de 1994 menciona de forma clara que os “relatos sobre a presença” de militantes do Hizballah na América Latina já “aumentaram a preocupação” do governo dos Estados Unidos. Vale observar que a menção indireta à Tríplice Fronteira não vem acompanhada por acusações diretas desta presença. Até então, ainda estaríamos diante de meros “relatos”, ou seja, versões ainda não adotadas oficialmente como posturas de securitização do governo norte-americano. Havendo ainda a necessidade de averiguação, parecia evidente a redo-

---

<sup>139</sup> Respectivamente, os serviços secretos argentino, norte-americano e israelense. Sigla para *Servicio de Inteligencia del Estado*, a agência de inteligência argentina.

brada cautela para não desgastar as relações bilaterais com o governo argentino e, em menos medida, também com o Brasil.

O terrorismo ganharia progressivamente mais destaque na agenda interamericana de segurança nos meses seguintes. Em dezembro de 1994, por exemplo, os países do continente se reúnem em Miami, no estado norte-americano da Flórida, para a Cúpula das Américas. Na oportunidade os governos americanos acordaram em por em prática um Plano de Ação que, entre outros temas, tratava o combate ao terrorismo. Previa nesse sentido, a promoção de variados “acordos bilaterais e sub-regionais com o objetivo de levar terroristas a juízo e fazer com que se apliquem penas legais às atividades terroristas, dentro do contexto de proteção aos direitos humanos e as liberdades fundamentais”.<sup>140</sup> Claramente, o terrorismo adentrava a agenda de segurança hemisférica, embora ainda não demandasse a adoção de medidas políticas excepcionais como viria a ocorrer anos depois.

Estes primeiros movimentos de securitização geral do terrorismo nas Américas vêm acompanhados de tentativas de securitização pontuais, como no caso da Tríplice Fronteira. Um relatório apresentado perante o Congresso norte-americano em 28 de setembro de 1995 alertava sobre o “novo terrorismo hemisférico”. Segundo as palavras de Robert Bryant – Diretor Assistente do FBI e um dos depoentes perante os congressistas norte-americanos – os dois ataques a bomba ocorridos em Buenos Aires e, sobretudo, o primeiro atentado realizado contra o *World Trade Center*, em 1993, representavam uma “nova e emergente forma de terrorismo internacional” à qual o todo continente americano também estaria vulnerável (CAREY, 1995).

Tratando especificamente a Tríplice Fronteira, Bryant alegou que os três governos nacionais da região não dispunham de forças de segurança robustas na área, o que faria com que as atividades do Hizballah pudessem “passar facilmente despercebidas”. A opinião foi corroborada na mesma ocasião por Philip Wilcox, Coordenador de Contraterrorismo do Departamento de Estado, quem afirmou categoricamente que o Hizballah “é agora uma grande ameaça terrorista internacional na América Latina”. Os congressistas norte-americanos pareciam convencidos da imperiosidade e urgência da nova agenda no campo da segurança: em clara sintonia com os argumentos apresentados por Bryant e Wilcox, o presidente da

---

<sup>140</sup> Fonte: <<http://summitsoftheamericas.org/miamiplan.htm>>.

Comissão de Relações Internacionais da Câmara dos Representantes, Ben Gilman (R-NY), afirmou que “todos nós devemos combater esta escória [terrorista] nas Américas” (CAREY, 1995).

Os relatórios PGT nos anos de 1995, 1996, 1997 e 1998 reforçaram os discursos em torno da ameaça do terrorismo internacional na América do Sul (ESTADOS UNIDOS, 1999a). Destaca-se o empenho das autoridades argentinas na apuração dos culpados e seu papel de liderança nos esforços de cooperação regional para atividades de contraterrorismo – principalmente junto a Brasil e Paraguai – para aumentar o controle sobre a região fronteiriça. Embora seja mencionada a prisão de cidadãos argentinos, o Hizballah ainda é tido o “principal suspeito” (PGT 1995 In: ESTADOS UNIDOS, 1996b). Expressam-se, ademais, as “crescentes preocupações de segurança” por parte do governo do norte-americano (PGT 1996 In: ESTADOS UNIDOS, 1997). Entretanto (talvez contraditoriamente), ainda é bastante exíguo e limitado o espaço que os relatórios dedicam à descrição das medidas adotadas pelos governos argentino, brasileiro e paraguaio no sentido de aumentar os controles sobre a região da Tríplice Fronteira. Os pontos focais de atenção do governo norte-americano no que tange ao combate ao terrorismo na América Latina continuam sendo os movimentos de insurgência na Colômbia e no Peru.

A partir de 1996, ganham força as negociações de acordos de cooperação, assim como os processos de implementação de iniciativas trilaterais entre Brasil, Argentina e Paraguai para reforçar os mecanismos conjuntos de segurança na Tríplice Fronteira. O processo é liderado pelo governo Argentina, com evidente protagonismo desempenhado pelo Ministro do Interior de Menem, Carlos Corach. Foi Corach quem, em fevereiro de 1996, recebeu Marcelo Jardim, Chefe da Divisão de América Meridional do Ministério das Relações Exterior brasileiro, e Cristóbal Sánchez, Vice-ministro do Interior o Paraguai, em Buenos Aires, para firmar o acordo que assentaria as bases para a criação do Comando Tripartite da Tríplice Fronteira poucos meses depois (FIRMAN, 1996).<sup>141</sup>

---

<sup>141</sup> Na ocasião, Corach justificou a criação do Comando em função da “responsabilidade [dos três países] de impedir a existência de santuários físicos e legais [para o terrorismo]”. A proposta inicial do Comando Tripartite havia sido lançada no ano anterior durante a Cúpula Ibero-americana (Barilhoche, Argentina, dias 16 e 17 de outubro de 1995) com o objetivo declarado de “neutralizar aos eventuais grupos terroristas que atuam na tríplice fronteira” (PROTECCIÓN, 1996).

Porém, mesmo com os esforços trilaterais, a temática do terrorismo na América do Sul não sairia do foco de atenção dos Estados Unidos. Em uma viagem pela América do Sul originalmente pautada basicamente por temas econômicos – em especial as questões em torno da ALCA e do Mercosul – Clinton visitou a Venezuela, o Brasil e a Argentina em meados de outubro de 1996. Duas semanas antes, o presidente havia recebido uma carta assinada por oito senadores democratas pedindo que o presidente se fizesse um pronunciamento público “convocando [o governo argentino] a renovar os esforços para encontrar os responsáveis do ataque terrorista” contra a AMIA (O'DONNELL, 1997).

Chegando a Buenos Aires, Clinton se reuniu com Carlos Menem e expressou sua preocupação com a atividade do Hizballah da Tríplice Fronteira. Reconheceu “os esforços que foram feitos”, mas reclamou um maior controle sobre a região, oferecendo a ajuda de Washington para estes fins (PASQUINI, 1997a). Desde então, o governo argentino – principalmente na figura de seu Ministro do Interior, Carlos Corach – iniciou uma forte campanha diplomática com o objetivo de aumentar os controles e a vigilância sobre a Tríplice Fronteira, capitaneando as iniciativas trilaterais e buscando parceiras com terceiros, sobretudo os Estados Unidos, para estimular a criação de arranjos regionais de segurança de combate/prevenção ao terrorismo.

O relatório PGT de 1997 (ESTADOS UNIDOS, 1998) reflete esta nova postura de elogio quanto iniciativas regionais de articulação entre governos sul-americanos. Sublinha-se a necessidade de aprimorar as ações governamentais para “eliminar o financiamento do terrorismo”, mesmo sem mencionar suas possíveis fontes. Agora, menciona-se de forma geral ao “terrorismo islâmico”, desta forma abandonando a descrição nominalista que se referia especificamente à Jihad islâmica e o Hizballah. Este movimento – embora não possamos julgar se foi intencional ou não – veio em um momento no qual (1) as investigações sobre os atentados contra a AMIA apontavam para a participação de membros da Embaixada Iraniana em Buenos Aires e (2) novos focos de preocupação – entre os quais constavam alguns cidadãos egípcios presos no Paraguai, supostamente vinculados a Gama'a al-Islamiyya – pareciam surgir como potenciais focos de atenção futura. Esta generalização antecipou os potenciais alvos de preocupação futura sobre o tema do terrorismo na América do Sul e ampliou a agenda de identificação de

novas ameaças na região. Assim, ofereceu adequando ensejo à posterior inclusão de novos atores e espaços nos quais eles pudessem se encontrar, trazendo novo ímpeto para o engajamento com a questão da Tríplice Fronteira.

Outro relevante movimento discursivo se dá no âmbito da percepção dos Estados Unidos sobre seus o arranjo de suas parcerias diplomáticas para o combate ao terrorismo no Cone Sul. Nos termos do documento, Brasil, Argentina, e Paraguai estariam “cooperando ativamente” contra o terrorismo na Tríplice Fronteira e “continuaram seus trabalhos para combater atividades criminais de indivíduos ligados a grupos terroristas islâmicos”. Tem início então um processo de forte destaque para a atuação argentina nestes âmbitos. O país é tido como o mais bem-disposto colaborador norte-americano no campo da segurança, liderando estes esforços de aproximação e cooperação entre os três países do Cone Sul e os Estados Unidos, tanto no âmbito bilateral quanto no regional. Diversas iniciativas davam respaldo a tal convergência política bilateral.

No dia 3 de dezembro de 1997, por exemplo, a *Secretaría de Seguridad Interior* da Argentina organizou o “Primeiro Congresso Internacional de Terrorismo”, quando foi recomendada recomendaram à Assembléia Geral Organização dos Estados Americanos (OEA) a criação posterior do Comitê Interamericano para o Terrorismo com o propósito de coordenar as medidas de cooperação regional nesta temática. Tanto a realização do encontro quanto o consenso em torna da criação do novo comitê da OEA são mencionados em tom claramente elogioso no relatório PGT de 1997. Ambos são referidos como iniciativas que destacam o “papel de liderança” desempenhado pela Argentina na criação de mecanismos regionais de contraterrorismo. Somando a isso, para além do âmbito regional mais amplo, os participantes do encontro interamericano em Buenos Aires não se esqueceram de pontuar a necessidade de iniciativas mais focadas. Na ocasião destacaram a importância de vigiar “especialmente” a Tríplice Fronteira, por consideraram que “ali poderia operar o terrorismo islâmico” (CAPPIELLO, 1997).<sup>142</sup>

No dia 22 do mês anterior (novembro de 1997), durante a II Reunião de Ministros do Interior (RMI) do Mercosul em Punta del Este, os três países que com-

---

<sup>142</sup> Em comentários cedidos à imprensa argentina durante o encontro, Raphael Francis Perl, do Serviço de Investigações do Congresso norte-americano e um dos convidados presentes no evento, reiterou a postura de acusação contra o governo de Teerã no caso AMIA, dizendo que “não temos provas diretas da participação iraniana dos atentados de Buenos Aires, mas sim suspeitas muito fortes que apontam para o governo iraniano.

partilham a área de fronteira já haviam acordado a criação de uma “Unidade Especial de Trabalho” para elaborar um plano de segurança para a zona da Tríplice Fronteira. A decisão se dava em um contexto de relativo desgaste entre os países do Cone Sul, em função de o Ministro Corach ter criticado publicamente o Brasil e o Paraguai por “não se empenharem suficientemente” no controle da zona fronteiriça comum (CORACH & BAIZAN, 2002, p.104).<sup>143</sup> Este movimento político de críticas ao Paraguai encontrou parceria e eco político em Washington: em fins de dezembro de 1997, a mídia argentina levantou a hipótese de que, os Estados Unidos estariam cogitando “descertificar” o Paraguai<sup>144</sup> se o país não diminuísse o nível do tráfico de drogas e de lavagem de dinheiro em Ciudad del Este.<sup>145</sup>

Este novo ímpeto de engajamento da Casa Branca com a questão da segurança na Tríplice Fronteira teria sido estimulado por informações obtidas pela SIDE e repassadas para a CIA de que haviam sido detectados planos para a realização de atentados contra a Embaixada norte-americana em Assunção. “Os Estados Unidos estão atentos”, manifestou o secretário-geral da Presidência argentina, Alberto Kohan, pouco antes de uma missão norte-americana composta por membros do Departamento de Estado e da CIA chegar à capital argentina para tratar de temas relacionados ao antiterrorismo depois de ter passado por Brasília e Assunção (PASQUINI, 1997b). No mesmo sentido, a Secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, já havia expressado para o Ministro do Interior argentino, Carlos Corach, a “inquietude” que o tráfico ilegal a lavagem de dinheiro na Tríplice Fronteira geravam em Washington.<sup>146</sup>

<sup>143</sup> CURI, Walter. Menem ordenó a Corach moderar sus denuncias. **Clarín**, Buenos Aires, 22 nov. 1997. Disponível em: <<http://www.clarin.com/diario/1997/11/22/t-01201d.htm>>. Acesso em: 13. abr. 2007.

<sup>144</sup> Para maiores informações sobre o processo de descertificação, consultar “A Guerra às Drogas e a América Latina” no capítulo 3 deste trabalho. Corach chegou a afirmar que Ciudad del Este estava absolutamente “fora do controle do Estado”, tendo sido criado um “santuário único de impunidade” para variadas formas de delito transnacional. CURI, Walter. Menem ordenó a Corach moderar sus denuncias. **Clarín**, Buenos Aires, 22 nov. 1997. Disponível em: <<http://www.clarin.com/diario/1997/11/22/t-01201d.htm>>. Acesso em: 13. abr. 2007.

<sup>145</sup> SANTOR, Daniel. Los EE UU amenazan con sancionar a Paraguay. **Clarín**, Buenos Aires, 19 dez. 1997. Disponível em: <<http://www.clarin.com/diario/1997/12/19/i-03901d.htm>>. Acesso em: 13. abr. 2007. Poucos dias depois da veiculação da notícia especulativa, a Embaixada dos Estados Unidos em Assunção negou que o governo de Bill Clinton estivesse planejando uma possível “descertificação” do Paraguai, situação a qual somente a Colômbia era submetida.

<sup>146</sup> Anunciaron medidas para controlar la Triple Frontera. *La Nación*, Buenos Aires, 17 dez. 1997. Disponível em: <[http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota\\_id=83352](http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=83352)>. Acesso em: 13. abr. 2007.

O ano de 1998 já se inicia com forte agenda relacionada à Tríplice Fronteira. Em meados de janeiro, Brasil, Argentina e Paraguai se reuniram novamente para firmar acordos de cooperação para o controle da área durante a realização da III Reunião de Ministros do Interior do Mercosul; encontro que contou ainda com a participação de delegações de Uruguai, Bolívia e Chile como observadores. Dias antes, o governo paraguaio havia criado o Departamento de Prevenção e Investigação do Terrorismo, diretamente subordinado a Polícia Nacional e sediado em Luque, local próxima de Assunção, mas a cerca de 350 km de distância da Tríplice Fronteira (PREOCUPA, 1998).

Ao fim do mesmo mês teve lugar na capital argentina uma nova Reunião Especial de Trabalho sobre Segurança na Tríplice Fronteira, ocasião em que foram acordadas novas medidas de coordenação em assuntos criminais, aduaneiros, financeiros, bancários e migratórios. A possibilidade de um terceiro atentado na Argentina – levantada em novembro do ano anterior por um dos indivíduos interrogados pelo Juiz responsável pela apuração do caso AMIA, Juan José Galeano – havia inaugurado nova rodada de pressões por parte da Argentina em busca de maior empenho na vigilância da Tríplice Fronteira. Nesse contexto, Carlos Corach veio a reafirmar a “aliança estratégica” entre a Argentina e o governo de Washington, em um movimento para estimular os reticentes Brasil e Paraguai a avançar na agenda de controles sobre suas fronteiras comuns. O Ministro argentino declarou, nesse sentido, que se sentia “acompanhado por todos os países da América na decisão de estabelecer maiores controles sobre a Tríplice Fronteira” e que havia recebido “sinais muito claros dos Estados Unidos de seu interesse em cooperar efetivamente com todo o que nós deliberemos” (ACUERDAN, 1998).

Corach esteve em Washington no mês seguinte (fevereiro de 1998) e detalhou a natureza da cooperação oferecida pelo governo norte-americano: suporte essencialmente técnico, sobretudo através de apoio financeiro, intercâmbio de informações de inteligência e fornecimento de equipamentos para a efetiva implementação do plano de segurança anteriormente delineado para a região (BARON, 1998b). Após se reunir com Peter Romero, secretário-assistente adjunto para assuntos latino-americanos, e o embaixador Kenneth R. McKune, coordenador de Contraterrorismo dos Estados Unidos, esteve com o deputado Benjamin Gilman (R-NY), presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara de

Representantes para informar-lhe sobre o avanço das investigações sobre o atentado contra a AMIA (BARON, 1998a).

Dessa forma, a Argentina operava uma evidente requisição de envolvimento mais intenso e constante dos Estados Unidos na questão, tanto o Ministro Corach fez questão de sublinhar que “a segurança das áreas críticas como a da Tríplice Fronteira é um problema que não é só do Brasil, Paraguai e Argentina, mas sim um problema que merece a atenção continental” (RAYMONT, 1998). Em certo sentido, o movimento discursivo operado pelo governo argentino tinha como objetivo constituir a Tríplice Fronteira como um espaço de risco iminente, a partir de onde a ameaça terrorista poderia transbordar para todos os demais países do hemisfério ocidental. Tenta-se, assim, fazer com que prevalecesse uma nova representação sobre a região, buscando trazer para a esfera regional e interamericana uma dinâmica de segurança que inicialmente se limitava ao âmbito trilateral.

A Argentina estava claramente disposta a apresentar-se como um interlocutor mais próximo que Brasil e Paraguai ante os olhos norte-americanos, conformando assim um pólo bastante sólido de articulação com os Estados Unidos em questões de segurança regional. A Tríplice Fronteira desempenhou facilmente o papel de catalisador desta aproximação: tanto para Washington quanto para as autoridades de Buenos Aires, um eficiente combate aos ilícitos transnacionais na Tríplice Fronteira (contrabando, narcotráfico, tráfico de armas e lavagem de dinheiro) representaria um duro golpe à base de sustentação financeira dos supostos grupos terroristas que ali, até então, encontravam seu “santuário”. Para a Argentina, a Tríplice Fronteira era o ponto mais frágil de suas defesas contra potenciais atentados. Para os Estados Unidos, como expressou um porta-voz de general Barry McCaffrey, o “czar” norte-americano para o combate às drogas, era “a área que mais preocupa[va]” Washington no Cone Sul (ELÍAS, 1998).

As pressões norte-americanas sobre a região da Tríplice Fronteira se manifestaram uma vez mais em fins de fevereiro, desta vez sobre o Paraguai. Neste mês, o governo dos Estados Unidos retirou a certificação plena do país, substituindo-a por uma certificação “condicionada”, devido à percepção de Washington de que o governo paraguaio não teria se mostrado suficientemente disposto a combater o narcotráfico em Ciudad del Este (EL MERCOSUR, 1998). Tal certificação “condicionada”, todavia, não previa penalidades ao Paraguai e servia mais

como uma forma de alertar o governo de Juan Carlos Wasmosy sobre as potenciais sanções futuras, caso não houvesse movimentos claros por parte de Assunção no sentido de cooperar com o controle da Tríplice Fronteira.

Em fins de março de 1998, Brasil, Argentina e Paraguai assinaram o “Plano Geral de Segurança para a Tríplice Fronteira” por ocasião de Reunião Extraordinária de Ministros do Interior do Mercosul, Bolívia e Chile, realizada em Buenos Aires. Dias depois, no início do mês de abril, uma delegação de oito deputados norte-americanos – liderados pelo mesmo Benjamin Gilman que recebera Corach em Washington dois meses atrás – visitaram a Argentina para interar-se sobre o plano e estudar mecanismo de cooperação financeira do Congresso dos Estados Unidos com o recém-criado projeto antiterrorista.<sup>147</sup> Antes de chegar à capital argentina, a comitiva havia visitado a Tríplice Fronteira<sup>148</sup> e Gilman havia tornado pública a preocupação que a partir de então passou a compartilhar com os demais congressistas: segundo suas próprias palavras, “não tínhamos idéia de que existia esta bomba-relógio no coração do hemisfério” (EE.UU. FINANCIARÁ, 1998).

#### **4.3.**

#### **De “santuário” à zona de financiamento do terrorismo**

A rodada de visitas de autoridade norte-americanas a Buenos Aires continuou pouco depois da comitiva liderada por Gilman ter retornado aos Estados Unidos. Em maio de 1998, o Diretor do FBI, Louis Freeh, esteve na capital argentina, na primeira visita de um chefe do órgão norte-americano ao país da América do Sul. Declarou então, referindo-se à Tríplice Fronteira, que “evidentemente, a zona representa não só uma ameaça de violência, mas uma ameaça terrorista” (RESPALDÓ, 1998). Alternava também o foco sobre a região para a questão do crime organizado, sugerindo que a experiência de coordenação policial na área das fronteiras poderia servir como embrião de uma “força continental de combate ao crime organizado” nos moldes da Europol.

---

<sup>147</sup> A delegação norte-americana era composta ainda pelos Democratas Gary Ackerman, Bob Clement, Pat Danner, Eni Faleomavaega e Carolyn Maloney, assim como pelos Republicanos Cass Ballenger e Mark Sanford, Jr., acompanhados por diversos assessores em temas de terrorismo e narcotráfico.

<sup>148</sup> Os congressistas norte-americanos estiveram em Puerto Iguazu, em Foz do Iguazu e às portas de Ciudad del Este, embora não tenha adentrado o perímetro da cidade.

Freeh seguiu viagem para o Brasil, onde reiterou a retórica que havia apresentado na Argentina, dizendo que teria “informações que levam a crer que grupos do Hizballah têm o potencial de levar adiante atividades terroristas e têm uma rede de apoio na área” da Tríplice Fronteira (MAC KAY, 1998). Pouco depois, na Argentina, era aberta uma profunda crise diplomática entre a Casa Rosada e o governo do Irã quando o Juiz Juan José Galeano, encarregado da apuração do ataque a AMIA, ordenou a captura internacional de Mohsen Rabbani. Galeano acusava Rabbani, quem atuara como Adido Cultural iraniano à época do atentado, de estar envolvido no planejamento da ação que deixou 85 mortos. Ao mesmo tempo, surgiam novas reclamações da chancelaria argentina contra a “falta de cooperação” do encarregado de negócios do Irã, Abdulrajim Sadatifar, nas investigações do ataque (POR LA CRISIS, 1998). A Tríplice Fronteira – como aconteceria em diversas outras crises de segurança, tanto na América do Sul, quanto no Oriente Médio – voltou a ser vista como uma fonte de ameaça iminente. Assim, a securitização da área retornaria à pauta do dia e a região teria seu monitoramento reforçado sempre que pairasse novamente a sombra do hipotético “terceiro atentado”.

Os esforços de controle da zona fronteiriça se tornaria um dos principais temas dos debates que ocorreram no mês de novembro de 1998, em Mar del Plata, cidade argentina onde teve lugar a Segunda Conferência Interamericana de Luta contra o Terrorismo. No evento promovido pela OEA, cumprindo com as recomendações feitas em dezembro do anterior, foi assinado o Compromisso de Mar del Plata, através do qual foi criado o Comitê Interamericano Contra o Terrorismo (CICTE).<sup>149</sup> A novidade foi saudada por Christopher W. S. Ross, coordenador de contraterrorismo do Departamento de Estado, quem reiterou as preocupações norte-americanas com o avanço do terrorismo na América Latina pouco antes do encerramento da conferência (DIAS, 1998).

A reunião de Mar del Plata se deu em meio a um clima de mal-estar diplomático entre Brasil e Argentina devido a desentendimentos bilaterais em torno das investigações sobre o ataque à sede da Mutual Israelita em Buenos Aires. Poucas semanas antes do encontro organizado pela OEA, o Ministro Corach alegou à imprensa portenha que a justiça argentina havia pedido inúmeras vezes à sua equiva-

---

<sup>149</sup> Para acessar a versão na íntegra do compromisso, visitar:  
<<http://scm.oas.org/Reference/PORTUGUESE/DECLARACOES/COMPROMISO%20DE%20MAR%20DEL%20PLATA.doc>>.

lente brasileira a extradição de Wilson Roberto dos Santos, um cidadão brasileiro considerado testemunha-chave do caso AMIA por supostamente ter obtido informações prévias sobre o atentado de 1994.<sup>150</sup> Após Corach ter cobrado uma “decisão política” por parte do Brasil para colocar Santos à disposição da Justiça argentina o governo brasileiro retrucou, alegando que não haviam quaisquer pedidos formais de extradição, mas de mera localização de Santos (GAZIR, 1998a).<sup>151</sup>

Neste momento eram delineadas com maior nitidez as posições dos governos de Brasil, Argentina, Paraguai e Estados Unidos em torno da questão da Tríplice Fronteira, ou seja, começavam a ser expressadas de forma mais clara as diferentes representações discursivas que estes atores buscariam atribuir a tal espaço transfronteiriço. O governo argentino se destacava como o principal interessado em securitizar a Tríplice Fronteira, associando a região ao atentado na AMIA, em cujas investigações o nexos internacional era cada vez mais ressaltado em detrimento da chamada conexão local. Os Estados Unidos surgiam então como um ator secundário, apoiando a tese argentina e incentivando de forma cautelosa o movimento de securitização protagonizado por Buenos Aires. O Paraguai era traçado contra sua vontade para este debate por causa de Ciudad del Este, o segundo mais importante pólo econômico do país que – caracterizado pelo comércio informal, quando não ilegal – passou a sofrer com os maiores controles e com a conseqüente redução do “turismo de compra”.<sup>152</sup> Em caráter extra-oficial, o Brasil via a tentativa de vincular os ataques à AMIA com a Tríplice Fronteira – e a conseqüente securitização da fronteira conjunta – como uma forma encontrada pelas autoridades argentinas para compartilhar o ônus político e a responsabilidade por não ter conseguido avançar nas investigações sobre o atentado (GAZIR, 1998b).

<sup>150</sup> Semanas antes do ataque à AMIA, Wilson dos Santos havia procurado os consulados de Brasil, Argentina e Israel em Milão (Itália) para alertar sobre o futuro atentado em Buenos Aires. Após a explosão Santos prestou depoimento à polícia argentina, dizendo que Nasrim Mohtari, uma mulher iraniana com quem mantivera relações sentimentais, teria lhe informado detalhes do suposto plano de atentado. Dias depois, quanto teria de ratificar o depoimento perante o juiz Juan José Galeano, o brasileiro alegou que havia mentido “por medo” e acabou sendo então processado por falso testemunho. Posteriormente, teve a prisão relaxada e voltou para o Brasil, quando desapareceu desde o final de novembro de 1994 (MELLO & KANENGUISER, 1998; BRENER, 1999)

<sup>151</sup> A reação do Ministro da Justiça Brasileiro, Renan Calheiros, foi particularmente dura: “Não é admissível que o insucesso dos esforços argentinos para encontrar os culpados resvale para hipóteses fantasiosas ou teses conspiratórias” (MELLO & KANENGUISER, 1998)

<sup>152</sup> Como explicitado pela própria terminologia, trata-se uma modalidade de turismo motivada essencialmente pela compra de mercadorias em condições mais favoráveis em outro país que não o de origem do comprador. Para detalhes sobre esta modalidade de comércio na Tríplice Fronteira, a melhor referência disponível é o trabalho de Fernando Rabossi (2004), do Museu Nacional da UFRJ.

Alternativamente, o governo brasileiro via como problemática a presença de diversas práticas ilícitas transnacionais – tais como a lavagem de dinheiro, o contrabando, o tráfico de drogas e de armas – mas reiterava com firmeza que não haviam sido detectadas quaisquer atividades de elementos terroristas na região. Para o Brasil, a Tríplice Fronteira era uma questão, não um problema; era um foco de atenção, não um motivo de alarme; era uma zona do crime organizado transnacional, não um “santuário” do terrorismo internacional.

Estas posturas foram marcadas com mais intensidade da reunião de Mar del Plata do que em ocasiões anteriores devido, em grande medida, à insatisfação argentina com arranjos institucionais anteriores. O acordo para a criação do Comando Tripartite, por exemplo, não havia enfatizado o problema do terrorismo (desejava a delegação argentina), de certa forma diluindo o tema em meio a diversos outros ilícitos transnacionais (GAZIR, 1998c). A Argentina pressionaria então pela relação automática entre a presença destes ilícitos e a existência do terrorismo, enquanto o Brasil viria a manter sua postura de dissociação entre as duas pautas, requisitando a apresentação de provas que fundamentasse as acusações contra a comunidade da área: “Qual é a lógica de que um lugar onde há lavagem de dinheiro, narcotráfico, pistas de pouso ilegais, contrabando, falsificação de documentos e patentes não ter atividade terrorista?”, indagava Carlos Corach, o Ministro do Interior argentino; “Não há nenhum indicativo de terrorismo [na Tríplice Fronteira], apesar de todas as investigações brasileiras. O FBI disse que tinha informações, mas não apresentou dados pontuais”, respondia prontamente Renan Calheiros, Ministro da Justiça brasileiro (GAZIR, 1998b).

Duas representações discursivas em torno do espaço transfronteiriço disputavam a prerrogativa de estabelecer “a verdade” sobre a Tríplice Fronteira. Configurava-se uma disputa entre duas perspectivas diferentes (1) sobre a forma de definir os problemas da região e (2) sobre as medidas que poderiam/deveriam ser adotadas para a eles se contrapor. A disputa em torno do nexos crime-terror também contaria com a participação dos Estados Unidos, alinhado à visão argentina do problema. Um movimento bastante representativo do modo como esta nova articulação seria concebida pelo governo norte-americano se deu no *International Narcotics Control Strategy Report* (INCSR) referente ao ano de 1998 (ESTADOS UNIDOS, 1999b), relatório anual equivalente aos PGTs, que mencionaria a Tríplice

ce Fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai pela primeira vez. Descrevendo “excelente” a cooperação norte-americana com Buenos Aires em esforços conjuntos de combate ao narcotráfico, o documento fazia referência às duas principais frentes de atuação: a região norte da Argentina, que fazia fronteira com a Bolívia, e “outras áreas potencialmente importantes como a Tríplice Fronteira”.

Diante do insucesso em comprovar a presença de terroristas atuando diretamente na Tríplice Fronteira, o combate ao financiamento das atividades relacionadas ao terrorismo se tornou paulatinamente uma pauta alternativa capaz de manter a vigilância sobre a região. Assim, mesmo que não tenham sido apresentadas provas cabais da efetiva atuação de agentes do terrorismo internacional na área, esta nova agenda de segurança para a região tornou possível manter a zona como uma prioridade para os governos regionais.

Esta tendência teve breve retrocesso em fins de janeiro de 1999, quando agentes da SIDE, contando com o apoio da pessoal da CIA, capturaram Mohamed Ali Hassan Mokles, um cidadão egípcio suspeito de ter participado dos atentados de Luxor e de ser membro da Gama’ a al-Islamiyya (que, à época, já havia declarado “guerra santa” aos Estados Unidos).<sup>153</sup> Menos de um mês depois, o titular de SIDE, Hugo Anzorreguy esteve em visita ao Pentágono, quando foi recebido pelo diretor da Agência de Inteligência de Defesa (DIA, em inglês), o general Patrick Hughes, e tratou de temas como (1) das investigações sobre a AMIA, (2) a detenção de Mokles e (3) a situação da Tríplice Fronteira (O’DONNELL, 1999; BARON, 1999).

Remontam a setembro de 1999 os primeiros relatos sobre a potencial presença da Al-Qaida e Bin Laden na Tríplice Fronteira, baseados em informes da SIDE que chegaram ao conhecimento da imprensa argentina. A nova suspeita se fundava sobre a idéia de que “Bin Laden ganhou espaço perante certo retrocesso do Irã na importante comunidade de origem árabe da Tríplice Fronteira devido à presença de um presidente moderado, Mohamed Jatami, frente ao governo teocrático iraniano” (SANTORO, 1999). As representações discursivas que descreviam a

---

<sup>153</sup> Em novembro de 1997, seis homens disfarçados de policiais abriram fogo contra turistas que visitavam sítios arqueológicos na cidade de Luxor, no sul do Egito. Foram mortas 62 pessoas, a maioria de japoneses alemães, egípcios e suíços. Fonte: <<http://www.cnn.com/WORLD/9711/18/egypt.attack.on/>>. Mokles foi preso na cidade Uruguai de Chuí, a 340 km de Montevidéu, na divisa com o Brasil. Desde então Chuí, que também conta com uma colônia árabe, também tem sido motivo de atenção e esporádicas acusações de servir de potencial refúgio de agentes do terrorismo internacional

Tríplice Fronteira como local do terrorismo na América do Sul chegavam ao ponto de induzir o raciocínio (bastante criticável) de que a comunidade árabe da região apoiaria quaisquer formas de “radicalismos”, independente de que vertente político-religiosa partisse. O estereótipo negativo sobre a zona fronteiriça havia se tornado naturalizado a tal ponto que, mesmo diante de conjunturas políticas menos tensas, se tornara impossível às certas autoridades e à imprensa pensar a Tríplice Fronteira sem se referir a questões de segurança e sugerir a presença de alguma forma de ameaça. Mesmo havendo este distanciamento dos inimigos tradicionais, buscariam/surgiriam novos antagonistas que justificassem o constante monitoramento da região e mantivessem ativo o senso de urgência que fora iniciado nos anos anteriores.

Nesse novo contexto, o relatório PGT referente ao ano de 1999 (ESTADOS UNIDOS, 2000) apresentou as mais significativas inflexões no trato sobre a questão da Tríplice Fronteira por parte dos Estados Unidos. Primeiramente, cabe mencionar o destaque atribuído à ameaça terrorista na região já nas primeiras linhas da seção “Latin America Overview”. Lê-se que “embora a maior parte da América Latina continue livre de ataques terroristas, a Colômbia, o Peru e a região da Tríplice Fronteira experimentaram atividade terrorista”. No caso colombiano e peruano as atividades se referiam aos variados seqüestros, mortes de civis e escaramuças entre forças de segurança estatais e militantes da insurgência armada que já assolavam os dois países e eram relatados pelos PGT há anos. Contudo, no que tange à Tríplice Fronteira, a atividade terrorista relatada se referia basicamente ao mandato de prisão expedido contra “o líder terrorista do Hizballah, Imad Mughniyah” – responsabilizado pelas autoridades argentinas pelo atentado de 1992 contra a Embaixada de Israel.<sup>154</sup>

---

<sup>154</sup> Mughniyah (também transliterado como Mughniyya, Mogniyah, Moughnie, Mugniyeh, Mugniyya, Mugniyah e diversas outras variações) foi morto na noite de 12 de fevereiro de 2008 quando seu carro foi explodido nas ruas de Damasco, capital da Síria. O Hizballah culpou o Mossad israelense pela morte do militante, considerado até então um dos principais comandantes militares do grupo. Já um membro do grupo palestino Ha-mas acusou os Estados Unidos de envolvimento com a morte. Mughniyah estava na lista norte-americana de terroristas mais procurados. Ganhou notoriedade quando foi acusado pelos Estados Unidos de planejar e executar atentados de grandes proporções contra o país, como os ataques a bomba contra a Embaixada norte-americana e um posto-militar de Fuzileiros Navais (Marines) dos Estados Unidos em Beirute no ano de 1983. Além disso, Mughniyah também estaria envolvido com a morte do William Buckley, quem chefiava a repartição libanesa da CIA, em 1984. Por sua vez, a justiça argentina o acusava de participação direta no atentado contra a AMIA, em 1994. Sua morte gerou preo-cupação das autoridades de Buenos Aires, que temiam que o Hizballah pudesse estar planejando um novo ataque contra solo argentino, como uma forma de retaliação pela morte de seu líder. Até hoje, contudo, não foram

As atividades de controle promovidas por Brasil, Argentina e Paraguai para a Tríplice Fronteira, mais uma vez, são tidas como suficientes: o texto nos informa que os ditos países “consolidaram esforços para minar as atividades ilícitas de indivíduos ligados a grupos terroristas islâmicos na Tríplice Fronteira” (PGT 1999 In: ESTADOS UNIDOS, 2000). A mais significativa inovação, entretanto, se apresentou em um pequeno trecho situado fora da seção dedicada à Argentina. Pela primeira vez desde que a região se tornou alvo da atenção norte-americana com os PGT de 1992, criou-se uma subseção específica para a “Triborder Region: Argentina, Brazil, and Paraguay”. Se antes a potencial conexão da área ao terrorismo internacional era tratada de forma secundária (pois se inseria no contexto mais geral dos atentados ocorridos na Argentina), agora a questão da Tríplice Fronteira ganha *status* de pauta independente. Esta inserção ainda é tímida, se resumindo a um curto parágrafo que mantém a retórica dos anos anteriores ao destacar os esforços de cooperação entre Brasil, Argentina e Paraguai. Porém, apresenta-se um novo elemento: impõe-se a ressalva de que “apesar de algum sucesso [nestas iniciativas regionais de controle sobre a área,] a Tríplice Fronteira continua um ponto focal para o extremismo islâmico na América Latina”.

A passagem do milênio também foi marcada por novos olhares sobre a região, quando o Departamento de Estado emitiu uma alerta internacional advertindo sobre a possibilidade de ocorrer ataques contra alvos norte-americanos e/ou seus aliados durante as celebrações de fim de ano. Não bastasse o aviso dos Estados Unidos, a polícia paraguaia informou ter descoberto “um plano de fundamentalistas islâmicos [com base na Tríplice Fronteira] para realizar atentados terroristas simultâneos em Ciudad del Este, Buenos Aires e [a cidade de Ottawa, no] Canadá” (ALERTA, 1999).<sup>155</sup>

Os ataques não ocorreram e – ao contrário do que poderiam indicar as expectativas e ansiedades geradas durante os últimos dias de 1999 – o ano de 2000 foi marcado por certo arrefecimento nas tensões e nas atenções sobre a questão da Tríplice Fronteira. Passava-se por um período de sucessão presidencial argentina,

---

detectados quaisquer indicativos neste sentido (RISEN, 2008; EGLASH, 2008, STRATFOR, 2008, LÍDER, 2008).

<sup>155</sup> Neste momento, avançavam negociações entre Israel e Síria sobre o controle das Colinas de Golã, situação que estimulou, Mohamed Raad, líder da vertente política do o Hizballah, a cogitar que o grupo poderia renunciar à luta armada. Segundo a polícia paraguaia, os grupos que planejavam os atentados de fim de ano tinham como intenção frustrar os acordos de paz no Oriente Médio e evitar que o grupo libanês abdicasse da luta armada (ISRAEL, 1999).

quando Carlos Menem foi substituído por Fernando de La Rúa e Carlos Corach – quem até então fora o ator político que mais havia se empenhado na securitização da Tríplice Fronteira – deixou o Ministério do Interior argentino para dar lugar a Federico Storani.

Dentre o conjunto dos poucos acontecimentos que fizeram referência às questões de segurança na região das fronteiras, merecem destaque os comentários de Peter Romero, encarregado de América Latina no Departamento de Estado, que ratificou a preocupação dos Estados Unidos com a zona em fevereiro de 2000, ao receber Guillermo González, quem assumia o posto de novo embaixador argentino junto a Washington (O'DONNELL, 2000b).<sup>156</sup>

Os Estados Unidos estariam preocupados ainda, como informado por Corach após visita a Washington, com a possibilidade de que membros do Hizballah viessem a buscar refúgio na Tríplice Fronteira caso fossem bem-sucedidas as negociações de paz entre Israel e Síria. “Se é assinada a paz [no Oriente Médio], para onde irá o Hizballah? Isto preocupa aos Estados Unidos e também a nós”, afirmou o ex-Ministro do Interior argentino, após reunião com Michael Sheehan, Coordenador de Contraterrorismo do Departamento de Estado norte-americano (O'DONNELL, 2000a).

O motivo de inquietação frente à Tríplice Fronteira seria invertido pouco depois, em outubro de 2000, mês seguinte à eclosão da Segunda Intifada palestina contra a ocupação israelense.<sup>157</sup> O recrudescimento da crise no Oriente Médio trouxe mais uma vez a suspeita e a preocupação de que poderiam ocorrer atentados na América do Sul como ecos locais dos conflitos extra-regionais. Na paz ou na guerra, o estigma que desde então já pesava sobre a Tríplice Fronteira faria com que a região se mantivesse sob ininterrupto estado de alarme e vigilância.

---

<sup>156</sup> Na mesma ocasião, o diplomata norte-americano expressou seu desejo de manter ativa a “aliança estratégica” entre Washington e Buenos Aires. Em suas palavras: “Cooperamos neste tema [a segurança na Tríplice Fronteira] durante o governo de Carlos Menem e seguiremos avançando com o presidente De la Rúa”.

<sup>157</sup> Também chamada de “Intifada de Al-Aqsa” (o termo “Intifada” é comumente traduzido como “revolta” ou “levante” popular palestino). Teve seu início em setembro de 2000, quando o Primeiro-ministro israelense, Ariel Sharon, caminhou nas cercanias da mesquita de Al-Aqsa durante visita à Esplanada das Mesquitas, local considerado o mais sagrado de Jerusalém, tanto para palestinos quanto para judeus (que, por sua vez, o chamam de Monte do Templo). Para uma competente discussão sobre os impactos da diplomacia pública (ou propaganda) nas operações de contraterrorismo israelenses durante a Segunda Intifada, ver Mor (2006).

A nova crise no Oriente Médio teve dois principais efeitos. Em primeiro lugar, neste momento, o Hamas foi adicionado à lista de grupos com potencial atuação na área. Passa-se, desde então, a observar com maior atenção não somente a comunidade libanesa, mas também os palestinos que habitavam a Tríplice Fronteira. Em segundo lugar (e talvez mais importante no médio prazo), a partir desta crise, entram nos debates sobre a segurança na zona fronteiriça atores que, até este momento, pouco se pronunciavam sobre a questão da Tríplice Fronteira: acadêmicos e pesquisadores, sobretudo norte-americanos, especializados na temática do terrorismo.

Um dos primeiros especialistas a desempenhar este papel foi Bruce Hoffman, quem esteve em Buenos Aires durante o mesmo mês de outubro para participar da conferência internacional “Terrorismo, contraterrorismo: perspectivas para el siglo XXI”. Durante o evento – que contou com a presença de diversas autoridades argentinas como Enrique Mathov (Secretário de Segurança Interior) e o juiz Juan José Galeano – Hoffman reforçou o discurso de culpabilização da Tríplice Fronteira pelos atentados em Buenos Aires, listando a falta de controles sobre a região como o primeiro de três fatores que teriam permitido a ocorrência dos ataques (LARRONDO, 2000).<sup>158</sup> Como antecipado por Ó Tuathail & Dalby (1998), indivíduos com autoridade acadêmica para articular discursos sobre espaços – que os autores chamam de “geopolítica formal” – terão um papel destacado na construção social e/ou na produção política da Tríplice Fronteira com um espaço de ameaça.<sup>159</sup>

Em meio a esta relativa calma no âmbito das disputas política que envolviam a região, significativas mudanças se deram nos termos utilizados pelo governo norte-americano para tratar do assunto em seus relatórios anuais. Ao tratar do terrorismo na América Latina, o relatório PGT de 2000 (ESTADOS UNIDOS, 2001) inverte completamente a lógica operante nos anos anteriores. Agora, ao invés de subordinar a questão da Tríplice Fronteira à agenda de acompanhamento do terrorismo na Argentina, é a agenda argentina que estará incorporada à seção

---

<sup>158</sup> Nas palavras do especialista norte-americano: “a falta de proteção na Tríplice Fronteira, as atividades do contrabando e do narcotráfico, somadas ao incremento de centros religiosos judeus durante a década de noventa, converteram a Argentina em um campo de prática do terrorismo”. (LARRONDO, 2000)

<sup>159</sup> Para maiores detalhes sobre os autores da escola da Geopolítica Crítica, consultar o a seção “2.5. Discursos, Representações, Hegemonia: fontes da securitização do espaço” no capítulo 2 do presente trabalho.

denominada “Triborder (Argentina, Brazil, and Paraguay)”. A região continua sendo vista com um ponto de “preocupação” pelas autoridades norte-americanas. Mais uma vez, resgata-se a retórica que trata a Tríplice Fronteira como um dos pontos focais do extremismo islâmico, embora o texto deixe claro que não houve quaisquer atos terroristas no Brasil, Argentina e Paraguai no ano alvo do relato.

Os esforços governamentais de Brasil, Argentina e Paraguai são mencionados, porém “os recursos escassos, as fronteiras porosas e a corrupção” são indicados como os principais “obstáculos” que se impuseram aos três países de forma e que acabaram por minar a capacidade de atuação e controle de seus respectivos agentes estatais. Há então uma menção explícita a “apoiadores” do Hizballah no Paraguai, citando a prisão de um empresário libanês, sob acusação de manter vínculos financeiros com a organização libanesa e de haver violado direitos autorais com cópia não-autorizada de CDs.

Por fim, o relatório faz referência à prisão do palestino Salah Abdul Karim Yassine, que “supostamente teria ameaçado lançar um ataque a bomba contra as embaixadas dos EUA e Israel em Assunção”, embora formalmente tenha sido preso sob a acusação de haver entrado no Paraguai ilegalmente portando documentação falsificada. Os atentados ocorridos da década de 1990 na Argentina e o avanço de suas investigações ainda são acompanhados, mas visivelmente perdem espaço: agora são eles que ocupam um exíguo parágrafo ao fim da seção.

#### 4.4.

#### **Do silêncio aos gritos: os atentados de 11 de Setembro e os renovados ímpetus de securitização da Tríplice Fronteira**

Quando se iniciou o ano de 2001, parecia improvável pensar que questão da Tríplice Fronteira se tornaria em breve uma das mais importantes pautas da agenda de segurança interamericana. Entre o início deste ano e o fatídico mês de setembro, foi bastante reduzido o número de eventos relacionados à região e à segurança internacional que pudessem ser considerados como relevantes. A questão ressurgiu na agenda pública em somente três oportunidades. Primeiramente, quando a Corte Suprema de Justiça argentina, fazendo um balanço dos parcos avanços nas investigações sobre os atentados à Embaixada de Israel em 1992, voltou a apontá-la como o local por onde militantes da Jihad Islâmica haviam entrado no país (CARABAJAL, 2001). Um segundo momento em que mais uma vez

a Tríplice Fronteira é mencionada como foco de atenção se deu durante o mês de maio, quando sete agentes especiais do FBI para colaborar com a investigação do atentado contra a AMIA e, pouco depois, quando o chefe de CIA em Buenos Aires, Ross Newland, decidiu suspender as atividades de colaboração com a SIDE – conseqüentemente interrompendo as operações conjuntas na Tríplice Fronteira e o intercâmbio de informação entre as duas agências – alegando “falta de confiança” (PASQUINI, 2000b; LLEGÓ, 2001).<sup>160</sup>

Um terceiro momento – o mais significativo e também inquietante deles – se deu no dia 10 de setembro de 2001, na véspera dos atentados contra os Estados Unidos. Nesta data, o diário *La Nación* publicou uma entrevista com Agustine Rodriguez e William Godoy. Rodriguez havia chegado recentemente à Argentina para substituir Godoy no cargo de delegado do FBI no país. Em seu primeiro pronunciamento, o futuro chefe disse que a prioridade do órgão norte-americano na Argentina era o terrorismo e que, com a sua chegada ao país, esta situação não iria mudar. Godoy, por sua vez, mencionou diretamente a preocupação dos Estados Unidos com a Tríplice Fronteira. Em suas palavras “nossa prioridade é segurança nacional, todo o tema do contraterrorismo. Esta prioridade se mantém na Argentina por causa dos atentados contra a Embaixada de Israel e a AMIA e a preocupação geral pelo [local] que é conhecido como a Tríplice Fronteira” (PASQUINI, 2000a).

Quando perguntado se poderia situar a importância que os Estados Unidos atribuem à região em uma escala de “um a cem”, Godoy não deu números, mas destacou que a Tríplice Fronteira era considerada “uma zona de alta preocupação”. Não era novidade o uso da palavra “preocupação”, que já vinha sendo recorrentemente empregada havia já alguns anos, mas nunca antes ela havia sido classificada/adjetivada como “alta”. Godoy terminou sua entrevista com uma declaração que poderia ser entendida como polêmica ou confusa, a depender de como a

---

<sup>160</sup> Segundo relatos oficiosos da mídia local (PASQUINI, 2001), o chefe do escritório da CIA em Buenos Aires, Ross Newland, protestou junto ao governo de Fernando de La Rúa (1) contra a falta de cooperação por parte da agência argentina e (2) contra o fato de que seus homens estariam sendo monitorados por agentes do setor de contra-inteligência da SIDE, então sob o comando de Alejandro Brouzón. O conflito teve seu auge em janeiro, quando o jornal *Página/12* publicou uma foto de Newland, que se convenceu de que o vazamento – da imagem que por motivos óbvios poderia por em risco o trabalho do agente – teria sido feito por Brouzón. Logo em seguida, James Walsh, o embaixador norte-americano em Buenos Aires, apresentou o assunto ao chanceler argentino, Adalberto Rodríguez Giavarini. Brouzón, então, renunciou, mas não foi o suficiente para impedir a suspensão das atividades colaborativas conjuntas entre a SIDE e CIA.

interpretemos. Justificando o suporte que os Estados Unidos prestam à Argentina no campo da inteligência o funcionário do FBI afirmou que a Tríplice Fronteira “está em nosso território: [logo] nos corresponde fazer todo o possível”.

É necessário notar que a frase se encontra descontextualizada na entrevista. Embora seja uma citação literal, sua disposição no conjunto do argumento feito pelo funcionário norte-americano foi claramente editada pelo jornalista. Mas feitas estas ressalvas, a declaração suscita os seguintes questionamentos: quem seria este “nós” ao qual Godoy fez referência? Quem seria o sujeito ao qual relativo ao “nosso” território? Imediatamente, podemos pensar que se referia aos Estados Unidos, hipótese para a qual a Tríplice Fronteira estaria (estranhamente) em território norte-americano. Uma declaração desta natureza, entretanto, não passaria despercebida pelas autoridades dos três países do Cone Sul. Assim, considerando que não foi detectada qualquer polêmica posterior após examinarmos a mídia local nos dias que se seguiram, esta possibilidade de interpretação me parece improvável. Alternativamente poderíamos pensar que o “nós” se referiria ao escritório do FBI em Buenos Aires, tendo Godoy se referido à palavra “território” como sinônimo de área ou zona de atuação do órgão que tinha sob seu comando. Nesta segunda hipótese, mais plausível, a Tríplice Fronteira é mantida como uma área de interesse dos Estados Unidos, mas não é tida como uma área sob sua jurisdição (sic!).

De uma forma ou de outra, às vésperas dos atentados de 11 de Setembro, a Tríplice Fronteira era discursivamente representada pelo governo norte-americano como um foco de alta preocupação. Era um entorno espacial potencialmente perigoso com o qual os Estados Unidos tinham a necessidade e a missão de se engajar ativamente para que fosse possível promover a sua segurança doméstica, assim como proteger seus cidadãos e interesses situados em outros países. E esta dinâmica veio a se aprofundar no dia seguinte à entrevista dos funcionários norte-americanos.

Os ataques às duas torres do *World Trade Center* e ao prédio do Pentágono fizeram com que, mais uma vez, a região da Tríplice Fronteira tivesse suas segurança e vigilância reforçadas. Prontamente, o governo argentino incrementou seu controle e monitoramento sobre a cidade fronteiriça de Puerto Iguazu e suas redondezas. Por meio de seu chanceler, José Moreno Ruffinelli, o Paraguai anunciou

que estava suspensa temporariamente a concessão de vistos de permanência para estrangeiros no país e que as brigadas de antiterrorismo do Exército tomariam posição em todo o departamento do Alto Paraná, região onde se situa Ciudad del Este. Já o Brasil – segundo informou o general Alberto Cardoso, Ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República – mobilizou agentes da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) na área e reforçou a segurança em aeroportos. Enquanto isso, no âmbito trilateral, um comando tripartite de agentes de inteligência e investigadores policiais dos três países manteve reuniões constantes ao longo das primeiras 48 horas que precederam os atentados nos Estados Unidos para coordenar as medidas de segurança que deveriam ser postas imediatamente em prática na Tríplice Fronteira (CAPPIELLO, 2001a).

Em 13 de setembro o Embaixador norte-americano em Assunção, David Greenlee, foi instruído por Washington a pedir uma reunião de emergência com os países do Cone Sul. Na oportunidade, Greenlee manifestou a preocupação dos Estados Unidos com a possível presença de “extremistas islâmicos” no encontro dos limites territoriais dos três países sul-americanos. Ademais, fez um pedido informal aos embaixadores do Brasil (Luiz Augusto de Castro Neves) e da Argentina (Félix Cordoba Moyano) no Paraguai, para que os países reforçassem a segurança sobre a área (MASCHIO & SOARES, 2001). Como expressou John Maisto, assessor-sênior da Casa Branca para a América Latina, os países do hemisfério deveriam ir “além da retórica” para tomar uma “posição efetiva” e “inequívoca sobre o terrorismo internacional”.<sup>161</sup> Ainda em meio ao clima de emergência que prevaleceu nas primeiras semanas após os ataques, o governo de George W. Bush não demoraria a ir além da retórica

Em 17 de setembro – um dia após as declarações de Maisto – cerca de 40 agentes norte-americanos, entre analistas da CIA e membros do Centro de Contra-Terrorismo do FBI, desembarcaram na pista de pouso de Mariscal Estigarribia, situada na região do chaco paraguaio (ver Anexos – Figura 4). Em coordenação com autoridades paraguaias, os homens partiram para Assunção e Ciudad del Este em busca de dezesseis indivíduos que haviam comprado documentos falsificados

---

<sup>161</sup> Nas palavras do diplomata, em entrevista concedida ao jornal Miami Herald em 16 de setembro de 2001: “Esse é um momento definitivo para o hemisfério [referindo-se à América Latina] tomar uma posição inequívoca sobre o terrorismo internacional que vá além da retórica. Chegou a oportunidade para que tomem uma posição efetiva” (WASHINGTON, 2001; LATIN AMERICA, 2001).

no consulado paraguaio em Miami<sup>162</sup> e eram considerados suspeitos de envolvimento nos ataques que haviam sido realizados pouco dias antes nos Estados Unidos.<sup>163</sup> As operações de captura foram realizadas pela Brigada Antiterrorismo da Polícia Nacional do Paraguai, apoiados pelos agentes norte-americanos e cerca de 80 soldados do exército paraguaio (SOARES, 2001). Segundo o averiguado por reportagem de José Casado (2007), “nas 48 horas seguintes, Ciudad del Este foi convulsionada: grupos de homens mascarados e armados com fuzis invadiram hotéis, lojas e casas prendendo dezenas na margem paraguaia do Rio Paraná”. Dos dezesseis detidos e posteriormente interrogados, três haviam sido classificados como integrantes de grupos considerados terroristas pelo governo norte-americano, conforme informado pelo Ministro do Interior paraguaio, Julio Cesar Fanego.

Enquanto isso diversas iniciativas se desenrolavam no campo diplomático. Mesmo diante do cenário de perplexidade diante dos atentados, os governos de Brasil, Argentina e Paraguai foram céleres em prestar sua solidariedade aos Estados Unidos. Em carta enviada ao presidente George W. Bush no dia seguinte aos atentados, Fernando Henrique Cardoso já marcava com clareza a postura que o Brasil adotaria para enfrentar a crise em curso: seguindo a tradição multilateral da política externa brasileira afirmou que seu governo apoiaria quaisquer medidas da “comunidade internacional” na luta contra o terrorismo (CARTA, 2001). Embora inicialmente estivesse preocupado majoritariamente com os potenciais impactos econômicos dos atentados, o governo brasileiro logo percebeu que as consequências políticas do 11 de Setembro se fariam sentidas com maior intensidade.

Através de um contato pessoal de FHC com os presidentes Ricardo Lagos, do Chile; Fernando de La Rúa, da Argentina e Jorge Battle, do Uruguai, o Brasil anuncia o recurso ao TIAR/Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, no âmbito da OEA, como forma do continente reagir e prestar solidariedade aos Estados Unidos. Procurava assim insistir nos mecanismos multilaterais, enquadrar as reações norte-

---

<sup>162</sup> O ex-cônsul paraguaio em Miami, Alejandro Weiss, foi preso sob acusação e ter vendido 300 passaportes, vistos e autorizações para transporte de cargas marítimas por cerca de US\$8,000 cada. Embora não tivesse qualquer vinculação direta com o terrorismo internacional Larry Rohter (2002), informa, com certo alarde, que “ao menos 16 destes passaportes chegaram às mãos de cidadãos libaneses, sírios e egípcios que pretendiam se mesclar à crescente população árabe [da Tríplice Fronteira]”.

<sup>163</sup> David Greenlee, embaixador norte-americano em Assunção, confirmou a informação, mas lamentou seu vazamento, que ocorreu após reunião com Chanceler paraguaio, José Antonio Moreno Ruffinelli (ÉPOCA, 17 set. 2001)

americanas no Direito Internacional, e evitar, no limite do possível, ações descontroladas e unilaterais do país atingido (TEIXEIRA DA SILVA, 2001/2002).<sup>164</sup>

A invocação do tratado havia sido proposta pelo Ministro de Relações Exteriores, Celso Lafer e apresentada ao presidente brasileiro em reunião no Palácio do Planalto na noite do próprio dia 11 de Setembro, da qual havia participado também o Secretário-Geral Itamaraty, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, o assessor para Assuntos Diplomáticos da Presidência, Eduardo Santos, e o Embaixador Bernardo Bericás (FARIA & ALBERTO JR, 2001). A sugestão brasileira foi acolhida sem maiores ressalvas pela maioria dos membros do Grupo do Rio<sup>165</sup> e encontrou a simpatia do governo norte-americano, tendo o presidente Bush agradecido “a liderança assumida pelo do Brasil” no processo durante telefonema à FHC. Estas convergências iniciais frente aos atentados começariam a se desgastar paulatinamente nas semanas seguintes em função de dois fatores: (1) o ímpeto unilateralista norte-americano que desenhava com mais nitidez, inspirando críticas do presidente brasileiro e (2) os mal-estares que se dariam em torno da questão da tríplice fronteira.

Para além do pedido feito em caráter extra-oficial por David Greenlee, embaixador norte-americano no Paraguai, também embaixadores brasileiro e argentino no mesmo país, os Estados Unidos manifestaram sua primeira reação formal à questão da Tríplice Fronteira através de Condoleezza Rice, que à época ocupava o cargo de Conselheira de Segurança Internacional de George W. Bush. Em reunião realizada a 21 de setembro em Washington com o chanceler argentino, Adalberto Rodríguez Giavarini, Rice formalizou o pedido para que os três países – em especial o Paraguai de Luiz Gonzáles Macchi – intensificasse os controles na região fronteiriça.<sup>166</sup> Segundo o discurso adotado pelo governo norte-americano, os controles de fronteiras na área eram vulneráveis e os governos locais deveriam assumir um compromisso claro com a vigilância da região.

---

<sup>164</sup> Para uma versão completa da resolução adotada pelo Grupo do Rio, consultar, “Terrorist Threat to the Americas. Disponível em: <<http://www.state.gov/s/ct/rls/other/65907.htm>>.

<sup>165</sup> Somente o México de Vicente Fox e a Venezuela de Hugo Chávez – que rejeitava a política externa de Bush – reagiram inicialmente à proposta brasileira, mas logo mas aderiram posteriormente. Vale ressaltar que nem todos os membros da OEA participam do Grupo do Rio – como é conhecido o conjunto dos países que são signatários do TIAR. Tratam-se de duas instâncias diferentes: o Canadá e a maioria dos países caribenhos, por exemplo, são partícipes da OEA, mas não assinaram o tratado de assistência coletiva.

<sup>166</sup> Pedido formal por la Triple Frontera. Clarín, Buenos Aires, 21 set. 2001. Disponível em: <<http://www.clarin.com/diario/2001/09/21/i-02301.htm>>. Acesso em 13. abr. 2007.

Ao menos inicialmente, o assunto da potencial presença da ameaça terrorista na Tríplice Fronteira era tratado quase que exclusivamente por periódicos de Brasil, Argentina e Paraguai. Estes países buscavam avidamente se informar sobre a possibilidade de que viessem a ocorrer em seus territórios atentados similares aos que haviam acontecido nos Estados Unidos. Autoridades dos três países sul-americanos deram diversas declarações aos seus respectivos públicos nacionais com o propósito de atenuar o estado de ansiedades crescentes. No dia 13 de setembro, o chanceler brasileiro, Celso Lafer, pronunciou-se publicamente sobre os ataques dos Estados Unidos e tratou da potencial presença de ramificações de redes terroristas internacionais no Brasil. Para minimizar as inquietações que se disseminavam, Lafer declarou que “há sempre certas fronteiras que são mais delicadas como a assim chamada Tríplice Fronteira”. No entanto, deixou claro que “o governo brasileiro não dispõe e eu não tenho nenhuma informação sobre esta matéria, mas é natural que se redobre o cuidado, a precaução e a vigilância”.<sup>167</sup> Em sentido próximo, embora menos cauteloso, o Ministro do Interior, Ramón Mestre, saiu a público e declarou que “não se podia descartar que hajam células terroristas adormecidas na zona das Três Fronteiras, mas não há elementos probatórios disso” (LA ARGENTINA, 2001).

Passadas quase duas semanas dos atentados nos Estados Unidos, a Embaixada norte-americana em Brasília se pronunciou sobre a questão da Tríplice Fronteira através de seu porta-voz, Terry Davidson. Levantava-se então a hipótese de que as pistas que eram seguidas na região da fronteira comum poderiam indicar a existência, na América do Sul, uma rede de apoio aos terroristas responsáveis pelos ataques em Nova York e Washington. Seu discurso evidencia que, até então, Washington ainda tratava a questão com cautela: eram buscadas “pistas”; a região ainda não era representada como um problema de fato. A presença da “ameaça terrorista” ainda era representada como uma potencialidade, não uma realidade incontestável: “Há muitos anos, existe uma preocupação [por parte do governo norte-americano] com a região, que *pode* abrigar grupos de apoio a terroristas” (EUA INVESTIGAM, 2001).

---

<sup>167</sup> Nota nº 352 - 13/09/2001. Entrevista Coletiva do Ministro Celso Lafer a Respeito dos Atentados Terroristas nos EUA (Palácio do Planalto, 13 de setembro de 2001) - Aditamento à Nota nº 351-01, de 13/09/2001. Disponível em: <[http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota\\_detalhe3.asp?ID\\_RELEASE=951](http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe3.asp?ID_RELEASE=951)>. Acesso em: 12 abr. 2008.

Ocorria uma confusa multiplicação de “declarações oficiais” por parte do governo brasileiro frente à questão da Tríplice Fronteira. Claro exemplo desta inicial desarticulação encontrou expressão quando a Polícia Federal (PF) brasileira fez circular um relatório afirmando a existência de uma *provável* conexão entre a comunidade muçulmana de Chuí (RS) com Osama bin Laden. “O relatório – divulgado pela PF diretamente à imprensa, sem a autorização do Ministro da Justiça ou conhecimento do governo brasileiro – não apresentava qualquer prova das afirmações avançadas, nem mesmo qualquer atividade política mais evidente que justifique sua publicação pelos jornais” (TEIXEIRA DA SILVA, 2001/2002).

Em meio a esta tumultuada pulverização da prerrogativa de falar em nome do Brasil quando o assunto tratava da suposta presença do terrorismo internacional no país, coube ao General Alberto Mendes Cardoso, Ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, a tarefa de centralizar os discursos. Em artigo publicado no Jornal Folha de S. Paulo, Cardoso mencionou os mecanismos brasileiros, trilaterais e regionais de prevenção e combate ao terrorismo para em seguida descartar tanto a presença de grupos terroristas na região, quanto às alegadas transferências de fundos para estas organizações no Oriente Médio: “o trabalho desenvolvido, há anos, pelos órgãos de inteligência nacionais, inclusive em coordenação com os congêneres de outros países, nada detectou, até o momento, no que concerne à possibilidade de presença no Brasil de células do terrorismo internacional” (CARDOSO, 2001).

As declarações de Cardoso, contudo, não foram suficientes para diminuir a espiral de acusações contra a região. Exatamente ao contrário disto, haviam passado apenas poucos dias quando teve início a mais intensa fase de securitização da Tríplice Fronteira, marcada por claras disputas discursivas para tentar estabelecer qual representação sobre o espaço da Tríplice Fronteira prevaleceria.

Em 27 de setembro o *The New York Times* publicou uma matéria do jornalista Larry Rohter que tratava diretamente da suspeita de atuação de terroristas na região. Descrevia-a como “a capital do contrabando na América do Sul” e, mais importante, como um potencial refúgio (*haven*) ou santuário para células terroristas, repetindo o termo utilizado pela primeira vez por Carlos Corach para se referir à área em 1997 (ROHTER, 2001). Contra-argumentos foram prontamente apresentados pela representação brasileira em Washington, que publicou no mesmo jornal

uma nota assinada pelo embaixador Rubens Barbosa, na qual o diplomata reiterava que não haviam sido detectadas quaisquer evidências concretas de presença de quaisquer grupos terroristas ou indivíduos a eles relacionados (BARBOSA, 2001). O movimento foi repetido dias depois pelo Ministério de Relações Exteriores paraguaio, que igualmente reagiu à matéria. Mencionando os esforços trilaterais de coordenação para o controle da Tríplice Fronteira, a chanceler Leila Rachid reafirmou a “vontade política do Paraguai em trabalhar decisivamente para erradicar o terrorismo e os crimes transnacionais”, em respostas ao que considerou uma insinuação, na reportagem, de que o governo paraguaio seria indiferente frente ao controle das fronteiras (COWLES, 2001).

Tem início neste momento o mais intenso período de articulação discursiva do governo norte-americano para a securitização da Tríplice Fronteira. Ou, em outros termos: a partir de então ganham redobrado dinamismo as tentativas de obter a efetiva constituição social da ameaça terrorista no Cone Sul através da produção política da Tríplice Fronteira como um espaço pretensamente sem-lei no qual variados agentes vinculados ao terrorismo internacional encontrariam refúgio e/ou apoio financeiro.

Um exemplo claro da “escalada das tensões” nos é fornecidos por Steven Monblatt, subsecretário antiterrorismo do Departamento de Estado norte-americano e um dos assessores mais próximos a Colin Powell. Em 28 de setembro de 2001, logo após participar de um debate sobre terrorismo na OEA, o diplomata norte-americano fez acusações contra a Tríplice Fronteira com a convicção e certeza, que ainda não estavam presentes nos comentários de Terry Davidson, o porta-voz da Embaixada norte-americana em Brasília que foi mencionado poucos parágrafos acima. Se referindo à região fronteiriça Monblatt afirmou categoricamente que “Os EUA acreditam que há focos terroristas nessa área. Terroristas usam essa região para financiarem-se por meio do contrabando e do uso de instituições de caridade de fachada que tiram recursos de viúvas, de órfãos e de pessoas de boa-fé” (AITH, 2001). Assim se expressando, Monblatt não somente admitiu e promoveu uma representação da área como um refúgio para as células terroristas (cuja presença ele simplesmente toma como um dado, mesmo sem relevar provas empíricas de sua existência), como também encampou a tese do financiamento (que, como antes, serviu como alternativa de securitização em não havendo com-

provação de grupos ou indivíduos propriamente dedicados a operações terroristas nas cidades das fronteiras comuns).

Esta última retórica, por sua vez, seria embasada por um novo argumento articulado pelo governo norte-americano e posteriormente também por “especialistas” (SHELLEY et al., 2005) no tema do terrorismo e do crime organizado: o chamado nexos crime-terror. Tradicionalmente, os principais autores que se propõem a definir o conceito de terrorismo o fazem através de uma estratégia de diferenciação, ou seja, buscam estabelecer o que o terrorismo “não é” para então inferir o que ele “é”. E o crime organizado é comumente mencionado como uma destas atividades, pois, enquanto os atos de terrorismo teriam motivação essencialmente política, as ações do crime organizadas seriam motivadas por razões estritamente econômicas (HOFFMAN, 2005, p.36). Em poucas palavras, os dois fenômenos estariam unidos pelos “métodos, mas não [pelas] motivações” (*methods, not motives*).

Os autores acadêmicos e as autoridades governamentais que defendem o chamado “nexo crime-terror” buscam precisamente criticar esta lógica. Propõem, alternativamente, que em determinados casos empíricos, o terrorismo internacional e o crime organizado transnacional estariam unidos por seus “métodos e motivações” (*methods and motives*) (SHELLEY & PICARELLI, 2005). Argumentam, nesse mesmo sentido, que em algumas zonas do globo a interação entre estas duas atividades estaria crescendo com tal velocidade e se tornando complexa a tal ponto que estava se tornando cada vez mais difícil identificar as linhas que anteriormente as separavam. Nestes termos, haveria um novo nexos entre estas dinâmicas, que as fariam não apenas complementares (“onde há crime organizado, *poderia haver* terrorismo”), mas praticamente indistintas (“onde há crime, *há* terrorismo”).

O mesmo Monblatt que mencionamos acima expressou sua opinião sobre este nexos na Tríplice Fronteira dizendo que ainda era “nebuloso” o vínculo entre o terrorismo e o contrabando na região, “mas [nós, do governo norte-americano] estamos seguros de que ele existe”. Embora não tenha citado os nomes dos grupos terroristas que operariam na região e/ou das entidades de caridade que os apoiariam financeiramente, afirmou com convicção que “existe uma história antiga de contrabando na região e, recentemente, essa fragilidade passou a ser usada por terroristas para arrecadar recursos. Ao mesmo tempo, várias entidades falsas de

caridade foram usadas para tirar dinheiro de pessoas de boa-fé e provavelmente empregá-lo em atentados” (AITH, 2001).

Neste mesmo dia, em entrevista concedida ao canal *CNN en Español*, Fernando Henrique Cardoso contrapôs-se às alegações do funcionário norte-americano, mesmo sem citar explicitamente o nome de Monblatt. O presidente destacou o problema do contrabando na região, mas, sobre a questão terrorismo, buscou isentar Foz do Iguaçu, no lado brasileiro da fronteira compartilhada, de quaisquer acusações. Admitiu que “existiam suspeitas” sobre a presença de elementos “islâmicos radicais” na região, mas fez questão de sublinhar que não haviam sido detectadas quaisquer atividades terroristas na área: “a inteligência brasileira nunca detectou nada concreto a respeito. Preocupa-nos, claro, porque é uma região onde há muito contrabando. Mas até hoje não detectamos nada, com exceção de alguma informação do lado paraguaio sobre pessoas ligadas a um grupo terrorista”. (FHC NÃO ACREDITA, 2001).

E para além das declarações disputantes entre FHC e Monblatt, este mesmo dia 28 de setembro presenciaria, por fim, um terceiro importante evento relacionado à temática do terrorismo na América do Sul. Nesta data, os países do Mercosul, mais Bolívia e Chile, criaram o GTP (Grupo de Trabalho Permanente) para combate “conjunto e coordenado” ao terrorismo.<sup>168</sup> Tendo sido criado também o GTE (Grupo de Trabalho Especializado sobre Terrorismo), subordinado ao GTP, cujo objetivo principal era constituir-se como:

Um foro especializado de intercâmbio e análise de informação sobre Terrorismo, no âmbito da Reunião de Ministros do Interior do Mercosul, mediante convocatórias regulares para celebrar reuniões entre funcionários de nível político e funcionários de nível técnico de Organismos Especializados e/ou de Inteligência de cada um dos Estados Partes, [...] organizadas por aquele que exerça a Presidência Pro Tempore em cada período (GERCHMANN, 2001).<sup>169</sup>

Porém, mesmo diante destas tentativas de articulação regional para cooperar na recém-inaugurada agenda de segurança dos Estados Unidos, seguiram-se acu-

<sup>168</sup> “A iniciativa foi do Ministro do Interior uruguaio, Guillermo Stirling, seguindo a orientação do presidente Jorge Batlle, que tenta liderar um movimento regional para que as autoridades de segurança, inteligência militar e finanças do MERCOSUL, especialmente por meio do aporte de informações, dêem colaboração total aos Estados Unidos no conflito contra o terrorismo. O Uruguai, que queria atuar na fronteira tríplice como observador, ganhou mais do que isso, pois participará de todas as operações regionais” (GERCHMANN, 2001).

<sup>169</sup> Boletim de Integração Latino-Americana Nº 29 - Agosto-Dezembro / 2001. Disponível em: <[www2.mre.gov.br/siteunir/publicacao/arquivos/FILE\\_61.doc](http://www2.mre.gov.br/siteunir/publicacao/arquivos/FILE_61.doc)>. Acesso em: 12 mar. 2008

sações mais forte sobre a região da Tríplice Fronteira. Em 10 de outubro de 2001, véspera de completar o primeiro mês após os atentados contra os Estados Unidos, o General Francis X. Taylor, Coordenador de Contraterrorismo do Departamento de Estado, com posto de Embaixador, prestou depoimento para o congresso norte-americano sobre a presença de grupos terroristas internacionais no Hemisfério Ocidental. Perante os congressistas norte-americanos, Taylor reiterou que, embora o foco imediato de atenção do governo fosse o Afeganistão, “as ameaças ao nosso povo e interesses pode vir de qualquer lugar, inclusive de dentro do [próprio] Hemisfério Ocidental”. Após citar as FARC e lembrar o passado com o caso do Sendero Luminoso, no Peru, em seu mapeamento das “ameaças atuais”, o Embaixador diz que:

Mais ao Sul, no que é conhecido como “Tríplice Fronteira” onde Argentina, Brasil, e Paraguai convergem, nós observamos uma longa presença de organizações extremistas islâmicas, principalmente o Hizballah e, em menor medida, os grupos extremistas sunitas [tais como] al Gamaat [al Islamiyya] (IG) e HAMAS. Estas organizações estão envolvidas em atividade de levantamento de fundos e busca de adeptos [*proselytizing*] entre a grande população expatriada do Oriente Médio que vive na Tríplice Fronteira [...]. Estas organizações se engajam em falsificação de documentos, lavagem de dinheiro, contrabando e tráfico de armas e drogas.<sup>170</sup>

De acordo com esta lógica, a ameaça latente que o terrorismo passava a representar poderia se fazer presente também dentro do Hemisfério Ocidental, dentro da(s) América(s), logo perigosamente próxima aos Estados Unidos: “o tamanho e a natureza desses grupos pode indicar a existência de células clandestinas de apoio que poderiam ser ativadas para conduzir ataques em qualquer lugar na região”, finalizava sua argumentação o Embaixador Taylor.

Outra importante voz que se pronunciou durante a mesma sessão de depoimentos perante o Congresso norte-americano foi o também embaixador James F. Mack, então vice-secretário assistente para Assuntos de Narcóticos Internacionais e Imposição da Lei do Departamento de Estado.<sup>171</sup> Citando o caso do Sendero

<sup>170</sup> “The Presence of International Terrorist Groups in the Western Hemisphere”. Ambassador Francis X. Taylor, Coordinator for Counterterrorism. Remarks Before the Committee on International Relations, Subcommittee on the Western Hemisphere Committee. U.S. House of Representatives, Washington, DC. October 10, 2001. Disponível em: <<http://www.state.gov/s/ct/rls/rm/2001/5674.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2008. Para uma versão completa dos debates no Congresso (em que constam também os depoimentos de Robert Noriega e James Mack), acessar: <<http://www.foreignaffairs.house.gov/archives/107/75633.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2008.

<sup>171</sup> Do original *Deputy Assistant for International Narcotics and Law Enforcement Affairs*. A livre-tradução aqui adotada foi pautada na versão traduzida de um cargo similar (*Deputy Assistant Se-*

Luminoso no Peru, Mack buscou destacar a “ligação histórica” existente entre grupos terroristas e o tráfico de narcóticos no hemisfério ocidental. Em seguida, mencionou Ciudad del Este e a “fracamente controlada” fronteira entre Paraguai, Brasil e Argentina, dizendo que haviam relatos de que “membros de grupos islâmicos radicais [...] teriam se engajado em lavagem de dinheiro, pirataria de direitos de propriedade intelectual, contrabando de pessoas e tráfico de armas”.<sup>172</sup>

Assim, passados poucos dias após o início dos ataques das tropas norte-americanas contra as bases talibãs no Afeganistão, os líderes políticos em Washington eram instruídos sobre os perigos potenciais da Tríplice Fronteira. O mesmo discurso foi operado não somente por Taylor ou Mack, como também por outras importantes autoridades, entre as quais Roger F. Noriega, quem ocupava o cargo de representante dos Estados Unidos junto à OEA. Como nos informa Teixeira da Silva:

Visando dar maior amplitude às declarações de Taylor, o, então, embaixador dos Estados Unidos na OEA, [Roger] Noriega, convoca o Comitê Contra o Terrorismo [CICTE] da OEA [...] com o objetivo de definir ‘...os passos práticos e urgentes que os governos da região devem tomar’. As declarações de Noriega são coadjuvadas por novas entrevistas de Taylor pontificando sobre como os três governos deveriam agir nas suas fronteiras: ‘...de uma forma muito coesa, como uma mão dentro de uma luva – nos setores de inteligência, aduana, policiamento e imigração’, insiste o funcionário americano (TEIXEIRA DA SILVA, 2001/2002).

Esta tentativa de securitização da Tríplice Fronteira não se deu exclusivamente no âmbito da elite política dos Estados Unidos, mas também junto à chamada opinião pública. Em consonância com a retórica acusativa que vinha sendo adotada pelo governo norte-americano, analistas acadêmicos e importantes jornais abordaram a possível presença da ameaça terrorista no encontro de fronteiras dos países do Cone Sul. Jack Sweeney, da STRATFOR, uma influente consultoria privada em assuntos de inteligência, afirmou que os ilícitos na região financiam

---

*cretary of Defense for Threat Reduction Policy*, sendo traduzido por Vice-secretária assistente de Defesa Para Política de Redução de Ameaça) Disponível em: site oficial do governo dos Estados Unidos. Consultar: <<http://usinfo.state.gov/journals/itps/0897/ijpp/toc.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2008.

<sup>172</sup> “Providing Support to Counternarcotics and Other Anti-Crime Efforts”. James Mack, Deputy Assistant for International Narcotics and Affairs. Testimony Before the House Committee on International Relations Subcommittee on the Western Hemisphere. Washington, DC, October 10, 2001. Disponível em: <[http://www.state.gov/p/inl/rls/rm/sep\\_oct/6215.htm](http://www.state.gov/p/inl/rls/rm/sep_oct/6215.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2008. Para uma versão completa dos debates no Congresso (em que constam também os depoimentos de Robert Noriega, Francis Taylor e Curt Struble), acessar: <<http://www.foreignaffairs.house.gov/archives/107/75633.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2008.

diretamente o terrorismo no Oriente Médio e defendeu que “a Triple Fronteira é estrategicamente, taticamente e geopoliticamente um ponto central para o lançamento de ataques contra alvos dos EUA e de Israel na região” (MAGALHÃES, 2001). Mesmo que em um tom menos alarmista e evitando conclusões precipitadas sobre a presença de células terroristas na área, o *Washington Post* descrevia Ciudad del Este uma “área sem lei” e um dos novos “fronts” da Guerra ao Terror (FAIOLA, 2001).

No dia 7 de novembro, a rede CNN noticiava que “terroristas encontram refúgio na América do Sul”, citando como fonte relatórios obtidos junto à inteligência argentina. A data coincidia com a chegada de FHC e do General Alberto Cardoso aos Estados Unidos. O presidente brasileiro tratou dos aspectos políticos do combate ao terrorismo com seu correlato norte-americano, George W. Bush, enquanto o Comandante do GSI se reunia com representantes da comunidade de inteligência dos Estados Unidos. Cardoso destacou que não havia viajado “para dar explicações”, mas para fazer um balanço da situação em um momento em que começavam a se multiplicar as suspeitas acerca da presença da Al-Qaida na zona fronteira. Declarou que “a probabilidade de haver bases ou células [terroristas na Tríplice Fronteira] é baixíssima” (PASSOS, 2001). Admitiu a possibilidade de o dinheiro remetido da região para o exterior financiar atividades ilegais, como o terrorismo, embora tenha destacado a eficiência do sistema contra a lavagem de dinheiro no Brasil. Ao fim do encontro com o presidente norte-americano, Fernando Henrique Cardoso disse que não haviam tratado do tema da Tríplice Fronteira. Contudo, foi imediatamente entrevistado pela mesma CNN que, no dia anterior, publicara notícia na qual descrevia a região como “uma das áreas mais vulneráveis do mundo”. Perguntado sobre a alegação de que a área estaria sendo usada para apoio e financiamento de terroristas, FHC desarticulou as especulações que se multiplicavam na imprensa: “Eu ficaria encantado se vocês pudessem me enviar esses documentos [sobre a Al-Qaida e outros grupos terroristas na Tríplice Fronteira]. Eu insisto: não tenho provas da atuação de terroristas” (PASSOS, 2001). Por fim, foi firme na posição de rechaçar posturas discriminatórias. Diante da alegação de que terroristas estariam usando mesquitas como apoio, o presiden-

te afirmou prontamente que “existem mesquitas no Brasil como existem nos EUA. Esta é uma guerra contra o terrorismo, não contra o Islã” (PASSOS, 2001).<sup>173</sup>

Menos de uma semana depois, a CNN parecia tentar responder às demandas do presidente brasileiro. Em reportagem trazida ao ar no dia 16 de novembro de 2001, a repórter Christiane Amanpour entrou em um prédio supostamente abandonado pela Al-Qaida em Cabul recém-invadida, apontou para um pôster na parede do cômodo em que se encontrava e afirmou: “Estas são as Cataratas do Iguaçu, no Brasil e aqui é [o local] onde autoridades do setor de inteligência dos Estados Unidos dizem que identificaram células terroristas que eles dizem estar ligadas a Osama bin Laden e à rede Al-Qaida”.<sup>174</sup> A partir de então, mesmo que posteriormente tenha se provado que a foto das Cataratas do Iguaçu era falsa, a suposta presença da organização terrorista de origem saudita na Tríplice Fronteira entrou definitivamente na agenda de segurança regional e se tornou um dos principais instrumentos de securitização utilizados pelos Estados Unidos para requisitar um maior engajamento de seu governo nas políticas de controle e monitoramento da região.

O novo movimento vinha em bom tempo para os norte-americanos: a “comprovação do vínculo Cabul-Foz do Iguaçu [...] demonstraria a insistência dos Estados Unidos em caracterizar o[s] país[es do Cone Sul] como incapaz[es] de manter em ordem e segurança suas fronteiras, o que justificaria uma maior presença americana na região e a própria criação do Comando Antiterrorismo das Américas” (TEIXEIRA DA SILVA, 2001/2002). Tratava-se então de uma retórica de ameaça iminente bem-vinda pelo Departamento de Estado norte-americano, pois o potencial novo comando multilateral era questionado à época, encontrando forte resistência no Brasil e, em menor medida, na Argentina e no Paraguai, que argumentavam que sua criação seria uma redundância, posto que a atuação do Coman-

<sup>173</sup> FHC disse ainda que “a Tríplice Fronteira deve ser mais segura que Londres ou outra capital da Europa”. A afirmação poderia soar exagerada, mas ganha alguma coerência se lembrarmos que autores dos atentados contra os Estados Unidos passaram pela Alemanha e pela Flórida (CONVERSA, 2001).

<sup>174</sup> CNN NewsNight Aaron Brown. Disponível em: <<http://transcripts.cnn.com/TRANSCRIPTS/0111/16/asb.00.html>>. Acesso em: 16 mar. 2008. Segundo a reportagem na casa teriam sido encontrados também diversos documentos com planos para produção de explosivos, incluindo bombas nucleares, dentre os quais constavam diversas fotocópias de desenhos e referências ao urânio 235, utilizado para a fabricação da bomba.

do Tripartite já seria suficiente para uma adequada vigilância sobre a Tríplice Fronteira (ESNAL, 2001).<sup>175</sup>

Caracterizada como algo próximo ao “Velho Oeste” por um oficial do Pentágono que preferiu não se identificar à revista TIME (WALLER, 2001) ou como uma “terra de ninguém” pela igualmente importante Newsweek (HUDSON, 2001), a região e as medidas governamentais para sua segurança seriam o tema principal de um encontro entre as autoridades do Brasil, Argentina, Paraguai e Estados Unidos. No evento realizado em meados de dezembro de 2001 em Assunção, o governo norte-americano foi representado pelo Embaixador Taylor. Falando da Tríplice Fronteira, o coordenador de contraterrorismo do Departamento de Estado destacou que aquilo ele “pôde ver” em sua visita à região (o comércio, o turismo e a diversidade cultural) seria o lado positivo, mas lembrou também que havia aquilo que ele não podia ver (“o lado negro do comércio, as redes clandestinas de pessoas e dinheiro [...] que pode servir de apoio à organizações terroristas no Oriente Médio”), que se constituía na principal fonte de preocupação de seu governo na região. Nas palavras do próprio Taylor:

No mínimo, há evidência que elementos da população da Tríplice Fronteira estão se engajando em variados tipos de práticas criminosas organizadas. Nós sabemos, a partir da cooperação próxima [que mantemos] com autoridades de segurança [*law enforcement officials*], que membros do Hizballah na TF tem se engajado em falsificação de documentos, lavagem de dinheiro, [e] contrabando transfronteiriço [*contraband smuggling*]. Nós entendemos que pode haver razões para nos preocuparmos sobre o envolvimento [do grupo libanês] no tráfico de armas e drogas. Nós tememos que o dinheiro gerado por estas atividades ilegais esteja sendo usado para apoiar atos de terrorismo [realizados] por elementos radicais e subgrupos terroristas destas organizações maiores.<sup>176</sup>

Posto desta maneira, o argumento parte da premissa que poderíamos confundir quaisquer indivíduos associados às diversas formas de criminalidade na Tríplice Fronteira com potenciais colabores do terrorismo. Leva-nos, assim, a acreditar que ser criminoso em uma zona fronteiriça marcada por forte componente

<sup>175</sup> Nas palavras de José Gregori, Ministro da Justiça brasileiro: “Os países do MERCOSUL já criaram um Comitê Antiterrorismo. Por isso considero desnecessária qualquer medida extra. Criar uma estrutura, com a colaboração dos Estados Unidos, seria fazer dos esforços redundantes” (ESNAL, 2001). A proposta para a criação do Comando Antiterrorismo das Américas havia partido originalmente do Embaixador Francis X. Taylor, Coordenador de Contraterrorismo do Departamento de Estado.

<sup>176</sup> “Seminar on Preventing Terrorism and Organized Crime in the Tri-Border Area”. Ambassador Francis X. Taylor, Coordinator for Counterterrorism. Asunción, Paraguay. December 19, 2001. Disponível em: <<http://www.state.gov/s/ct/rls/rm/2001/7012.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2008

populacional árabe-muçulmano seria o mesmo quer ser um terrorista ou seu financiador. Toda a atividade criminosa na região, nestes termos, muito provavelmente estaria vinculada ao terror na América do Sul ou no Oriente Médio. A motivação econômica que normalmente é atribuída ao crime organizado estaria inescapavelmente subordinada, a partir de então, a uma motivação política terrorista. Para o governo norte-americano, o nexos crime-terror na Tríplice Fronteira era uma verdade estabelecida, uma constatação “óbvia” que, de tão “naturalizada”, parecia dispensar a necessidade de maiores fundamentações empíricas: os falsificadores, lavadores de dinheiro, contrabandistas ou traficantes locais e os supostos membros Hizballah na região eram aliados íntimos, senão as mesmas pessoas.

Estas ameaças, admitiu Taylor, talvez fossem distantes para os países da América do Sul, distantes do Oriente Médio, mas havia também a “ameaça local”. Buscando sensibilizar seus interlocutores, em uma tentativa securitizar a Tríplice Fronteira, Taylor profetizava que “células de apoio local poderiam ser ativadas para conduzir ataques terroristas aqui na região”: como descrito por Ole Wæver (1989; 1995), seria necessário ao ator securitizante convencer sua audiência da necessidade de adotar e/ou permitir ações políticas extra-ordinárias como (a única) forma de enfrentar uma ameaça existencial iminente.

O governo norte-americano tentava este movimento ao promover uma representação discursiva da Tríplice Fronteira como um espaço de exceção, um local de convergência de todas as formas de novas ameaças, não só o crime organizado como, principalmente, o terrorismo. E nesse contexto de dinamização das disputas entre discursos acerca da questão da Tríplice Fronteira, vêm mais uma vez à cena os relatórios anuais *Patterns of Global Terrorism* (PGT). Após os atentados de 11 de setembro de 2001 e a conseqüente emergência da Guerra ao Terror, os PGTs ganham em detalhamento e se tornam os documentos-chave para mapear os novos discursos norte-americanos sobre o terrorismo enquanto ameaça global, regional e local. Analisá-los, pois, é de nosso especial interesse.

Ao tratar da América Latina, o relatório fala da coesão hemisférica no âmbito da OEA e na condenação aos ataques terroristas contra o Pentágono e o *World Trade Center*. Recordar-se principalmente do recurso ao TIAR capitaneados pelo governo brasileiro. Já no que se refere à Tríplice Fronteira, consolida-se de forma clara o interesse norte-americano sobre a potencial atividade do terrorismo inter-

nacional na região. Segundo o próprio texto na introdução da seção dedicada à América Latina:

O 11 de Setembro trouxe renovada atenção para as atividades da organização terrorista libanesa Hizballah, assim como outros grupos terroristas, na região da Tríplice Fronteira de Argentina, Brasil e Paraguai, onde terroristas levantam milhões de dólares anualmente via atividades criminais. (...) Alegações sobre [a existência de] células de apoio a Usama bin Laden [sic] ou à al-Qaida na América Latina foram investigadas por organizações de inteligência e segurança [*intelligence and law-enforcement organizations*] locais e dos EUA, mas até o fim do ano elas permaneceram sem corroboração (PGT 2001 In: ESTADOS UNIDOS, 2002, p.44).

Como vemos, neste momento, fala-se abertamente que na região já há terroristas e que estes já levantam grandes somas de dinheiro a cada ano. Sendo posta desta maneira, a antes *potencial* presença se torna agora a *efetiva* presença do terror na zona fronteiriça. Embora ainda tenha no Hizballah a figura de maior proeminência, consolida-se a tendência – já expressa desde os relatórios de 1998 e 1999 – de sugerir a presença de uma mais variada gama de organizações terroristas atuantes na Tríplice Fronteira. E se antes os novos atores se restringiam a grupos militantes essencialmente *nacionais* – como a Gama’*a* al-Islamiyya *egípcia*, a partir de 1999, e ao Hamas *palestino*, a partir de 2000 – agora é a Al-Qaida *internacional* o principal elemento de preocupação.

Na seção específica dedicada à Tríplice Fronteira, a confluência de fronteiras ganha pela primeira vez um mapa que indica sua localização exata. É a única região da América Latina que tem sua representação geográfica precisada desta maneira (embora haja fotos de pessoas em outros locais, como Colômbia e Equador), talvez implicitamente admitindo que houvesse relativo desconhecimento sobre a área por parte das audiências às quais se direcionado o relatório.

É reiterada a “nova proeminência” da região após o 11 de Setembro, imediatamente após ter sido relatada a presença de uma “grande população árabe” instalada na área. Seria uma forma de sugerir, mesmo implicitamente, que a preocupação norte-americana quanto à potencial ameaça terrorista na região estaria vinculada à esse fator étnico? Onde houvesse tais componentes árabe-muçulmanos, haveria terroristas? Impossível afirmar, mas possível sugerir esta criticável interpretação, principalmente quando é dito em seguida que a região é caracterizada desde longa data pela presença do tráfico de drogas e armas, do contrabando, de moedas e documentos falsificados, da lavagem de dinheiro, da pirataria. Todos

estes fatores conjugados, em última análise, tornavam possível ao governo norte-americano representar discursivamente a Tríplice Fronteira como um centro (*hub*) de atuação do Hizballah e do Hamas, que operam na região sobretudo com *propósitos logísticos e financeiros*.

Se antes a Argentina era tida como o principal parceiro norte-americano no referente às atividades de contraterrorismo na área, agora é o Paraguai quem desempenha esse papel.<sup>177</sup> O texto elogia a atuação das autoridades paraguaias na captura de suspeitos na Tríplice Fronteira e outras cidades do país. Porém, admite que as prisões se deram por falsificação de documentos e evasão fiscal, mas não sob acusações de terrorismo. O relatório destaca, por outro lado, que os mesmo acusados teriam enviado “milhões de dólares” para instituições variadas no Líbano; recursos que seriam provenientes da lavagem de dinheiro e estariam financiando as atividades do Hizballah em todo o mundo.

#### 4.5.

#### **A calma depois da tempestade? Conseqüências do 11 de Setembro**

Passados os primeiros meses após os atentados de 11 de setembro e já tendo havido os movimentos iniciais de securitização da Tríplice Fronteira, o ano de 2002 se inicia com a reunião do Comitê Interamericano Contra o Terrorismo (CICTE) da OEA<sup>178</sup> em Washington entre os dias 28 e 30 de janeiro.<sup>179</sup> O CICTE era reativado através de suas reuniões regulares após um período de certa latência:

<sup>177</sup> Em dezembro de 2001, por exemplo, Mark Davidson, porta-voz da Embaixada norte-americana em Assunção afirmou que “Estamos muito contentes com o apoio das autoridades paraguaias. Temos indicações fortes não só da presença de pessoas vinculadas ao terrorismo, mas também de um fluxo muito expressivo de dinheiro desde a Tríplice Fronteira até grupos fundamentalistas terroristas no Oriente Médio” (COSSO, 2001). O discurso norte-americano encontrou eco nas palavras de Julio Cesar Fanego, o Ministro do Interior paraguaio: “Temos comprovado o envio de dinheiro [a grupos terroristas]. Estou praticamente certo de que existem cidadãos ligados ao Hizballah [na área Da Tríplice Fronteira]” (COSSO, 2001).

<sup>178</sup> O site do CICTE, quando acessado via mecanismos de busca, parece estar indisponível. Está, contudo, acessível pelo seguinte endereço eletrônico (*site* do Comitê Interamericano Contra o Terrorismo – CICTE): <<http://www.cicte.oas.org/Rev/En/>>.

<sup>179</sup> Há certa dificuldade para encontrar fontes primárias sobre o CICTE, pois o *site* do comitê é mal provido de informações. Nesse sentido, há mais informações no site da própria OEA do que propriamente no comitê específico que trata da temática do terrorismo. Uma compilação com os vídeos completos da segunda seção do CICTE estão disponíveis no endereço <<http://www.oas.org/ezine/ezine7/videoCICTE.htm>>. Algumas transcrições (como as dos representantes brasileiro, argentino e norte-americano) estão disponíveis em <<http://www.oas.org/ezine/ezine7/ezine7.html>>. Para documentos e declarações da OEA logo após os atentados de 11 de Setembro, acessar o seguinte endereço eletrônico: <[http://www.oas.org/OASpage/crisis/crisis\\_en.htm](http://www.oas.org/OASpage/crisis/crisis_en.htm)>

após sua concepção com o compromisso de Mar del Plata (1998) e sua criação em 1999, a seção ordinária que havia sido programada para ocorrer na Bolívia foi cancelada e nenhuma seção estava prevista para o ano de 2001. Com os atentados nos Estados Unidos, o comitê foi resgatado, tendo realizado duas seções especiais (extraordinárias) e uma nova seção regular (ordinária) em Washington.<sup>180</sup>

Nesta oportunidade, representantes de diversos países das Américas compareceram ao encontro do comitê para relatar seus avanços no combate ao terrorismo desde os ataques de 11 de Setembro. No encontro marcado por um “clima cordial” segundo a descrição de observadores (AITH, 2001), o procurador-geral norte-americano, John Ashcroft, quem representava o governo dos Estados Unidos na ocasião, evitou mencionar explicitamente a questão da Tríplice Fronteira. Preferiu, ao invés disto, alegar de maneira geral que “grupos com ligações com terroristas internacionais operam aqui em nosso hemisfério, lavando suas finanças, traficando narcóticos e contrabandeando armas e munições ilegais” (ASHCROFT, 2002).

A questão da Tríplice Fronteira surgiu nos debates através do General Alberto Cardoso, que buscava dessecuritizar, ao menos temporariamente, a agenda política relativa à região. Embora admitisse que “a ligação de certas modalidades de crime organizado com o terrorismo é inegável”, o Ministro-Chefe do GSI brasileiro buscou enfatizar que “até o momento, o País não identificou, em seu território, quaisquer atividades de organizações ligadas ao financiamento do terrorismo”. Não negava a *potencial* presença e o *potencial* nexos, tanto que deixou claro diversas vezes que os governos locais estavam trabalhando intensamente para se prevenir contra essas possibilidades: o uso reiterado de termos como “até o momento” e “até hoje” é bastante claro, nesse sentido. Porém, o representante brasileiro fez questão de ressaltar que nenhuma das suspeitas havia se comprovado *efetivamente*: para Cardoso, eram de meras “especulações sensacionalistas de imprensa”. Nas palavras do próprio Cardoso:

Situada no centro do Mercosul, a Tríplice Fronteira tem sido alvo contínuo de suspeitas, em nível internacional, por supostamente abrigar potenciais terroristas. Após mais de uma década de contínua vigilância de organismos policiais e de inteligência não se encontrou, até hoje, nada de concreto que ligue seus habitantes ao terrorismo. Da mesma forma, até o momento, não se identificaram quaisquer ativi-

---

<sup>180</sup> Fonte: <<http://www.cicte.oas.org/rev/en/about/History.asp>>

dades ligadas ao financiamento daquele delito na região (CARDOSO, 2002; AITH, 2002a).

A postura brasileira era de que haveriam de se manter a vigilância conjunta através da cooperação contra o terrorismo no âmbito do Mercosul, mas que isto não implicaria em conclusões apressadas sobre a presença de agentes do terrorismo internacional na região fronteiriça. O Brasil continuaria disposto a investigar toda informação que chegasse a seu conhecimento “sobre a presença de terroristas ou de suas atividades não só na Tríplice Fronteira, mas também em qualquer ponto do território brasileiro”; seus serviços de inteligência “permanece[riam] vigilantes” para a potencial ameaça, mas seu governo não a admitiria sem provas concretas.

O tema da Tríplice Fronteira seria mencionado também pelo Embaixador Rogelio E. Pfirter, Subsecretário de Política Exterior do Ministério de Relações Exteriores da Argentina. Pfirter tratou a questão de forma tangencial, mencionando somente que se tratava da “área de maior cuidado e acompanhamento no esforço [argentino] de prevenção [contra o terrorismo]”, além de mencionar os esforços trilaterais promovidos por Argentina, Brasil e Paraguai. Finalizando sua apresentação, Pfirter anunciou a criação da figura do “Representante Especial para o Terrorismo e outras Ameaças à Paz e à Segurança Internacional” com a responsabilidade de “coordenar as ações, medidas e políticas vinculadas com a aplicação da resolução 1373/2001 do Conselho de Segurança das Nações Unidas” (PFIRTER, 2002). O novo órgão seria criado dois meses depois, em março de 2001, embora com uma diferente denominação: o Representante Especial para Assuntos de Terrorismo e Outros Delitos Conexos (RETOD) era criado sob o comando do Embaixador Marcelo Eduardo Huergo.<sup>181</sup>

O clima de cordialidade que então prevalecia veio a ser interrompido pouco depois, nos meses de março e abril de 2001, quando surgiu uma nova onda de declarações partindo de algumas importantes autoridades norte-americanas para acusar a suposta vinculação entre a Tríplice Fronteira e o terrorismo internacional. Os primeiros debates aconteceram durante audiências no Congresso dos Estados

---

<sup>181</sup> Para um balanço histórico sobre o combate ao terrorismo na Argentina, ver COSTA (2008). Para uma entrevista de março de 2004 com o Embaixador Víctor Beaugé, que sucedeu Huergo no cargo de chefia do RETOD, acessar o endereço: <[http://www.cpacf.org.ar/verde/vB\\_RevAbo/revistas/evista74-16.htm](http://www.cpacf.org.ar/verde/vB_RevAbo/revistas/evista74-16.htm)>.

Unidos.<sup>182</sup> No Senado, a 13 de março de 2001, os Embaixadores Francis X. Taylor – Coordenador de Contraterrorismo – e Rand Beers – Secretário Assistente para Assuntos de Narcóticos Internacionais e Imposição da Lei<sup>183</sup> – prestaram depoimento conjunto em que mencionavam a existência de “Grupos Islâmicos da Tríplice Fronteira” e alegavam que se tratava de uma “região fracamente controlada”.<sup>184</sup> Um mês depois, em 24 de abril de 2002, Asa Hutchinson, Diretor da DEA, afirmou diante da Comissão de Relações Internacionais da Câmara dos Representantes norte-americana que “a Tríplice Fronteira de Paraguai, Argentina e Brasil *continua a ser* um refúgio para extremistas islâmicos” [grifo meu].<sup>185</sup> Por fim, um terceiro pronunciamento foi feito pelo então Subsecretário de Estado norte-americano para a América Latina, Otto Reich. Durante seminário em Miami, Reich retomou a polêmica sobre a eventual presença de atividades terroristas na área ao afirmar categoricamente que “organizações terroristas” estão operando na zona da fronteira comum trinacional: “Terrorismo e violência política persistem nesse hemisfério. Organizações terroristas estão operando na Colômbia, no Peru e na região da Tríplice Fronteira entre a Argentina, o Paraguai e o Brasil”.<sup>186</sup> A questão do potencial financiamento a partir da região também foi lembrada por Reich, que se mostrou “preocupado com [a possibilidade] de terroristas interna-

<sup>182</sup> Um ótimo repositório de documentos oficiais do governo norte-americano está disponível no endereço eletrônico: <<http://usasearch.gov>>.

<sup>183</sup> Para um esclarecedor e informativo organograma do Departamento de Estados norte-americano, acessar: <<http://www.state.gov/documents/organization/54806.pdf>>.

<sup>184</sup> Para uma versão completa da audiência “Narco–Terror: The Worldwide Connection between Drugs and Terrorism: hearing before the Subcommittee on Technology, Terrorism, and Government Information of the Committee on the Judiciary”, acessar: <[http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/congress/narco\\_terror\\_13mar02.pdf](http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/congress/narco_terror_13mar02.pdf)>. Para acesso direto aos depoimentos citados, consultar: <[http://judiciary.senate.gov/testimony.cfm?id=196&wit\\_id=331](http://judiciary.senate.gov/testimony.cfm?id=196&wit_id=331)> ou <<http://www.state.gov/p/inl/rls/rm/8743.htm>>.

<sup>185</sup> Para uma versão completa da audiência “International Global Terrorism: Its Links With Illicit Drugs as Illustrated by the IRA and Other Groups in Colombia: Hearing before the Committee on International Relations House of Representatives”, acessar: <<http://www.foreignaffairs.house.gov/archives/107/78947.pdf>>. Para acesso direto ao depoimento citado, consultar: <<http://www.ciponline.org/colombia/02042403.htm>>. Os arquivos com transcrições completas das variadas audiências da Comissão de Relações Internacionais da Câmara dos Representantes norte-americana estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.internationalrelations.house.gov/archives/hearings.htm>>. Desde conjunto de fontes, a maior parte está incorporada no item “Full Committee”. A informação vale ser mencionada, pois um visitante desavisado pode simplesmente deixar o site ao observar o restrito número de subcomissões, que, pela escassa quantidade, quase nunca se relacionam diretamente ao tema que motivou a pesquisa no site.

<sup>186</sup> Fonte: <<http://usembassy-israel.org.il/publish/peace/archives/2002/april/043004.html>>. Também Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/library/news/2002/04/mil-020429-usia04.htm>>.

cionais abusarem do sistema financeiro da região para levantar fundos e lavar dinheiro”. Argumentou ainda que “se nossa vizinhança não está segura, então nenhum de nós está seguro”, buscando vincular a segurança *dos* Estados Unidos com a segurança *na* América Latina: a securitização da Tríplice Fronteira se dava não só através de discursos diretamente relacionados à área, mas também como uma consequência óbvia, uma imediata derivação do processo mais geral de securitização do terrorismo nas Américas.

Estava em curso um processo intersubjetivo de convencimento da elite política norte-americana (uma das audiências à quais se direcionava a dinâmica de securitização) de que a Tríplice Fronteira representaria um foco de ameaça aos Estados Unidos. A seqüência de declarações feitas pelas autoridades do Poder Executivo aos representantes do Poder Legislativo teve seu auge poucas semanas depois, quando o discurso acusativo foi ecoado pelo vice-presidente dos Estados Unidos, Richard (Dick) Cheney. Falando na conferência “Novas Realidades no Hemisfério” – promovida pelo Conselho das Américas, entre os dias 5 e 7 de maio, em Washington – Cheney afirmou que o governo dos Estados Unidos estava atento e vigilante para “a atividade terrorista na América Latina, particularmente na região da Tríplice Fronteira” (ALERTA, 2002). Segundo expressou, seu país estava preocupado com “a possibilidade de que terroristas *continuem* a fincar raízes na região”, em referência ao hemisfério ocidental (PARAGUAY, 2002), assim sugerindo a existência de uma ameaça imediata que já se fazia presente na região, ao invés de uma ameaça potencial, futura e ainda distante: o problema não era propriamente a possibilidade de haverem terroristas no futuro, mas a *continuidade* de uma ameaça cuja existência já se pressupunha como efetiva no mesmo momento em que era articulado o discurso. Destacou por fim que “os terroristas que tentarem estabelecer-se no hemisfério serão encontrados, enfrentados e derrotados” (PASSOS, 2002a), demonstrando a força que o discurso de segurança/securitização havia adquirido: a retórica de representação da Tríplice Fronteira como um espaço de ameaça – não só potencial, mas efetiva e iminente – era então reverberada pelo segundo indivíduo na hierarquia do governo dos Estados Unidos.

Passada essa primeira onda retórica sobre o suposto terrorismo na zona de fronteira, temos um período de menor dinâmica em torno da questão. Destacam-se somente: (1) os debates na Argentina sobre um acordo que permitiria a presença

de 200 homens das Forças Especiais do Exército norte-americano na província de *Misiones*, onde está situada Puerto Iguazu, para realizar manobras de treinamento conjunto com forças de segurança argentinas (BONIFATO, 2002a);<sup>187</sup> (2) os cumprimentos de Donna Hrinak, Embaixadora dos Estados Unidos em Brasília, que elogiou a colaboração de Brasil, Argentina e Paraguai no combate ao terrorismo, destacando especialmente a facilidade de troca de informações entre os países (EMBAIXADORA, 2002); (3) o reforço anunciado por Alfredo Atansof, Chefe de Gabinete do governo Eduardo Duhalde, nas medidas de controle e de segurança por parte da Argentina<sup>188</sup> na área da Tríplice Fronteira para prevenir-se de um potencial ataque terrorista partindo da região (SANDRINI, 2002).

Na segunda metade de 2002, o Coronel William W. Mendel da reserva do Exército norte-americano publicou um significativo texto sobre Ciudad del Este na revista *Military Review*. Mendel – também analista militar de alto nível do *Foreign Military Studies Office*, Fort Leavenworth, Kansas – descrevia a cidade na margem paraguaia e seus problemas com a “ilegalidade de todo tipo” para argumentar que o espaço “oferece o tipo de ambiente sem controle que pode facilitar as atividades criminosas – e terroristas”. Tratava-se, segundo seu discurso, de uma área sem-governo onde os nexos entre o crime organizado e o terrorismo eram tido como algo dado e auto-evidente que representava uma ameaça direta à segurança norte-americana. Em suas palavras:

[Ciudad del Este] É uma cidade de 250.000 habitantes, um centro de comércio internacional onde a mescla de narcotraficantes, terroristas e banqueiros agem à margem da lei, ameaçam a soberania e a segurança dos países democráticos e de seus cidadãos e, por isso, uma ameaça para os Estados Unidos e a região (MENDEL, 2002, p.45).

Embora dissesse que o governo dos EUA não podia confirmar a presença da Al-Qaida na área, admitia a presença de “outros extremistas islâmicos”. Esta “constatação”, somada a repetidas alegações de que os governos da região não

<sup>187</sup> Um dos pontos de maior polêmica girou em torno da potencial cessão de imunidade diplomática às tropas norte-americanas, um/uma debate/polêmica muito próxima àquela que veio à baila a partir de meados de 2005 com relação a acordo similar estabelecido entre o governo do Paraguai e os Estados Unidos.

<sup>188</sup> A iniciativa partiu unicamente da Argentina. O governo brasileiro – através da Secretaria de Imprensa do Palácio do Planalto, o Ministério da Defesa, o Centro de Comunicação Social do Exército, a Polícia Federal e o Itamaraty – firmou que não recebeu nenhuma informação a respeito da possibilidade de atentado na Tríplice Fronteira (FHC AFIRMA, 2002). O governo paraguaio também reforçou a vigilância sobre Ciudad del Este, mas, através de seu chanceler, José Moreno, deixou claro que haviam apenas “rumores” sobre o potencial atentado (CHANCELER, 2002).

teriam os recursos humanos e materiais necessários ou simplesmente não estariam dispostos a aprimorar os controles sobre o local,<sup>189</sup> levou Mendel a concluir/defender que “se acreditamos que a melhor defesa contra o terrorismo é uma boa ofensiva, então talvez a zona da tríplice fronteira de Ciudad del Este merece uma *presença ativa*” (MENDEL, 2002, p.48, grifo meu).<sup>190</sup>

Nesse sentido, anunciava que, após as ações militares no Sudoeste Asiático e no Oriente Médio, “os estrategistas de segurança dos EUA estão agora decididos a escrutinar mais minuciosamente zonas periféricas e a levar a sério os perigos que possam surgir dali. Estes são os centros de gravidade desta nova ameaça”. Mendel, contudo, punha como ressalva que os países do Cone Sul eram (ou deveriam ser) os principais interessados na segurança da Tríplice Fronteira, pois eram os mais afetados pela “conduta indisciplinada do seu vizinho paraguaio”. E mais que isso, para além de “sofrer mais do que os EUA” com esta situação “também estão em uma posição melhor para obter inteligência e organizar as respostas legais e físicas apropriadas”. A cooperação dos Estados Unidos com estes países, conclui Mendel, seria a melhor estratégia dos EUA, a ser adotada “se o governo paraguaio for incapaz de enfrentar o desafio” (MENDEL, 2002, p.51).

Claramente, a frase com a qual o coronel Mendel encerra seu texto, sugeria que os Estados Unidos deveriam se aproximar dos países do Cone Sul para convencê-los a pressionar o Paraguai a incrementar os controles sobre a Tríplice Fronteira. E mais que isso, atribuía a Brasil e Argentina a responsabilidade/obrigação de exercer esta pressão, já que sofriam mais que os Estados Unidos (os quais, poderíamos especular, faziam tal sugestão por também se considerarem afetados pela situação de ilegalidade em Ciudad del Este: no sofrimento maior dos

<sup>189</sup> Após dissertar brevemente sobre o mercado de carros roubados no Paraguai, Mendel (2002, p.46) se afirmava que “Vale questionar se o governo de Assunção deseja realmente incrementar a legalidade em Ciudad del Este”. Ademais, alegou que “Em outubro de 2001 a polícia paraguaia declarou que um empresário árabe residente em Foz do Iguaçu estava enviando dinheiro ao grupo terrorista Hezbolá, mas as autoridades brasileiras decidiram não prendê-lo”, sugerindo assim que teria havido má-vontade por parte do Brasil, quando, na verdade, Barakat não era procurado por qualquer crime até então. Uma vez emitida sua ordem de prisão (por evasão fiscal, não por financiamento do terrorismo, vale notar), Barakat foi preso no Brasil e deportado para o Paraguai.

<sup>190</sup> Mendel informou, inclusive, que Washington já havia cogitado um ataque à região. Neste particular, o coronel norte-americano cita como fonte o *Jornal Ámbito Financiero* da Argentina, que teria colhido uma declaração do Embaixador Francis Taylor. Taylor disse que os Estados Unidos estavam “muito preocupados” e que queriam trabalhar com os governos da Tríplice Fronteira “para identificar aos indivíduos [vinculados a grupos considerados terroristas pelo governo norte-americano] e acabar com suas atividades”. Por fim, declarou que os Estados Unidos usariam “todos os elementos” que tivessem disponíveis em sua campanha de Guerra ao Terror, inclusive, “onde fosse apropriado, [...] o uso da força” (BUSH NO, 2001).

países do Cone Sul, estava implícito que os Estados Unidos sofriam menos, mas ainda assim sofriam). Esta mescla de sugestão, pedido e convocação por parte do governo norte-americano aparentemente foi ouvida em Buenos Aires.

Completado um ano dos atentados em Nova York e Washington, os Estados Unidos pressionavam o governo de Saddam Hussein para abrir o Iraque às inspeções da Agência Internacional de Energia Atômica em meio à suspeitas de que este país estaria produzindo Armas de Destruição em Massa (ADM). Como vinha acontecendo recorrentemente a cada crise no Oriente Médio, o governo argentino fortalecia as tarefas de vigilância policial de suas fronteiras no momento em que surgia uma vez mais o fantasma do “terceiro atentado”. Nesse contexto, dois movimentos discursivos faziam com que a Tríplice Fronteira voltasse à agenda norte-americana de segurança: (1) uma seqüência de matérias em diversos veículos da mídia norte-americana “denunciando” a presença de células operativas na região e, no âmbito deste primeiro movimento, (2) uma entrevista cedida pelo chefe da inteligência argentina, confirmando unilateralmente as suspeitas e colocando o governo paraguaio em posição delicada.

Se anteriormente diversas fontes acusavam a Tríplice Fronteira de ser um potencial foco de financiamento para as atividades terroristas em outros locais do globo, agora a nova onda de matérias falava explicitamente da presença de campos de treinamento e efetivas operações terroristas na região. A primeira fonte a fazer referência a tal hipótese foi a revista *The New Yorker*, que publicou longa matéria em sua edição de 28 de setembro de 2001 na qual fala da reputação de “área sem lei” da zona fronteira entre Brasil e Paraguai (excluindo a Argentina do conjunto de acusações). Citava como fontes “autoridades de inteligência” que haveriam lhe dito que:

O Hizballah mantém campos de treinamento de fim de semana em fazendas em meio à floresta tropical da Tríplice Fronteira. Em ao menos um destes campos, na remota área de floresta próxima a Foz do Iguaçu, jovens adultos recebem treinamento com armas e crianças são doutrinadas na ideologia do Hizballah – uma mistura de antiamericanismo e anti-semitismo inspirada pelo Aiatolá Khomeini (GOLDBERG, 2002).

No dia 7 de novembro de 2001, a rede CNN publicou matéria em tom muito similar ao adotado pela revista citada acima. Transmitindo em um de seus principais programas de notícias, o *Insight*, o jornalista responsável pela matéria alegou que fontes de inteligência lhe informaram que:

“Diversos agentes terroristas de alta importância [*top terrorist operatives*] haviam se reunido recentemente na área – onde as fronteiras de Argentina, Brasil e Paraguai se tocam – para planejar ataques contra alvos norte-americanos e israelenses no hemisfério ocidental” (BOETTCHER, 2002).

Após resgatar a polêmica sobre o pôster das cataratas do Iguazu que havia sido encontrado em Cabul por uma repórter da mesma emissora quase um ano atrás, o correspondente alegou que os encontros da “alta cúpula terrorista” (meu termo) teriam acontecido próximo a Ciudad del Este, no lado paraguaio da fronteira, e contado com a participação de membros do Hizballah, além de “grupos simpáticos à rede terrorista de Osama Bin Laden”. Mas apesar da menção ao militante saudita, a principal preocupação estava centrada sobre a figura de Imad Mughniyah, líder militar do Hizballah, que estaria “dirigindo novos esforços terroristas na América do Sul” para atacar alvos judeus e norte-americanos na região.<sup>191</sup>

Entrevistando Miguel Angel Toma, que chefiava a SIDE argentina e estivera em Washington havia poucas semanas, o repórter perguntou se acontecimentos na América do Sul geravam ou gerariam impactos na América do Norte.<sup>192</sup> Recebeu a resposta que esperava: “Absolutamente”, disse Toma, “há uma correlação direta entre o terrorismo aqui e os Estados Unidos” (INSIGHT, 2002). Mais uma vez, os discursos de securitização da Tríplice Fronteira passariam pela representação da área *não* mais como uma zona remota, mas *sim* como ameaça direta, embora pouco conhecida, à segurança dos Estados Unidos.<sup>193</sup>

As reações do governo brasileiro e do paraguaio foram imediatas. No dia seguinte à veiculação da reportagem, o Ministro da Justiça do Brasil, Paulo de

<sup>191</sup> A reportagem da CNN continha uma falha grave. Relatava que Ahmad Barakat, suposto líder do Hizballah na Tríplice Fronteira, teria escapado da polícia e estaria refugiado no Brasil ou no Líbano. Na verdade, Barakat estava preso em Brasília desde que fora detido pela Polícia Federal brasileira em Foz do Iguazu em 2001, a pedido da Justiça paraguaia

<sup>192</sup> A pergunta, no original em inglês, era: “Does what happens in your region, in South America, impact the security in North America?”. Para a transcrição do material na íntegra, consultar Insight (2002).

<sup>193</sup> Uma nova menção à presença de células terroristas da região se deu ainda em novembro de 2001, na revista *Vanity Fair*, à qual, infelizmente, não tive acesso. Um comentário sobre a matéria disponível no jornal *O Globo*, contudo, dava conta que o argumento geral do texto na revista norte-americana era de que a Tríplice Fronteira, “até aqui tida como uma espécie de entreposto financeiro, servindo tanto para a coleta como para a lavagem de dinheiro que alimenta operações de grupos como o Hezbollah, o Hamas e inclusive a Al-Qaida, de Osama bin Laden, contaria agora também com pelo menos cinco campos de treinamento”. Cada um deles teria de 25 a 30 recrutas regulares e estariam situados “no Brasil - em Miranda, Boa Vista e Guaíra - e no Paraguai, bem junto à fronteira brasileira: em Palma Chica e Pedro Juan Caballero”. Treinariam na região grupos tão diversos quanto IRA, ETA, FARC e até mesmo o *Aryan Nations*, um grupo neonazista norte-americano. Um dos campos seria de propriedade de Assad Ahmad Mohamad Barakat (PASSOS, 2002b).

Tarso Ribeiro, afirmou que não existia nenhuma célula terrorista na Tríplice Fronteira: “Certamente existe um exagero muito grande na divulgação da notícia, já que autoridades dos três países ainda não detectaram nenhum problema relacionado ao terrorismo” (FRANCISCO, 2002). Ademais, declarou que “existe uma campanha da emissora para fazer uma demonização da região, o que não é correto”, logo após participar de reunião em Salvador, na qual os Ministros da Justiça e do Interior do Mercosul assinaram acordo que facilitaria a migração entre os países do bloco e permitiria a legalização dos imigrantes ilegais na região (LEFCOVICH, 2002). No mesmo evento, a denúncia também foi desmentida pelo Ministro do Interior do Paraguai, Victor Hermoza, quem relatou não ter informações sobre atividades terroristas na Tríplice Fronteira e afirmou que se o governo argentino possuísse essas informações, deveria tê-las passado ao grupo de trabalho do Mercosul para investigação.

Os Ministérios de Relações Exteriores dos dois países também se pronunciaram. O Itamaraty emitiu nota em que mencionou a “rigorosa vigilância” mantida pelo governo brasileiro havia mais de uma década sobre grupos suspeitos de vinculação com organizações terroristas internacionais e reiterou que, até então, as autoridades brasileiras não dispunham de evidências comprobatórias do desenvolvimento de atividades terroristas na região. Mais significativamente, finalizou seu texto ressaltando “a necessidade de evitar a imposição de estereótipos que tendam a estigmatizar comunidades específicas, com base em parâmetros étnicos ou religiosos”.<sup>194</sup> Por sua vez, a chanceler paraguaia, Leila Rachid, manifestou certa irritação com o ocorrido: “Não temos idéia do que o senhor Toma esteja falando”, disse a ministra em entrevista. Continuou, em seguida, destacando a necessidade de coordenação regional no âmbito do Cone Sul, em detrimento de ações bilaterais realizadas sem se consultar aos demais sócios do Mercosul.

Se o senhor Toma soubesse com segurança que esse encontro de terroristas ocorreu em Ciudad del Este, seria lógico que ele dividisse essa informação com as agências de segurança da região. Principalmente porque o Paraguai é um dos principais formuladores da coordenação das agências de inteligência do Mercosul, da Bolívia e do Chile com os Estados Unidos. Esses países decidiram compartilhar informações permanentes sobre a segurança da região (AITH, 2002b).

---

<sup>194</sup> Nota nº 433 - 08/11/2002. Nota sobre a Alegada Presença de Grupos Terroristas na Região da Tríplice Fronteira. Disponível em: <[http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota\\_detalhe3.asp?ID\\_RELEASE=1597](http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe3.asp?ID_RELEASE=1597)>. Acesso em: 12 abr. 2008.

A principal rusga diplomática se dava, então, entre Buenos Aires e Assunção, pois o suposto “encontro de cúpula” acusado pela inteligência argentina e extensamente veiculado pela CNN teria acontecido em Ciudad del Este, território paraguaio. O chefe da SIDE, Miguel Toma não lançava qualquer suspeita ou acusação sobre o Brasil. Quando perguntado se os indícios obtidos pela SIDE também envolviam reuniões no Brasil, Toma respondeu que “Não. Estamos falando de Ciudad del Este. Não do Brasil, mas do Paraguai”. No mesmo sentido, fez questão de destacar que “o problema primordial não é Foz de Iguaçu. Quero deixar claro que o serviço de inteligência do Brasil é excelente. Observamos o aumento de atividades de risco no Paraguai, e não no Brasil” (PARA ARGENTINO, 2002).<sup>195</sup>

Comentaristas políticos à época atribuíam a repentina reaproximação argentina com os Estados Unidos ao interesse de Buenos Aires em obter ajuda financeira norte-americana em meio à grave crise econômica pela qual passava o país sul-americano. Mencionando o caso do Paquistão, que obteve considerável injeção de recursos após se tornar parceiro de Washington na “Guerra do Terror”, argumentavam que Buenos Aires estaria tentando criar ameaças internas para obter recursos na forma de ajuda militar do governo dos Estados Unidos (GIELOW, 2002; SUPUESTA, 2002).

Para além do mal-estar gerado após as declarações unilaterais do governo argentino à CNN, outro fator que contribuiu para o debate acerca da questão da Tríplice Fronteira ocorreu em meados de dezembro. No dia 15 deste mês, o *The New York Times* (NYT) adotou uma atitude similar à CNN: assim como fizera a rede de TV, o jornal também articulou novo olhar sobre a Tríplice Fronteira pouco mais de um ano após sua primeira menção à área. Em nova peça discursiva carregada de representações da fronteira comum como um espaço de ameaça, o periódico alegava que a região se tornara “uma espécie de Casablanca”, em referência à cidade marroquina apresentada no clássico filme de Michael Curtiz<sup>196</sup> como um

---

<sup>195</sup> Enquanto isso, a Chanceler paraguaia buscava minimizar as acusações: “Nenhuma agência de segurança dos EUA me avisou disso. Também tenho me encontrado regularmente com parceiros da Embaixada de Israel em Washington. Eles se comprometeram a entregar qualquer informação que tivessem sobre o assunto. Estamos em contato permanente. Se existem indícios sérios de que esse encontro ocorreu, eu não os vi nem os EUA os julgaram importantes o suficiente para nos informar” (AITH, 2002b).

<sup>196</sup> Casablanca (Casablanca, EUA, 1942). Direção: Michael Curtiz. Roteiro: Murray Burnett, Joan Alison, Julius J., Philip G. Epstein, Howard Koch, Casey Robinson. Elenco: *Humphrey Bogart*,

local de intrigas e corrupção. Além disso, a Tríplice Fronteira é descrita como “o mais ativo centro de contrabando e tráfico da América do Sul, *um lugar corrupto e caótico* onde praticamente qualquer coisa [...] está disponível para qualquer pessoa que possa pagar seu preço” (ROHTER, 2002, grifo meu).

Estas circunstâncias – somadas às suspeitas de que o local estaria abrigando campos de treinamento e teria sediado um “encontro de cúpula secreto entre terroristas” – levaram o autor do texto, o jornalista Larry Rother, a adotar retórica bastante similar à do deputado Benjamin Gilman: enquanto Gilman chamara a Tríplice Fronteira de “bomba-relógio” em 1998, Rother classificava a região como um “caldo de cultura” (*hotbed*) para o terrorismo em 2002. Tanto uma quanto a outra retórica sugeriam a urgência de se engajar no controle sobre a ameaça latente que a zona da Tríplice Fronteira representava para a segurança dos países do Cone Sul e também dos Estados Unidos.

É precisamente neste contexto de tensão entre os três países que compartilham a Tríplice Fronteira e de intensa tentativa de securitização da área por veículos da mídia norte-americana, que ocorreu uma significativa mudança nas dinâmicas relacionadas às políticas e discursos relacionados ao local: em 17 de dezembro de 2002 (dois dias após da matéria no NYT) uma delegação do governo norte-americano foi incorporada aos debates trilaterais sobre a segurança da zona fronteiriça entre os países do Cone Sul. É criada a Comissão 3+1 também conhecida como Mecanismo 3+1 para a Tríplice Fronteira.<sup>197</sup>

O convite para a participação dos Estados Unidos no grupo havia sido feito por altos funcionários das três Chancelarias durante o encontro do Comando Tripartite da Tríplice Fronteira, em junho de 2002. A oferta originalmente endereçada ao Embaixador Francis Taylor, que a época ainda ocupava o cargo de Coordenador para Contraterrorismo do Departamento de Estado, foi reiterada em reunião

---

Ingrid Bergman (2), Paul Henreid, Claude Rains, Conrad Veidt, Sydney Greenstreet, Peter Lorre, S.K. Sakall, Madeleine LeBeau, Dooley Wilson, Joy Page, John Qualen, Leonid Kinskey, Curt Bois, Louis V. Arco. Drama, Romance. 102 min. Longa-metragem. Warner Bros Pictures.

<sup>197</sup> Os documentos oficiais de Brasil e Estados Unidos normalmente usam a primeira terminologia, enquanto para Argentina e Paraguai costumam usar a segunda designação com maior frequência. É importante nota que a criação do Mecanismo 3+1 não implicou a desarticulação do Comando Tripartite para a Tríplice Fronteira, ou seja, um não substitui o outro. Ao invés disso, as duas instituições continuam a existir paralelamente. O Comando Tripartite tem caráter de cooperação basicamente operacional entre as forças de segurança de Brasil, Argentina e Paraguai. Já a Comissão 3+1 tem se dedica à coordenação diplomática do âmbito de variadas instituições, indo desde os Ministérios de Relações Exteriores até as Agências de Inteligência dos três países do Cone Sul e dos Estados Unidos.

à margem da LVII Assembléia-Geral das Nações Unidas, reunida em setembro deste mesmo ano na cidade de Nova York.<sup>198</sup> Na oportunidade, membros das delegações de Brasil, Argentina e Paraguai foram “convidados para conversar” no Hotel Waldorf=Astoria pelo Embaixador Taylor (DEPOIMENTO 1, 2008). O general havia convidado para a conversa seu futuro sucessor no cargo de Coordenador de Contraterrorismo, Joseph Cofer Black, funcionário de carreira da CIA que também ocupava temporariamente o cargo de Embaixador.<sup>199</sup> O propósito da reunião informal – que fora marcada por um clima de “apreensão”, nas palavras de um entrevistado – era debater “como [os quatro países poderiam] cooperar na Tríplice Fronteira” (DEPOIMENTO 1, 2008). A resposta veio na forma de um convite oficial para que os Estados Unidos se somassem ao grupo de trabalho sobre a Tríplice Fronteira, medida que foi posteriormente formalizada através carta datada de 18 de outubro e assinada pelos Embaixadores Marcelo Huergo, da Argentina, Antonino Mena Gonçalves, do Brasil, e Oscar Cabello Sarubbi, do Paraguai.<sup>200</sup> A proposição foi prontamente aceita pelo lado norte-americano e pouco mais de três meses depois realizou-se o primeiro encontro da Comissão 3+1.

A reunião ocorreu na sede da Chancelaria argentina em Buenos Aires.<sup>201</sup> Conforme o comunicado oficial à imprensa, tinha como objetivo analisar “a problemática de segurança da Tríplice Fronteira”. Incluídos nesta categoria estavam “o terrorismo e seu financiamento, o tráfico de drogas, a lavagem de dinheiro, o

<sup>198</sup> Nota nº 503 - Distribuição 22. Visita à Tríplice Fronteira de Representantes das Chancelarias da Argentina, Brasil e Paraguai, 10/12/2002. Disponível em: <[http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota\\_detalhe3.asp?ID\\_RELEASE=1667](http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe3.asp?ID_RELEASE=1667)> Acesso em: 19 mai. 2008.

<sup>199</sup> Para uma sucinta biografia profissional, consulta <<http://www.state.gov/outofdate/bios/b/15367.htm>>.

<sup>200</sup> Nota nº 503 - Distribuição 22. Visita à Tríplice Fronteira de Representantes das Chancelarias da Argentina, Brasil e Paraguai, 10/12/2002. Disponível em: <[http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota\\_detalhe3.asp?ID\\_RELEASE=1667](http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe3.asp?ID_RELEASE=1667)> Acesso em: 19 mai. 2008.

<sup>201</sup> Pelo Brasil, participaram da reunião representantes de Polícia Federal, Receita Federal, Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), Ministério de Relações Exteriores e Abin (Agência Brasileira de Inteligência). A delegação brasileira era liderada pelo Embaixador Antonino Mena Gonçalves, Chefe do Departamento de Américas do Itamaraty. A delegação dos Estados Unidos veio liderada por Cofer Black e contava também com a presença dos seguintes nomes: General Francis Taylor, ex-Coordenador de Contraterrorismo e que agora ocupava o cargo de Secretario de Estado Adjunto para Segurança Diplomática; Michel Malvesti, directora para antiterrorismo do Conselho Nacional de Segurança; o Chefe de Inteligência do Comando Sul do Departamento de Defesa, o General Woonury Burgess, além de membros do Departamento de Justiça e do Tesouro da Casa Branca (BONIFATO, 2002b). A delegação argentina era chefiada pelo Embaixador Marcelo Huergo (RETOD). Da parte paraguaia participaram o Embaixador Oscar Cabello Sarubb, o vice-ministro do Interior Osvaldo Benítez, o Chefe da seção Antiterrorismo, Crio. Altemburguer, entre outras autoridades (PREOCUPA, 2002).

tráfico de armas e o controle aduaneiro e migratório”. Nas palavras do vice-chanceler argentino, Embaixador Martín Redrado, que abriu o encontro, estes eram os principais desafios aos quais países envolvidos deveriam “fazer frente” para “enviar uma mensagem à região e ao mundo”. Embora, por razões de sigilo diplomático, os debates não tenham sido disponibilizados no dito comunicado, as conclusões enumeradas pelo documento nos permitem inferir qual teria sido a ordem da pauta de discussões e, conseqüentemente, quais assuntos teriam sido tratados como prioridades pelos governos dos quatro países.

Primeiramente, é expressa “a preocupação compartilhada pelo Grupo 3+1 sobre o possível financiamento proveniente de fontes lícitas e ilícitas na região da Tríplice Fronteira a organizações terroristas”. Embora a suspeita da presença de células terroristas estivesse em evidência no momento, esta questão somente foi mencionada no quarto ponto das conclusões, após acordada a continuação do mecanismo nos anos seguintes (ponto 2) e feito o convite brasileiros aos demais participantes para compartilhar o centro de inteligência que o país criaria em Foz do Iguaçu (ponto 3). Em um contradiscurso de securitização ou, nos termos de Ole Wæver (1995), em um claro movimento de dessecuritização provavelmente capitaneado pelas delegações de Brasil e Paraguai, o documento assinado conjuntamente pelos quatro governos estabelecia que:

Houve acordo entre as delegações 3+1 que não foram detectados até este momento atividades operativas de terrorismo na Tríplice Fronteira de grupos radicalizados tais como o Hezbollah, Hamas ou Al Qaeda, fossem atividades de treinamento, ou de formação de quadros de organizações terroristas ou de células adormecidas. Houve coincidência [de opiniões] em que nenhum lugar do mundo está isento dessa possibilidade. Por isso, é necessário manter a vigilância e fortalecer os controles policiais, de imigração, de passaporte, etc. na região (ARGENTINA, 2002)

Expressa nestes termos, a Tríplice Fronteira não era tratada discursivamente como um refúgio imediato para células terroristas, logo não necessitava medidas drásticas e urgentes de engajamento. Mesmo assim, a região ainda era tida como um refúgio em potencial, o que torna possível e justificável tanto a manutenção quanto o aprimoramento dos controles sobre a região por parte dos países do Cone Sul (como também alguma forma de participação ou engajamento parcial dos Estados Unidos nestas iniciativas). O terrorismo poderia estar em qualquer local do mundo, conforme o expressado na *National Security Strategy* de 2002, e as fron-

teiras dos Estados Unidos se estenderiam até onde seus interesses se encontrassem.

Em seguida, o texto argumenta que os vínculos de cooperação entre os quatro países deveriam ser estreitados para “transmitir informação correta aos meios de comunicação massiva e evitar desagradáveis mal-entendidos” (em clara referência às declarações argentinas feitas à mídia norte-americana). Após detalhar algumas medidas de cooperação, o documento é finalizado com a proposta de se criar um grupo de trabalho para “analisar a existência de contribuições, aporte, transferências financeiras canalizadas a organizações terroristas” (ARGENTINA, 2002). O foco no financiamento parecia suplantar, ao menos temporariamente, a potencial presença de elementos operativos na Tríplice Fronteira.

Contudo, como expressado por Black, os Estados Unidos tinham duas preocupações principais: “a primeira é o potencial para o financiamento do terrorismo, e a segunda, (a possibilidade de que) os terroristas decidam vir para esta região”. E frente a estas duas questões a postura norte-americana era de que “até que possamos provar que não há nada com o que se preocupar, seguiremos preocupados”, pois “não necessariamente onde não há terroristas hoje, não os haverá amanhã” (MOCHKOFKY, 2002a).<sup>202</sup> A postura brasileira era diferente da norte-americana: enquanto os Estados Unidos buscavam manter o discursos de securitização tanto da ameaça de células terroristas quanto do financiamento, o Brasil se focava exclusivamente sobre o segundo e, mesmo assim, buscando dessecuritizar a questão ao reiterar que não passam de suspeitas. O Embaixador Antonino Mena Gonçalves, que chefiou a delegação brasileira, expressou com clareza a posição brasileira frente às duas preocupações expressas por Black: sobre a presença ativa de terroristas operando na região, afirmou que a reunião serviu para comprovar que “não há indícios de células ativas ou adormecidas na Tríplice Fronteira” (MASCHIO, 2002b) assim como afirmou, em referência ao potencial de financiamento na região, que “a conclusão desta reunião não é que existam transferências relacionadas com o terrorismo. Há suspeitas de que organizações terroristas arrecadem fundos.

---

<sup>202</sup> Invertendo o princípio da presunção de inocência, o discurso de Black parecia pressupor que, até que se provasse o contrário, em nome da segurança dos Estados Unidos e de seus aliados, a Tríplice Fronteira deveria ser considerada culpada das suspeitas de envolvimento com o terrorismo de caráter internacional, pois se apresentava como “ambiente” que facilitava a presença de terroristas (SANTORO & BRASLAVSKY, 2002) ao permitir-lhe “sentir-se cômodos” e “fundir-se” com população local sem serem detectados (MOCHKOFKY, 2002a).

Porém, não há confirmação no terreno” (SANTORO & BRASLAVSKY, 2002). Segundo o mesmo Mena Gonçalves, com esta postura, o Brasil rechaçava publicações “sensacionalistas” sobre a Triple Fronteira para a “discriminação” da população árabe brasileira. (MOCHKOFISKY, 2002b).

Essa cautela nas acusações e a postura de prudência por parte do Brasil perante os discursos que buscavam representar a Tríplice Fronteira como um foco de insegurança no coração das América do Sul não seria sinônimo de desatenção ou de menor empenho nos controles sobre a área. Reafirmando o compromisso brasileiro com o efetivo monitoramento da zona fronteiriça, o chefe da delegação brasileira terminou seu pronunciamento declarando que “deve-se buscar mecanismos futuros que nos permitam verificar se são certas estas suspeitas” (SANTORO & BRASLAVSKY, 2002); vigilância se faria necessária, uma vez que “o terrorismo é uma ameaça global e pode se apresentar em qualquer lugar do mundo” (MASCHIO, 2002b).

Em consonância com a retórica adotada pelos países do Cone Sul, Black também reconheceu que “não há indícios concretos da presença terrorista”, embora reafirmasse a necessidade de investigar o financiamento do terror na área, tema “que deve ser hoje uma preocupação global” (MASCHIO, 2002b).<sup>203</sup> No dia seguinte à reunião em Buenos Aires, a delegação norte-americana sob sua chefia realizou uma visita à região da Tríplice Fronteira. Era 18 de dezembro e ocorria encontro do Comando Tripartite, enquanto comitivas dos três países sul-americanos acompanhavam os representantes dos Estados Unidos em um trajeto que incluía as três cidades que compõem a fronteira comum.<sup>204</sup> Em tom particularmente jovial, Black chegou a declarar que recomendaria as cataratas do Iguazu como roteiro de lua-de-mel para seu filho, dizendo que “a foto das cataratas en-

<sup>203</sup> O NYT não deixou de comentar a reunião. Em artigo datado de 21 de dezembro, não apresentava nenhuma novidade significativa em seu discurso, mas mencionava uma autoridade não-identificada que teria descrito a região como “um ambiente (*setting*) ideal para grupos terroristas levantarem fundos e esconder pessoas”. Além disso, comunicava o posicionamento político dos participantes, alinhando os Estados Unidos à Argentina e o Brasil ao Paraguai: “Embora os Estados Unidos e Argentina tenham expressado certeza de que grupos terroristas estejam levantando fundos na região da Tríplice Fronteira, autoridades no Brasil e no Paraguai disseram que eles precisam de mais evidências” (DAO, 2002)

<sup>204</sup> O Itamaraty lançou nota em que comentava da visita. Ver Nota nº 503 - Distribuição 22. Visita à Tríplice Fronteira de Representantes das Chancelarias da Argentina, Brasil e Paraguai, 10/12/2002. Disponível em: <[http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota\\_detalhe3.asp?ID\\_RELEASE=1667](http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe3.asp?ID_RELEASE=1667)>. Acesso em: 19 mai. 2008.

contrada [pela CNN] com terroristas da Al Qaeda foi apenas coincidência” (MASCHIO, 2002b).

Este processo político foi captado pelo *Patterns of Global Terrorism* referente ao ano de 2002. Neste relatório, uma discreta, porém significativa inovação se deu com a criação a seção “Western Hemisphere”, que agora fundia em uma única entidade político-espacial as anteriormente separadas seções “Latin America” e “North America”. Dessa forma, foi expressada pela primeira vez uma nova representação discursiva sobre o espaço americano, priorizando a unidade geopolítica das Américas no âmbito da Guerra ao Terror, ao invés de sua fragmentação em distintas unidades espaciais que se pressupunham relativamente autônomas. Também no combate ao terrorismo global, a produção política do espaço veio a influenciar na requisição/justificação por um maior engajamento dos Estados Unidos na América Latina. Agora o problema do terrorismo político abaixo do Rio Grande não seria mais preocupação exclusiva dos países latino-americanos. Se antes, por exemplo, as FARC eram situadas nos discursos norte-americanos como uma *questão* do terrorismo *na América Latina*, agora o grupo seria concebido como uma *ameaça* terrorista ao Hemisfério Ocidental: enquanto a América Latina era o espaço do *outro*, onde não se devia ou podia fazer mais do que ceder apoio aos atores locais e atuar de forma indireta, o Hemisfério Ocidental se tornava um espaço imaginado do qual os Estados Unidos também faziam parte, o *nosso* espaço que se via penetrado pelo inimigo terrorista e dentro do qual o governo norte-americano devia ou podia se engajar efetiva e diretamente.<sup>205</sup>

O texto do relatório admite que, se comparado com outros pontos do mundo, o Hemisfério Ocidental não se configura como uma “zona quente” na Guerra ao Terror. Porém, alerta que agentes do terrorismo internacional já fizeram da região um campo de batalha para promover suas causas, em certo sentido indicando que casos como os atentados ocorridos na Argentina em 1992 e 1994 poderiam voltar a se repetir. A potencial presença de células da Al-Qaida na América Latina ainda é citada, mas deixa-se claro que não houve qualquer informação confirmada a esse respeito. A Tríplice Fronteira é inserida, mais uma vez, mediante a suspeita

---

<sup>205</sup> Para além desta nova articulação discursiva sobre o espaço interamericano, o PGT referente ao ano de 2002 se destaca pelo elevado grau de detalhamento que apresenta se comparado com os relatórios dos anos anteriores, descrevendo com maior precisão as diversas atividades de contraterrorismo em cada um dos países ou regiões abordadas.

de financiamento das atividades do Hizballah e Hamas. A atuação “determinada e cooperativa” de Brasil, Argentina e Paraguai na investigação e combate a atividades financeiras ilícitas é destacado. O convite feito pelos três países para que os EUA fossem incorporados à “Comissão 3+1” é visto pelo governo norte-americano como um “excelente exemplo de prevenção do terrorismo e previdência regional” (PGT 2002 In: ESTADOS UNIDOS, 2003, p.67).

#### 4.6.

#### **Novas vozes e velhos discursos: a multiplicação dos atores securitizantes e a Al-Qaida na América do Sul**

O tom de cordialidade que havia marcado o fim da visita de Cofer Black à Tríplice Fronteira em dezembro de 2002 não demoraria mais de um mês para se dissipar. Já no dia 24 de janeiro de 2003, o General James Hill, chefe do Comando Sul do Pentágono, não repetiu a retórica de cautela que havia marcado a fala da delegação norte-americana na Comissão 3+1 sobre a suposta ameaça terrorista na Tríplice Fronteira. Ao contrário de Black – que acabou por adotar o discurso da ameaça em potencial que merecia atenção, mas não seria um fato comprovado – o General Hill retrocedeu no argumento e afirmou que a região fronteiriça representava uma ameaça efetiva à segurança dos Estados Unidos. Para ele “com certeza” a área contava com a presença de grupos como Hamas e Hizballah, e o financiamento a partir da zona deveria ser considerado como evidente e já comprovado: “O que acontece nessa área em relação à lavagem de dinheiro e a outras atividades ilícitas é o combustível que está alimentando terroristas em outras partes do mundo. Isso é um fato, não é uma especulação” (EUA VOLTAM, 2003).

Anunciava-se, dessa forma, o início de um processo de certa divisão do trabalho entre os órgãos do governo norte-americano no que tange à dinâmica de securitização da Tríplice Fronteira: o Departamento de Estado passou a atuar na Comissão 3+1 e em outras instancias com tom concordante com os países do Cone Sul, tratando a região como potencial centro de financiamento, enquanto, paralelamente, o Departamento de Defesa, sempre na voz do Comando Sul, assumiu o papel de principal ator securitizante, articulando discursos fortemente acusativos

sobre a área de fronteira, representando-a como uma zona vinculada “de fato” (e não só potencialmente) a grupos do terrorismo internacional.<sup>206</sup>

Esta nova dinâmica veio a ganhar contornos ainda mais nítidos durante março de 2003, um período-chave na Guerra ao Terror norte-americana. À época os Estados Unidos haviam preso recentemente Khalid Shaikh Mohammed, considerado um mentor intelectual dos atentados de 11 de Setembro e o terceiro homem na hierarquia da rede Al-Qaida. Além disso, o cenário internacional se encontrava em momento de alta tensão às vésperas invasão do Iraque. No Brasil, a revista VEJA publicava uma matéria na qual afirmava que tanto Osama bin Laden quanto o mesmo Khalid Shaikh Mohammed, que fora preso no Paquistão e estivera na Tríplice Fronteira em 1995 (JUNIOR, 2003). Somente foi confirmada oficialmente a passagem Shaikh Mohammed pelo Brasil, embora a própria Comissão do Congresso norte-americano sobre o 11/09 reconhecesse que nada indicava que essa visita estivesse relacionada com o desenvolvimento de qualquer potencial atividade terrorista (KEAN & HAMILTON, 2004: 148). Na Argentina, mais uma vez soava o alerta do potencial “terceiro atentado”, agora devido ao início da invasão dos Estados Unidos no Iraque. No Paraguai, diante de boatos surgidos a partir da dita invasão, o embaixador norte-americano no Paraguai, John F. Keane, se apressava em informar que os Estados Unidos não tinham planos de intervir na Tríplice Fronteira (EE.UU. NO, 2003), sendo prontamente seguido por Curtis Struble, sub-

<sup>206</sup> É bem verdade que Hill não foi o primeiro comandante do Comando Sul a falar da questão da Tríplice Fronteira nestes termos. Em 2002, o General Gary Speer, então à frente do USSOUTH-COM já havia alegado que “nos últimos anos, grupos terroristas internacionais tem usado países latino-americanos como santuários (*safe havens*) para bases de apoio a fim de amparar operações em todo o mundo. Por exemplo, a Tríplice Fronteira de Argentina, Brasil e Paraguai serve como uma base de apoio para Grupos Islâmicos Radicais, como o Hizballah, Hamas e al-Gama'a al-Islamiyya. Estas organizações arrecadam recursos na Tríplice Fronteira através de atividades ilícitas que incluem o tráfico de drogas e armas, falsificação, lavagem de dinheiro, falsificação de passaportes e pirataria de softwares e músicas. Além disso, estas organizações provêm refúgio e assistência para outros terroristas na região” (Fonte: Testimony of Gen. Gary Speer, Acting Commander-in-Chief, U.S. Southern Command, March 5, 2002. Disponível em: <<http://armedservices.senate.gov/statemnt/2002/Speer.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2008). Speer, contudo, não foi tão ativo em engajamento com a questão da Tríplice Fronteira quanto o foi Hill. O pronunciamento de 2002, vale ressaltar, foi o único feito Speer e o primeiro feito por um Comandante do South-Com sobre a Tríplice Fronteira antes de a região se tornar um pauta recorrente dos discursos articulados pelos comandantes subseqüentes deste órgão do Departamento de Defesa. As declarações de postura dos demais Comandantes referentes aos anos de 2000 e 2001 sequer mencionam a região como um foco de preocupação. Ver: (1) “Statement of General Charles E. Wilhelm, commander-in-chief, U.S. Southern Command, March 23, 2000”. Disponível em: <<http://armedservices.house.gov/comdocs/testimony/106thcongress/00-03-23wilhelm.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2008; (2) “Testimony of Gen. Peter Pace, commander-in-chief, U.S. Southern Command, Senate Armed Services Committee, March 27, 2001”. Disponível em: <<http://ciponline.org/colombia/032701.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2008.

secretário de Estado para Assuntos do Hemisfério Ocidental, que fez coro às declarações do embaixador (OLIVERA, 2003)

Semanas antes, no dia 12 de março de 2002, o General James Hill estivera perante o Comitê das Forças Armadas da Câmara dos Representantes norte-americana. Anualmente, os generais de quatro estrelas responsáveis pela chefia de cada um dos nove Comandos Regionais do Pentágono<sup>207</sup> dão suas “declarações de postura” (*posture statements*) para o Congresso dos Estados Unidos. Nesses documentos, falam do que consideram as potenciais ameaças aos interesses norte-americanos em suas respectivas regiões de atuação, o que seus respectivos Comandos estão fazendo para lidar com elas e de que forma o Congresso norte-americano poderia contribuir nessas tarefas. Para cumprir com tal tarefa Hill apresentou uma lista das principais ameaças à segurança hemisférica segundo a visão do SouthCom. No documento, Hill mencionava a Tríplice Fronteira – antes até mesmo de tratar das FARC na Colômbia, tradicional foco da atenção do Comando Sul – alegando que:

Grupos terroristas baseados no Oriente Médio incluindo o Hamas, o Hizballah e a al-Gama'a al-Islamiyya têm redes e estruturas de apoio ao longo da região [sob responsabilidade do SouthCom, a América Latina, menos o México]. Estas células, que se estendem da América do Sul à América Central e Caribe, consistem não somente de pessoal de logística e apoio, como também de terroristas que têm participado em ataques no Oriente Médio. Apoiadores de islâmicos radicais têm se reunido há longo tempo em áreas como a região da Tríplice Fronteira entre Paraguai, Brasil e Argentina, [área] conhecida por suas ligações profundas com uma ampla gama de atividades criminosas transnacionais.<sup>208</sup>

<sup>207</sup> São eles: (1) U.S. Northern Command (Peterson Air Force Base, Colo.); (2) U.S. Pacific Command (Honolulu, Hawaii); (3) U.S. Southern Command (Miami, Fla.); (4) U.S. Central Command (MacDill Air Force Base, Fla.); (5) U.S. European Command (Stuttgart-Vaihingen, Germany); (6) U.S. Joint Forces Command (Norfolk, Va.) (7) U.S. Special Operations Command (MacDill Air Force Base, Fla.); (8) U.S. Transportation Command (Scott Air Force Base, Ill.); (9) U.S. Strategic Command (Offutt Air Force Base, Neb.). Maiores informações em: <<http://www.defenselink.mil/specials/unifiedcommand/>>. Acesso 11 abri. 2008. Em fevereiro de 2007, o governo norte-americano anunciou a criação do Africa Command (USAFRICOM ou AFRICOM) responsável por toda a África (53 países) exceto o Egito, que continua na área de atuação do USCENTCOM. O AFRICOM iniciou suas missões em outubro de 2007 na condição de Comando sub-unificado temporariamente subordinado ao U.S. European Command, mas se tornará um comando completamente autônomo em 01 de outubro de 2008. Para maiores informações acessar: <<http://www.africom.mil/africomFAQs.asp>>. Acesso em: 11 abr. 2008.

<sup>208</sup> Statement by General James T. Hill United States Army Commander, United States Southern Command Before the House Armed Service Committee United States House of Representatives on the state of Special Operations Forces. March 12, 2003. Disponível em: <<http://armedservices.house.gov/comdocs/openingstatementsandpressreleases/108thcongress/03-03-12hill.html>>. Acesso em: 16 abr. 2008

A reunião quadrilateral entre as delegações 3+1 meses antes parecia indicar, ao menos inicialmente, que haveria uma mudança na postura acusativa dos Estados Unidos perante a Tríplice Fronteira.<sup>209</sup> Eram, contudo, não mais que indicações. A multiplicação dos atores envolvidos diretamente nos debates acerca da questão da Tríplice Fronteira, a partir do ano de 2003, fez com que os discursos de acusação sobre a zona ecoassem com renovada força. Este novo movimento, como pudemos ver foi iniciado pelo Comando Sul,<sup>210</sup> mas não se deu exclusivamente através dele. Acompanhava-o a *Drug Enforcement Administration* (DEA), órgão relacionado à problemática das drogas e subordinada ao Ministério da Justiça norte-americano.

A DEA somou-se ao grupo de novos articuladores de discursos sobre a Tríplice Fronteira caminhando em sentido muito similar ao do chefe do Comando Sul. Assim como fizera James Hill, Steven W. Casteel, Administrador Assistente para Inteligência da DEA, também esteve em audiência perante o Congresso norte-americano, no dia 20 de maio de 2003, para afirmar que:

As duas maiores organizações terroristas que [de fato] existem na Tríplice Fronteira de Paraguai, Argentina e Brasil são o Hizballah e o Movimento Resistência Islâmico [também] conhecido como HAMAS. Os membros desta organização frequentemente se assimilam na cultura local e tipicamente se tornam mercadores em *shopping centers* para ocultar suas atividades ilegais.<sup>211</sup>

Com estas declarações, que se pretendiam tão auto-evidentes quanto as palavras de Hill sobre a região, a DEA contrariavam as conclusões coletivas da Comissão 3+1 tema e, mais uma vez, reforçavam o discurso hegemônico e unilateral dos Estados Unidos sobre a zona da Tríplice Fronteira. Propagavam, dessa forma, uma representação discursiva da área que paulatinamente era entendida por outros atores como a “verdade” sobre aquele espaço sócio-político. A repetição exaustiva deste mantra pelos diversos órgãos do governo norte-americano fazia com que a

<sup>209</sup> Nesse sentido, por exemplo, Joaquim Mesquita, Diretor da Polícia Federal em Foz do Iguaçu, acreditava que a presença da delegação norte-americana na Comissão 3+1 assinalava “uma mudança de conduta dos EUA para a região” (MASCHIO, 2002b).

<sup>210</sup> O General James Hill mencionaria a Tríplice Fronteira mais uma vez, embora de forma muito breve, em 3 de junho de 2003, perante o Senador norte-americano. Para maiores detalhes, consultar “Regarding U.S. Narcotics Policy in Colombia. General James Hill, Commander in Chief, U.S. Southern Command, June 3, 2003”. Disponível em: <<http://drugcaucus.senate.gov/colombia03hill.html>>. Acesso em: 10 abr. 2008

<sup>211</sup> “Narco-Terrorism: International Drug Trafficking and Terrorism - a Dangerous Mix”. DEA Congressional Testimony. Statement of Steven W. Casteel Assistant Administrator for Intelligence Before the Senate Committee on the Judiciary, May 20, 2003. Disponível em: <<http://www.usdoj.gov/dea/pubs/cngrtest/ct052003.html>>. Acesso em: 16 abr. 2008.

versão que apresentavam como a “realidade” sobre a região e seus problemas de segurança fosse incorporada de forma acrítica por outros atores que se viessem a engajar nos debates sobre a temática do terrorismo na Tríplice Fronteira. Estes freqüentemente partiam do duvidoso pressuposto que autoridades governamentais deveriam ser automaticamente consideradas autoridades também no conhecimento sobre a disputada “realidade” da região e, dessa forma, acabavam por dispensar de antemão a necessidade de buscar respaldo empírico para fundamentar suas respectivas retóricas.

Este foi o caso, por exemplo, de Rohan Gunaratna (2002, 2004), um importante estudioso do terrorismo internacional. Consultado sobre a articulação da Al-Qaida com grupos locais em diversas partes do mundo o especialista afirmava que, diante da crescente dificuldade em atacar os Estados Unidos, a América Latina não estaria mais imune a ataques terroristas. Alvos simbólicos e estratégicos de prestígio vinculados de alguma forma aos interesses norte-americanos poderiam sofrer atentados, principalmente, segundo alegou, se considerarmos que “a Al Qaeda tem presença na Tríplice Fronteira” (DIAS, 2003).

Uma profunda “certeza” sobre a ameaça terrorista na região era reproduzida pelos meios acadêmicos e reverberava em importantes veículos formadores de opinião. E nesse processo, Gunaratna não esteve só. Em meados de 2003, a *Foreign Affairs*, um dos mais influentes periódicos sobre política internacional do mundo, publicou um artigo de autoria de Jessica Stern (2003) que mencionava a questão da Tríplice Fronteira. Tratando das alianças que a rede Al-Qaida estava formando, a autora mencionou a articulação entre a organização de Osama bin Laden (sunita) e o Hizballah (xiita), indicando que os dois locais de atuação do último grupo seriam o sul do Líbano e a “área sem lei da Tríplice Fronteira” (the lawless “tribroder”) organização. Seguiu seu argumento afirmando que as duas organizações tidas como terroristas pelo governo norte-americano haviam mantido encontros no Paraguai, além do Líbano e em um país não-identificado na África. Assim, se para o *The New York Times* (ROHTER, 2002) a fronteira comum era uma nova Casablanca, para Stern:

The triborder region of South America has become the world's new Libya, a place where terrorists with widely disparate ideologies -- Marxist Colombian rebels, American white supremacists, Hamas, Hezbollah, and others -- meet to swap trade-craft. Authorities now worry that the more sophisticated groups will invite the

American radicals to help them. Moneys raised for terrorist organizations in the United States are often funneled through Latin America, which has also become an important stopover point for operatives entering the United States (STERN, 2003).

Agora, os novos discursos sobre a zona de fronteira pretendiam que houvesse não só o nexos entre o crime organizado e o terrorismo. Haveria também um novo, “surpreendente” e mais “alarmante” nexos: a articulação entre a Al-Qaida e o Hizballah. Os dois grupos não simplesmente atuariam na mesma região, como também cooperariam/conspirariam na zona contra a segurança dos Estados Unidos e seus aliados na Guerra ao Terror. Era uma inédita aliança entre organizações xiitas e sunitas que só pôde ser pensada tendo como palco um espaço onde a excepcionalidade reinaria. Os estereótipos que recaiam sobre a Tríplice Fronteira haviam alcançado tal grau que a zona passara a ser encarada como o “lar do improvável”, um local onde o que há pouco era tido como algo irreal poderia se tornar factível, onde o surreal poderia se tornar real.

O artigo não passou despercebido na representação brasileira em Washington, que enviou carta assinada pelo Embaixador Rubens Barbosa ao editor da *Foreign Affairs*. Na correspondência, Barbosa contestou diretamente o discurso de Stern, dizendo que a autora “baseia suas afirmações [...] em pressupostos equivocados e informação incorreta”. Em seguida, reiterou que não havia evidências concretas sobre os supostos encontros entre a Al-Qaida e o Hizballah no Paraguai, citando diversas autoridades norte-americanas que davam respaldo a esta posição. Respondeu com particular empenho as acusações de que a Tríplice Fronteira seria uma área sem lei, alegando que se tratava de uma acusação injusta da autora, já que Brasil, Argentina e Paraguai mantinham vigilância sobre a região havia mais de uma década e o governo brasileiro se “nunca deixou de investigar qualquer acusação séria e pista digna de crédito relacionada à presença de terroristas em seu território”. Terminou sua réplica criticando Stern ao dizer que suas “afirmações infundadas [...] perpetuam um nocivo estereótipo que de modo algum faz justiça ao esforço do Brasil contra o terrorismo, ou aos milhares de brasileiros, paraguaios e argentinos que vivem e trabalham na Tríplice Fronteira” (BARBOSA & STERN, 2004).

Em sua réplica Stern lamentava/admitia ter dado a impressão de que duvidava da sinceridade brasileira em seu compromisso na Guerra ao Terror, mas insistia que suas alegações tinham fundamento. Citava, como de costume, “fontes”

que pediam anonimato, além da imprensa internacional e brasileira, mas não fez menção as declarações conjuntas acordadas no âmbito da Comissão 3+1. Seguiu sua defesa alegando que o fato de Brasil, Argentina e Paraguai estarem cooperando no monitoramento sobre a área há tanto tempo só reforçava sua tese de que a região seria realmente um “centro de atividades criminosas”. Intencionalmente ou não, não mencionava a suposta presença do terrorismo. Acabou por fazê-lo no parágrafo seguinte. Citava como fonte um relatório preparado pela Divisão de Pesquisa da Biblioteca do Congresso (HUDSON, 2003). Não mencionava, todavia, que o dito relatório trabalhava unicamente com fontes de informação pública, ou seja, as mesmas notícias de viés especulativo que esporadicamente eram divulgadas em periódicos diversos, mas que não haviam sido respaldadas por nenhuma evidência consensual além das mesmas “fontes anônimas” que Stern havia citado. A autora conclui seus comentários reconhecendo a importância da Comissão 3+1, mas afirmando que o crime organizado e o terrorismo internacional “prosperam em grandes cidades e áreas sem lei”, numa menção indireta, mas evidente, à Tríplice Fronteira. Por fim, tomando para si a prerrogativa de estabelecer o ponto final do debate corrente, estabeleceu que “a resposta adequada deve ser uma maior cooperação para assegurar nossa segurança mútua” (BARBOSA & STERN, 2004). Requisitava uma resposta “prática” para cessar a disputa entre as “práticas discursivas” em torno da Tríplice Fronteira

A ampliação dos atores envolvidos no processo de securitização não parou com a inserção do Comando Sul, da DEA e de novos atores funcionais tais como os especialistas acadêmicos. Também instituições regionais se envolveram nos debates. O CICTE da OEA, por exemplo, engajou-se nas disputas através de seu secretário-executivo, Steven Monblatt. Em inícios de agosto de 2003, durante visita a Foz do Iguaçu, Monblatt – que também fora subsecretário antiterrorismo do Departamento de Estado – havia descartado inicialmente a presença de células terroristas na Tríplice Fronteira (OEA DESCARTA, 2003), mas pouco depois vinculou a região ao financiamento do terrorismo internacional ao afirmar que “*não há dúvida* de que, seja isso intencional ou não, dinheiro daqui acaba chegando às mãos de terroristas” (DIPLOMATA, 2003, grifo meu). Mas a afirmação de Monblatt, no entanto, foi prontamente contrariada cerca de um mês depois por Donna J. Hrinak, a Embaixadora norte-americana em Brasília, quem afirmou que “hoje

está claro que não há nenhuma evidência de grupos terroristas na região [da Tríplice Fronteira]”. Havia, de acordo com ela, “muita criminalidade [...] com tráfico de armas e lavagem de dinheiro”, mas “quanto à existência de células terroristas, repito, não temos conhecimento disso” (CAMARGO & HOLLANDA, 2003).

Adentrava o mês de setembro e completavam-se dois anos dos atentados contra os Estados Unidos. Poucas semanas antes, em 19 de agosto de 2003, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello havia sido morto quando um caminhão-bomba explodiu na sede da ONU em Bagdá. O fatídico evento viria a inspirar severas críticas por parte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à condução da política internacional de combate ao terrorismo dos Estados Unidos durante seminário realizado em Nova York. Nesta ocasião, a Tríplice Fronteira seria mencionada, mas a questão acabou sendo suprimida do discurso de Lula em função do curto tempo disponível (ALENCAR, 2003; SEABRA, 2003). Porém, em versão distribuída pouco antes da leitura pelo presidente, constavam os outros sete parágrafos omitidos, em meio aos quais se lia que “o Brasil se preocupa com *alegações infundadas* quanto à existência de grupos terroristas. Não há qualquer prova de atividade ligada ao terrorismo na região da Tríplice Fronteira entre Argentina, Paraguai e Brasil. Árabes e judeus vivem em harmonia no Brasil. Somos uma sociedade que valoriza a diversidade étnica e religiosa” (LEIA A ÍNTEGRA, 2003; PIMENTA, 2003, grifo meu).<sup>212</sup>

Parecendo alheios à crítica brasileira, os discursos norte-americanos continuariam a encontrar novos articuladores. Respondendo à pergunta do congressista Cass Ballenger (R-NC) sobre a arrecadação de fundos para o terrorismo no continente americano, Roger F. Noriega, Secretário de Estado Assistente para o Hemisfério Ocidental, insistia no discurso de que “a Tríplice Fronteira há tempos tem sido um ponto focal do levantamento de fundos de radicais islâmicos”, embora admitisse que “a vasta maioria das comunidades de origem árabe não tem vínculos com o financiamento do terrorismo”.<sup>213</sup> Em sentido similar William Pope,

<sup>212</sup> O texto completo do discurso também está disponível no site do MRE do Brasil. Nota nº 409 - 22/09/2003. Distribuição 22 e 23. Palavras do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na conferência “Combatendo o Terrorismo em Prol da Humanidade” - Nova York, 22 de setembro de 2003. Disponível em: <[http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota\\_detalhe3.asp?ID\\_RELEASE=1859](http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe3.asp?ID_RELEASE=1859)> Acesso em: 19 mai. 2008.

<sup>213</sup> “Challenges and Opportunities for U.S. Policy in the Western Hemisphere”. Hearing Before the Subcommittee on the Western Hemisphere of the Committee on International Relations House of

subcoordenador para contraterrorismo do Departamento de Estado, destacou que os Estados Unidos continuavam “muito atentos” e olhavam “cuidadosamente” para a região, tida como uma “importante área de apoio” para o terrorismo internacional. Conforme suas palavras:

La Triple Frontera es un área que miramos cuidadosamente. Por supuesto que nada de lo que sucede ahí puede ser comparado con Afganistán o algo así, pero igual estamos muy atentos. Es que hay dos hechos que son preocupantes: primero, que tras nuestros ataques los terroristas están buscando nuevos lugares para esconderse, lugares menos protegidos. Segundo, que en la Triple Frontera hay apoyo al terrorismo. Allí se canaliza dinero, se recauda para Hezbollah y Hamas. Le insisto: como mínimo es un área de apoyo importante para los terroristas. Y además puede volverse más peligrosa.

Multiplicavam-se os atores, mas os discursos de securitização da área continuavam os mesmos. Mas mesmo que convergentes, nem todas as novas falas se expressavam pelos mesmos termos. Novos atores introduziam novas formas de se referir a velhas questões. Expressão peculiar para se referir ao pretense nexus crime-terror na região foi usada por David Aufhauser, conselheiro do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Poucas semanas antes de deixar o cargo de principal autoridade do país dedicada a investigar o financiamento ao terrorismo, Aufhauser afirmou ao *The New York Times* que o treinamento e financiamento de terroristas continuavam sendo um problema na Tríplice Fronteira e que na área havia um “rico casamento entre as drogas e o terror” (O'BRIEN, 2003). A declaração gerou reação imediata da chancelaria brasileira, que afirmou que “não há nenhuma prova da presença de grupos, indivíduos, ou células adormecidas formadas por pessoas que se ocultariam ali com a possibilidade de ser chamadas algum dia para participar em um atentado terrorista” e foi seguida por resposta semelhante da diplomacia argentina (MAC KAY, 2003).

Dessa forma, desde o início de 2003, mas sobretudo da segunda deste ano, ganha destaque o discurso de que a América do Sul poderia ser tornar um alvo do terrorismo internacional e que a Tríplice Fronteira serviria como uma porta de entrada para tal ameaça. Mais especificamente, prevalecia a idéia de que os terroristas procurariam novos refúgios e pontos para a preparação de atentados à medida que a Guerra ao Terror avançava no Afeganistão e nos recém-inaugurado *front*

---

Representatives One, Hundred Eighth Congress, First Session, October 21, 2003, Serial No. 108-65. Disponível em: <[www.foreignaffairs.house.gov/archives/108/90359.pdf](http://www.foreignaffairs.house.gov/archives/108/90359.pdf)>. Acesso em: 16 abr. 2008.

iraquiano. Esta lógica foi aplicada ao caso da Tríplice Fronteira pelo oficial Dorsey Edward Rowe, coronel da reserva do Exército norte-americano e coordenador de políticas de operações especiais e combate ao terrorismo do Departamento de Defesa.

Durante conferência no *Centro de Altos Estudios Nacionales* (CALEN) do Uruguai Rowe reafirmou a certeza quanto a suposta presença de agentes do terrorismo internacional na Tríplice Fronteira, alegando que o governo norte-americanos “sabe que há organizações terroristas trabalhando na região”. Segundos suas palavras, a zona os “preocupa”, ainda no momento em que os terroristas buscavam se realocar em pontos do globo menos evidentes na Guerra ao Terror já que “se os terroristas se sentem vigiados mudam de país”.

A mesma retórica – pregando a iminente ameaça terrorista contra a América do Sul – também foi promovida pela voz de William Pope, principal coordenador adjunto da seção de Antiterrorismo do Departamento de Estado norte-americano. Pope havia desembarcado em Assunção na primeira semana de dezembro para a reunião da Comissão 3+1 e poucos dias antes de sua chegada à Assunção haviam surgido novas suspeitas de atentados em Buenos Aires. Perguntado sobre potenciais ataques da Al-Qaida no Cone Sul ele afirmou que era “absolutamente possível que algo pudesse acontecer, incluídos os EUA ou também na América do Sul” já que “os terroristas operam nas diversas áreas do mundo”. Continuou seu argumento, advertindo que, em um momento em que os atentados poderiam se voltar contra “alvos mais frágeis”,<sup>214</sup> caberia olhar com redobrada atenção para a zona de fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai: em suas palavras, “dentro da América do Sul, uma área de considerável interesse é a da Tríplice Fronteira. Pode [ser] que haja ameaças em outro lugar, mas, no longo prazo, para prevenir situações que possamos lamentar, a área da Tríplice Fronteira é central” (OLAZAR, 2003<sup>a</sup>, 2003b).

O debate sobre os potenciais ataques da Al-Qaida contra a América do Sul foram uma das principais pautas da segunda reunião da Comissão 3+1, realizada

---

<sup>214</sup> Referia-se a dois atentados feitos contra alvos que, até segunda ordem, não contariam com um forte esquema de segurança. O primeiro foi o atentado contra a discoteca Sari Club e o bar Paddy's Pub na ilha de Bali, Indonésia, em outubro de 2002. No ataque realizado pela Jemaah Islamiah morreram 202 pessoas, dos quais 164 estrangeiros (88 australianos) e 38 indonésios. O segundo atentado ocorreu contra um hotel em Mombasa, a segunda maior cidade do Quênia, e deixou 16 pessoas mortas, incluindo os três suicidas que pertenciam à rede Al-Qaida.

no dia 03 de dezembro de 2003, na cidade de Assunção.<sup>215</sup> A abertura foi feita pela chanceler anfitriã, Leila Rachid, do Paraguai. Rachid destacou, como fizera o Ministro argentino na reunião do ano anterior, a necessidade do grupo “enviar uma mensagem ao mundo” de que os quatro governos estariam “empenhados na prevenção de atos de terrorismo”. Finalizou sua fala, convocando Brasil e Argentina a *reconverter* a área da Tríplice Fronteira – a segunda mais importante zona econômica do Paraguai – um pólo de desenvolvimento regional.<sup>216</sup>

Neste segundo encontro, o primeiro ponto do comunicado foi uma negação conjunta da suposta presença de “atividades operativas” na Tríplice Fronteira – no ano anterior, lembremos, a questão só veio a ser abordada no quarto item do comunicado. Esta inclusão prioritária, vale recordar, se deu em um contexto de alarme sobre possíveis atentados da Al-Qaida e após grande proliferação na mídia de acusações de que a área de fronteira abrigara células terroristas. E, para além desta inovação, pouco mudou no conteúdo do documento. Os focos principais da atuação conjunta continuaram a ser os mesmos que mencionados no ano anterior. Segundo nota do governo brasileiro:

O propósito do encontro em Assunção foi, basicamente, a discussão e análise das medidas preventivas contra a potencial incidência de ilícitos transnacionais na região da Tríplice Fronteira, como narcotráfico, tráfico de armas, terrorismo e seu financiamento. Foram também avaliados temas relacionados a capacitação, fortalecimento institucional, controles fronteiriços e avanço legislativo. O evento objeti-

<sup>215</sup> Os encontros anuais regulares normalmente são mantidos no mês de dezembro. Estes são os encontros da Comissão 3+1 propriamente dita, composta por delegações amplas lideradas por seus respectivos Ministérios de Relações Exteriores ou similares. Há, contudo, encontros específicos limitados à unidades de inteligência dos países participantes, normalmente ocorrendo no mês de maio de cada ano. Seu nome formal é "Reunião das Unidades de Inteligência de Fronteiras do Mecanismo 3+1" e seu objetivo oficial é "investigar e analisar possíveis transferências, aportes e contribuições financeiras, canalizados para financiar o terrorismo e/ou organizações terroristas a partir da região da Tríplice Fronteira". A primeira destas reuniões aconteceu entre os dias 21 e 22 de Maio de 2003, em Brasília e a segunda no dia 18 de maio de 2004, em Buenos Aires. Para o documento final da primeira reunião, ver: Nota nº 181 - 23/05/2003, Distribuição 22 e 23, Documento Final da Reunião das Unidades de Inteligência de Fronteiras do Mecanismo 3+1 (Brasil, Argentina, Paraguai e Estados Unidos) sobre a Tríplice Fronteira, Brasília, 21 e 22 de Maio de 2003. Disponível em: <[http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota\\_detalhe3.asp?ID\\_RELEASE=201](http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe3.asp?ID_RELEASE=201)>. Acesso em: 03 abr. 2008.

<sup>216</sup> Íntegra Disponível em: <<http://www.mre.gov.py/paginas/boletines/informaciones/Anteriores/boletin041220036.asp>>. Para uma nota do governo brasileira comentando o encontro e outra íntegra do comunicado ver: Nota nº 609 - 12/12/2003 Distribuição 22 e 23. Segunda reunião plenária do Mecanismo “3 + 1” (representantes das Chancelarias da Argentina, Brasil, Paraguai e Estados Unidos), sobre a situação da Tríplice Fronteira. Disponível em: <[http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota\\_detalhe3.asp?ID\\_RELEASE=2072](http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe3.asp?ID_RELEASE=2072)>. Acesso em: 19 mar. 2008.

vou ainda impulsionar a cooperação – de caráter preventivo - entre os países participantes, com vistas à atualização permanente do diagnóstico quanto aos aspectos institucionais, operacionais e necessidades das agências competentes de cada país. Com isso, os fatos atribuídos à situação da Tríplice Fronteira passam a ser corretamente dimensionados, reduzindo-se a visão estereotipada da região.<sup>217</sup>

As críticas aos estereótipos que atingiam a zona de fronteira vinham não só da parte brasileira, como também do lado paraguaio. Leila Rachid, por exemplo, admitia ser difícil prevenir atos terroristas, mas afirmava que “se satanizam situações quando não se lida com uma informação correta”, criticados as recentes especulações sobre a Tríplice Fronteira. A questão, segundo a ministra, seria “enfrentar [os problemas da área] de maneira coordenada e empenhar-se no mesmo objetivo” (NO DETECTAN, 2003). Em outras palavras, para Brasil e Paraguai, era necessário evitar representações discursivas unilaterais da Tríplice Fronteira como um foco de ameaça. Ao invés disso, melhor seria buscar soluções coletivas para os problemas da região e promover imagens consensuais sobre a área.

Da parte norte-americana, tanto os encontros da Comissão 3+1 quanto as suspeitas sobre a presença de Al-Qaida na zona de fronteira foram lembrados nos relatórios anuais PGT. Neste particular, embora concluísse que a informação disponível não substanciasse quaisquer relatos sobre atividades operacionais na Tríplice Fronteira, “o fluxo de dinheiro para organizações terroristas islâmicas continua a ser o foco primário do contraterrorismo” na região (PGT 2003 In: ESTADOS UNIDOS, 2004, p.72). O documento destaca os recursos econômicos e políticos investidos pelos Estados Unidos nas iniciativas acordadas no âmbito da Comissão 3+1 com o intuito de (1) reforçar a instituição, (2) munir os três países da Tríplice Fronteira com recursos e treinamento para (3) aprimorar o controle sobre a fronteira e os fluxos financeiros que dela se originam.<sup>218</sup> O destaque à “colaboração ativa” dos governos do Cone Sul vem acompanhada, por fim, pela recomendação

<sup>217</sup> Nota nº 609 - 12/12/2003. Distribuição 22 e 23. Segunda reunião plenária do Mecanismo “3 + 1” (representantes das Chancelarias da Argentina, Brasil, Paraguai e Estados Unidos), sobre a situação da Tríplice Fronteira. Disponível em: <[http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota\\_detalhe3.asp?ID\\_RELEASE=2072](http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe3.asp?ID_RELEASE=2072)>. Acesso em: 19 mar. 2008.

<sup>218</sup> Em nota comentado o já citado relatório elaborado pela Divisão de Pesquisas da Biblioteca do Congresso (HUDSON, 2003), Washington estimou que os Estados Unidos já havia contribuído com US\$ 1 milhão para “esforços de aprimoramento de capacidades” (*capacity-building efforts*) na Tríplice Fronteira. Cf. “Library of Congress Report on the Triborder Area (Taken Question)”. Office of the Spokesman, Washington, DC, February 10, 2004, Question Taken at the February 9, 2004 Daily Press Briefing. Disponível em: <<http://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2004/29240.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2008.

que se ampliem os “esforços [comuns] para o desenvolvimento de atividades econômicas legítimas na Tríplice Fronteira” (PGT 2003 In: ESTADOS UNIDOS, 2004, p.78).

#### 4.7.

#### **Nada de novo no *front*: o fim do primeiro governo Bush finda a securitização da Tríplice Fronteira?**

Como aconteceu no ano anterior, o governo de George W. Bush não demonstraria a abandonar a retórica de cautela frente às acusações contra a Tríplice Fronteira que marcara a participação dos Estados Unidos na Comissão 3+1. Mas se no ano de 2003 esta retomada dos movimentos de securitização havia sido operada principalmente pelo Comando Sul, em 2004 são os embaixadores norte-americanos no Cone Sul que desempenham esta função. No momento em que surgia uma polêmica sobre um *site* do Departamento de Estado que afirmava haver pessoas que financiam grupos terroristas na Tríplice Fronteira,<sup>219</sup> John Francis Keane, o embaixador dos Estados Unidos em Assunção, disse que eram “confirmadas” as suspeitas de que na Tríplice Fronteira eram realizadas atividades para “financiar a grupos extremistas”, embora descartasse a presença de células operativas: “El tema de la Triple Frontera es que hay personas y organizaciones que mandan apoyos financieros a grupos extremistas. Ese es el tema” (OVIEDO, 2004).

Enquanto no final dezembro de 2003, o embaixador dos Estados Unidos em Buenos Aires, Lino Gutiérrez, dizia que “não [lhe] surpreenderia que no futuro alguém planejasse fazer algo neste continente” já que seria “muito possível” um ataque da Al-Qaida na América do Sul. Steve Monblatt voltou à cena no começo de fevereiro de 2004 para falar mais uma vez sobre o nexos entre as drogas e o terrorismo operado pelo Hizballah na Tríplice Fronteira (MONBLATT, 2004). Entre uma e outra declaração, ocorreu a de Cofer Black, quem em fins do primeiro mês de 2004. Entre os dias 28 e 30 de janeiro, Black esteve presente à Quarta Ses-

---

<sup>219</sup> Tratava-se do site <[www.travel.state.gov](http://www.travel.state.gov)>, voltado para cidadãos norte-americanos que pretendem viajar para o exterior: “essas organizações [criminosas atuantes da Tríplice Fronteira] estão envolvidas no tráfico de produtos ilegais, e alguns indivíduos na área apóiam financeiramente organizações terroristas internacionais”, descreve a página do Departamento de Estado dedicada a informar potenciais turistas dos EUA sobre o Brasil e o Paraguai

são Ordinária do CICTE no Uruguai<sup>220</sup> e também afirmou que “não identificados nenhuma célula da Al Qaeda na Tríplice Fronteira”. Além disso, descreveu como “excepcionalmente boa” a cooperação entre os três países do Cone Sul e os Estados Unidos na área. Em discurso alinhado com os demais membros do Departamento de Estado, declarou preocupação com o potencial financiamento originário da zona de fronteira: “estamos procurando efetivamente ligações financeiras com grupos no Oriente Médio”, declarou. Logo depois, em visita à Argentina, Black insistiu que “os terroristas podem nos atacar a qualquer momento e o farão” (PARA EE.UU., 2004) e repetiu a tese de que “a Tríplice Fronteira é utilizada como um canal financeiro para o envio de fundos ao Hamas e Hizballah”, mas que “na zona não há células adormecidas nem está atuando a Al-Qaeda” (RECLAMAN, 2004).

Mas apesar desta atuação inicial do Departamento de Estado, o Pentágono retomou seu papel de protagonista do processo de securitização nos meses seguintes. Já em 4 de fevereiro de 2003, o General Richard B. Myers da Força Aérea, *Chairman* do *Joint Chiefs of Staff* (Estado-Maior) norte-americano lembrava aos Senadores da comissão das Forças Armadas as atividades terroristas islâmicas na Tríplice Fronteira.

The Tri-Border Area between Argentina, Brazil and Paraguay is another focal point for drug and arms trafficking, money laundering, document fraud and Islamic terrorist-supported activities in South America. US-sponsored multilateral exercises are promoting security, improving effective border control, and denying terrorist groups such as Hizballah, Hamas and other Middle Eastern terrorist safe havens, restricting their ability to operate.<sup>221</sup>

Enquanto Myers fazia uma brevíssima visita (de aproximadamente 20 horas) à Argentina na segunda semana de março, a chanceler Paraguai cedeu entrevista ao jornal *La Nación* deste país contrapondo-se, como já fizera antes, à “satanização” da tríplice fronteira. Em suas próprias palavras:

<sup>220</sup> No encontro foi assinada a Declaração de Montevideo contra o terrorismo. Para maiores detalhes, ver “Declaration of Montevideo”. Inter-American Committee Against Terrorism (CICTE). Fourth Regular Session, January 28-30, 2004, Montevideo, Uruguay. OEA/Ser.L/X.2.4, CICTE/DEC. 1/04 rev. 3, 4 February 2004, Original: Spanish/English. Disponível em: <<http://www.cicte.oas.org/Database/CuartoPeriodo-DECLARACION%20DE%20MONTEVIDEO-ENG.doc>>. Acesso em: 30 mar. 2008

<sup>221</sup> Testimony of the Joint Chiefs of Staff before the Committee on Armed Services United States House of Representatives Regarding the Fiscal Year 2005 National Defense Budget Request for the Department of Defense, February 4, 2004. Disponível em: <<http://armedservices.house.gov/comdocs/openingstatementsandpressreleases/108thcongress/04-02-04myers.html>>. Acesso em: 09 abr. 2008

Con el trabajo del comité 3 + 1 (Argentina, Brasil, Paraguay y Estados Unidos) logramos demostrar al mundo que la Triple Frontera no tiene células terroristas ni se genera allí plan alguno de atentado. No se puede satanizar esa zona pensando que desde ahí se exporta terrorismo al mundo. Que haya ahí seguidores del Hezbollah, - que es un partido político con representación parlamentaria en el Líbano-, que envían un porcentaje de sus salarios para mantener ese partido político que tiene una serie de cuestionamientos internacionales por los mecanismos que ha usado para reivindicar sus luchas nacionales, no significa que haya células terroristas (RACHID in CARBONE, 2004).

A tréplica norte-americana veio por meio de novas declarações de James Hill, chefe do Comando Sul, no dia 24 do mesmo mês. Em um momento que o Comando Sul dispunha somente de 1% do total de efetivos militares norte-americanos e não alcançava mais que 0,5% do orçamento de defesa do país (FRAGA, 2004), Hill esteve uma vez mais diante no Congresso para requisitar maiores recursos para o Comando Regional sob sua tutela. Falou da Colômbia mormente, mas não se esqueceu de mencionar a Tríplice Fronteira:

Beyond narcoterrorist and gang violence, branches of Middle Eastern terrorist organizations conduct support activities in the Southern Command area of responsibility. Islamic radical group supporters, extending from the Caribbean basin to the tri-border area of Paraguay, Argentina and Brazil, conduct fund raising activities. Terrorists who have planned or participated in attacks in the Middle East and the United States, such as captured high profile al Qaida terrorist Khalid Shaihk Mohammed, have spent time in the region. Supporters generate illicit funds through money laundering, drug trafficking, arms deals, human smuggling, piracy, and document forgery. They funnel tens of millions of dollars every year back to their parent organizations in the Middle East, thus extending the global support structure of international terrorism to this hemisphere.<sup>222</sup>

O Departamento de Defesa norte-americano consolidava-se cada vez mais no papel de mais ativo ator securitizante da Tríplice Fronteira. Nesse sentido, merece destaque o fato de os discursos articulados pelo General Myers encontrarem perfeito eco no *vice chairman* do *Joint Chiefs of Staff* e seu futuro sucessor no mais alto cargo da hierarquia militar dos Estados Unidos, o General Peter Pace da Marinha. Quando perguntado sobre possíveis “novos santuários” buscados por terroristas “após a libertação do povo afegão e iraquiano” durante nova audiência na Comissão das Forças Armadas da Câmara dos Representantes, o General Pace

<sup>222</sup> Testimony of General James T. Hill, Commander, United States Southern Command, hearing of the House Armed Services Committee: "Fiscal Year 2005 National Defense Authorization budget request" March 24, 2004. Disponível em: <<http://armedservices.house.gov/comdocs/openingstatementsandpressreleases/108thcongress/04-03-24hill.html>> ou <<http://www.ciponline.org/colombia/040324hill.htm>> ou <[http://www.globalsecurity.org/military/library/congress/2004\\_hr/04-03-24hill.htm](http://www.globalsecurity.org/military/library/congress/2004_hr/04-03-24hill.htm)>. Acesso em: 09 abr. 2008.

mencionou a Tríplice Fronteira (GILMORE, 2004). Na ocasião, a Deputada Candice Miller (R-MI) questionava-o e também a Paul Wolfowitz, então Subsecretário de Defesa, se “estamos fazendo o suficiente para identificar e lidar com o terrorismo mais próximo de casa, especificamente na América do Sul, da qual lemos mais [...] sobre a isolada região entre Brasil, Argentina e Paraguai”. Ouviu de Wolfowitz que “a América do Sul é uma área de preocupação” e de Pace que havia áreas no continente que poderiam se tornar os ditos santuários; “duas definitivamente estão no Paraguai e na Tríplice Fronteira onde Brasil e Argentina se encontram”.<sup>223</sup>

A evidente atenção dispensada pelo Departamento de Defesa veio concomitante ao renovado foco do combate ao financiamento na região. Ao mesmo tempo em que os funcionários do Pentágono evidenciavam sua preocupação com a zona fronteiriça no Cone Sul, começava a ganhar contorno mais claro o crescente engajamento do Tesouro norte-americano na questão da Tríplice Fronteira. Nesse sentido, no dia 10 de junho de 2004, o Tesouro designou duas empresas de propriedade de Assad Ahmad Barakat como sendo apoiadoras do Hizballah, oficializando a acusação de vínculo da Tríplice Fronteira com o financiamento ao terrorismo internacional. Segundo as palavras de Juan Carlos Zarate, vice-secretário-assistente do setor para financiamento ao terrorismo e crimes financeiros do Departamento do Tesouro, “hoje, estamos designando um financiador-chave do terrorismo na América do Sul que fez uso de todos os crimes financeiros existentes, incluindo seus [próprios] negócios, para gerar fundos para o Hizballah”.<sup>224</sup> E se a presença da Al-Qaida vinha sendo negada, agora seria admitida a atuação operativa do Hizballah através de dois atores: (1) Sobhi Fayad, o secretário pessoal de Barakat, também preso no Paraguai, que atuaria como um efetivo “líder militar” do grupo na região e (2) por meio da articulação do próprio Barakat, descrito no

---

<sup>223</sup> “Denying Terrorist Sanctuaries: Policy and Operational Implications for the U.S. Military”. Hearing before the Committee on Armed Services, House of Representatives, One Hundred Eighth Congress, Second Session, August 10, 2004. Disponível em: <<http://www.defenselink.mil/news/newsarticle.aspx?id=25539>>. Acesso em: 01 abr. 2008.

<sup>224</sup> Em inglês, o cargo ocupado por Zarate é “Treasury Department’s Deputy Assistant Secretary for the Executive Office for Terrorist Financing and Financial Crimes”. Sua frase original era “Today, we are designating a key terrorist financier in South America who has used every financial crime in the book, including his businesses, to generate funding for Hizballah”. Continuou dizendo que “from counterfeiting to extortion, this Hizballah sympathizer committed financial crimes and utilized front companies to underwrite terror”.

texto como o principal “tesoureiro” da organização libanesa na fronteira comum entre Brasil, Argentina e Paraguai:

Barakat has also regularly hosted and attended meetings of senior Hizballah TBA leaders. According to information available to the U.S. Government, Barakat attended a meeting of TBA [Tri-border Area] Hizballah members in the fall of 2000 in Brazil where Hizballah members discussed their intentions to identify, locate and assassinate former members of the Army of South Lebanon and Israelis. The group also discussed a possible effort to oust Yasir Arafat due to his agreement to a cease-fire.<sup>225</sup>

A multiplicação de atores chegou até Nova York, onde o promotor distrital da cidade (*District Attorney of New York County*), Robert M. Morgenthau, investigava casos de lavagem de dinheiro e transferências irregulares de fundos realizadas através dos bancos de Manhattan. Preocupado com a possibilidade de que recursos que passassem pelas instituições financeiras da cidade pudessem facilitar atividades relacionadas ao terrorismo internacional, Morgenthau mencionou que uma de suas principais preocupações repousava sobre os “milhões de dólares em nome de grupos/partidos (*parties*) da Tríplice Fronteira de Brasil, Argentina e Paraguai, [região] que é notória por fornecer fundos à grupos terroristas no Oriente Médio”.<sup>226</sup>

Os argumentos e as representações discursivas sobre a América do Sul convergiam em um ponto comum. Como expresso por Roger Pardo-Maurer, secretário-adjunto do Departamento da Defesa para o Hemisfério Ocidental, o governo norte-americano acreditava que “a fraqueza do Estado na região é uma ameaça”. No discurso de Pardo-Maurer, a América Latina tem suas instituições marcadas pela “fragilidade do poder público”, fator que, por sua vez, é responsável pelo “descontrole generalizado” do crime organizado no continente na região. Diante desse quadro, os Estados Unidos deveriam ter uma participação “mais ativa” na região, procurando “novos mecanismos” para “auxiliar” os países latino-americanos a combater o terrorismo e o crime organizado, ameaças que acabariam “transbordando para dentro de suas próprias fronteiras” (CANZIAN, 2004a).

<sup>225</sup> Treasury Designates Islamic Extremist, Two Companies Supporting Hizballah in Tri-Border Area. Department of The Treasury, Office of Public Affairs, June 10, 2004. Disponível em: <<http://www.treasury.gov/press/releases/js1720.htm>>. Acesso: 10 abr. 2008.

<sup>226</sup> Testimony of Robert M. Morgenthau, District Attorney of New York County, before the United States Senate Committee on Finance, July 21, 2004. Disponível em: <<http://finance.senate.gov/hearings/testimony/2004test/072104rmttest.pdf>>. Acesso em: 12. abr. 2008.

Ironicamente, as declarações/requisições de Pardo-Maurer feitas em fins do mês de julho foram precedidas por reportagem na revista *Newsweek* (HOSENBALL & ISIKOFF, 2004) de inícios de agosto na qual se especulava acerca de supostos planos do Pentágono para atacar a América do Sul – por ser um “alvo mais visível” que o Afeganistão – pouco depois atentados contra Nova York e Washington. A matéria – que fazia referência a uma nota do relatório da Comissão do 11 de Setembro já publicado em desde junho<sup>227</sup> – citava a “remota região” da Tríplice Fronteira como um dos alvos que poderiam ser considerados.

The memo's content, NEWSWEEK has learned, was in part the product of ideas from a two-man secret Pentagon intelligence unit appointed by Feith after 9/11: veteran defense analyst Michael Maloof and Mideast expert David Wurmser, now a top foreign-policy aide to Dick Cheney. Maloof and Wurmser saw links between international terror groups that the CIA and other intelligence agencies dismissed. They argued that an attack on terrorists in South America--for example, a remote region on the border of Paraguay, Argentina and Brazil where intelligence reports said Iranian-backed Hizbullah had a presence--would have ripple effects on other terrorist operations. The proposals were floated to top foreign-policy advisers. But White House officials stress they were regarded warily and never adopted (ROSENBALL & ISIKOFF, 2007)

A informação repercutiu imediatamente na mídia sul-americana (CANZIAN, 2004b, 2004c; KOLLMANN, 2004), mas não gerou quaisquer declarações públicas da parte dos governos de Brasil, Argentina ou Paraguai. O episódio serviu, no entanto, para destacar algumas das potenciais conseqüências políticas que poderiam acompanhar movimentos de securitização como os que vinham sendo operados sobre a Tríplice Fronteira e fazer com que as elites políticas sul-americanas passassem a rechaçar com maior força as retóricas de acusação que recaiam sobre a região.

A polêmica inicial que havia se seguido à publicação esteve restrita, contudo, ao curto prazo. Nos meses seguintes, pouco se tratou da questão da Tríplice Fronteira mesmo com os 3 anos dos atentados de 11 de setembro. Somente breves contraposições entre o Embaixador brasileiro no Paraguai, Valter Peclly Moreira, e

<sup>227</sup> Já mencionado o trecho do relatório no item “1.4. Justificando o estudo da questão da Tríplice Fronteira” deste trabalho. Para facilitar a consulta do leitor, repito a citação: “Num memorando que parece ser do subsecretário de Defesa, Douglas Feith, para Rumsfeld, datado de 20 de setembro, o autor manifestou desapontamento com as limitadas opções imediatamente disponíveis no Afeganistão e a falta de opções em solo. O autor sugere, em lugar disso, atacar os terroristas fora do Oriente Médio na ofensiva inicial, talvez escolhendo deliberadamente um alvo não al-Qaeda como o Iraque. Como eram esperados ataques dos EUA no Afeganistão, um ataque americano na América do Sul ou no Sudeste da Ásia poderia ser uma surpresa para os terroristas” (KEAN & HAMILTON, 2004, p.559-560; CASADO & PASSOS, 2007).

seu congênere norte-americano, John Keane, em inícios de novembro poderiam ser lembrado: mais uma vez Keane insistia na efetiva existência de financiamento ao terrorismo a partir da Tríplice Fronteira, enquanto a representação brasileira mantinha a postura de que não havia quaisquer provas destas ligações (DESDE, 2004).

Por fim, nos dias 6 e 7 de dezembro de 2004, ocorreu novo encontro reunião entre os membros da Comissão 3+1. Realizada desta vez em Washington, a reunião serviu como oportunidade para que os participantes fizessem um balanço das atividades realizadas nos últimos dois anos. Não muito distante dos discursos que haviam sido promovidos ao longo de todo o ano de 2004, o Embaixador William P. Pope, Coordenador para Contraterrorismo em exercício e chefe da delegação norte-americana, manteve na pauta a iminente ameaça de ataques contra o hemisfério ocidental: mesmo sendo tradicionalmente “livre do terrorismo”, o continente americano poderia ser alvo de atentados já que “nossa liberdade e as ligações entre nossos povos, instituições e negócios” poderiam atrair ataques de “grupos desesperados”.<sup>228</sup> As “nações civilizadas”, dessa forma, deveriam se “manter vigilantes” e unir esforços contra o terrorismo, pois a cooperação entre os participantes do encontro seria requisito essencial para proteção do continente contra a ameaça terrorista.

Uma vez mais, a primeira conclusão coletiva listada no comunicado conjunto foi de que não haviam sido detectadas quaisquer atividades operacionais do terrorismo na Tríplice Fronteira. Em seguida, foi reiterado o compromisso das delegações com a continuidade dos encontros da Comissão 3+1 nos anos seguintes, já que era um mecanismo informal que poderia ser extinto pelos quatro países quando achassem lhes conviesse: conforme admitido por Pope, era essencial que a Comissão 3+1 continuasse a existir por causa do “potencial do mecanismo de se tornar um modelo para outros esforços de cooperação regional”.<sup>229</sup> Os demais pontos do comunicado se restringem a detalhamentos sobre as demais ações governamentais e propostas de cunho operacional a serem implantadas, dentre as

---

<sup>228</sup> Communiqué of the 3 + 1 Group on Tri-Border Area Security. Counterterrorism Office, Washington, DC, December 6, 2004. Disponível em: <<http://www.state.gov/s/ct/rls/other/39706.htm>>. Acesso em: 12. abr. 2008

<sup>229</sup> U.S. Commitment to the 3+1 Counterterrorism Dialogue, William P. Pope, Acting Coordinator for Counterterrorism. Opening Remarks at 3 + 1 Group on Tri-Border Area Security, Washington, DC, December 6, 2004. Disponível em: <<http://www.state.gov/s/ct/rls/rm/2004/39704.htm>>. Acesso em: 12. abr. 2008

quais se destaca a proposta brasileira para a criação do Centro Regional de Inteligência (CRI) em Foz do Iguaçu, para o qual seriam convidados a participar representantes da Argentina e do Paraguai.

A iniciativa para a criação do CRI é mencionada no relatório anual sobre terrorismo do Departamento de Estado, que passa por uma significativa alteração de formato em 2004: deixa de ser nomeado *Patterns of Global Terrorism* (PGT) e passa a se intitular *Country Reports on Terrorism* (CRT). Os impactos dos atentados de 11 de Setembro sobre a organização na comunidade de inteligência norte-americana, de um lado, e o volume de dados coletados para a elaboração das estatísticas dos relatórios anuais, do outro, são apontados como as justificativas para esta ampla reformulação de organização documental. Esta alteração estrutural no texto, todavia, não implica mutações no discurso norte-americano sobre a Tríplice Fronteira. Os variados ilícitos transacionais aliado à ausência de controles estatais sobre as fronteiras e o fluxo financeiro internacional continuam sendo apontados como os principais problemas a serem combatidos para que se minore a possibilidade de emergência de uma ameaça terrorista no hemisfério ocidental. O Hizballah e Hamas permanecem como os dois principais atores do terrorismo internacional a serem combatidos:

The United States remains concerned that Hizballah and HAMAS raise funds among the sizable Muslim communities in the region, and that the high incidence of illicit activity could tempt terrorist groups to seek to establish safe havens in this largely uncontrolled area. Persons suspected of ties to terrorist groups have been spotted in the TBA, but no operational activities of terrorism have been detected (PGT/CRT 2004 In: ESTADOS UNIDOS, 2005, p.84).

Estas considerações, por fim, nos permitem retornar à pergunta posta no início desta seção e nos questionar se o fim do primeiro governo George W. Bush coincidiu com o fim do processo de securitização da Tríplice Fronteira. A resposta claramente é “não”, pois se continuássemos a analisar o processo de representação discursiva da Tríplice Fronteira o como um espaço de ameaça, veríamos que este processo continuou e até mesmo se aprofundou no ao longo do segundo mandato de George W. Bush. Esse tema, porém, é assunto para trabalhos futuros.

O estudo do período que vai de 1992 até 2004 foi suficiente para nossas necessidades analíticas e propostas iniciais de pesquisa. Por agora, cabe tão somente oferecer algumas considerações finais, no último capítulo dessa dissertação, onde

apresento breves conclusões sobre os modos e as formas de inserção da Tríplice Fronteira na agenda de segurança dos Estados Unidos.